

ANNALES FAJE

IX COLÓQUIO DE Teologia Pastoral

**Comunhão, Participação, Missão:
caminhos de recepção do
Documento final do Sínodo**



12, 13 e 14 de Maio

ANAIIS
COMUNICAÇÕES
TEXTOS COMPLETOS

Realização:



CENTRO LOYOLA
Belo Horizonte



Apoio:



ANAIIS DO IX COLÓQUIO DE TEOLOGIA PASTORAL
COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO MISSÃO:
CAMINHOS DE RECEPÇÃO DO DOCUMENTO FINAL DO SINODO

ISSN: 2526-0782

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor.

Projeto Gráfico e Diagramação: Publicações FAJE

Arte da Capa: Comunicação FAJE

Apoio e Incentivo:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

(Coordenador da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária da FAJE - CCAEU)

Coeditor: Me. Felipe Magalhães Francisco

(Coordenador Adjunto da CCAEU)

Belo Horizonte - MG | BRASIL

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

D476

Colóquio de Teologia e Pastoral (9.: 2026: Belo Horizonte, MG)

Comunhão, Participação Missão: caminhos de recepção do Documento final do Sinodo: 12 a 14 de maio de 2025 / editor, Geraldo Luiz De Mori; coeditor, Felipe Magalhães Francisco - Belo Horizonte: FAJE : PUC Minas : Centro Loyola, 2026.

114 p.

Annales FAJE, v. 11, n. 1, 2026

ISSN: 2526-0782

1. Filosofia. 2. Teologia. I. Título. II. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

CDU 1+2(05)

Elaborada pela Bibliotecária Zita Mendes Rocha – CRB 6/1697

REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa teologia e Pastoral
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
Centro Loyola de Fé e Cultura
Arquidiocese de Belo Horizonte

APOIO

FAPEMIG
PPGD/UFMG
CNPq

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

Geraldo Luiz De Mori; Francisco das Chagas de Albuquerque; Manuel José de Godoy; Felipe Magalhães Francisco	5
--	---

2. EVENTO

O 9º Colóquio de Teologia e Pastoral: Comunhão, Participação, Missão. Caminhos de recepção do Documento Final do Sínodo	8
--	---

3. ARTIGOS

SEMINÁRIOS

1. As releituras do conceito de comunhão na recepção do Vaticano II <i>Manoel José de Godoy</i>	12
2. O Conceito de comunhão no Documento Final e os desafios para sua recepção na Igreja do Brasil <i>Geraldo Luiz De Mori</i>	21

PAINÉIS

COMUNHÃO

3. Comunhão como princípio da sinodalidade <i>Alzirinha Rocha de Souza</i>	34
---	----

MISSÃO

4. A recepção do conceito de missão do Vaticano II ao Documento Final do Sínodo <i>Estêvão Raschiatti, sx</i>	42
5. Leigos evangelizadores e missionários a serviço do Povo de Deus: o Projeto Teologia Viva <i>Luiz Eustáquio dos Santos Nogueira</i>	52

RODA DE CONVERSA

PARTICIPAÇÃO

6. Sinodalidade e conversão de mentalidade <i>Jean Richard Lopes</i>	70
7. A importância da participação de cristãos leigos e leigas no Sínodo <i>Denilson Mariano da Silva</i>	79

COMUNICAÇÕES

8. Não somos Deus: por uma superação da racionalidade econômica tecnocrática <i>Ruan de Oliveira Gomes</i>	87
9. O cultivo de uma espiritualidade encarnada na Igreja Sinodal <i>Wêdja Domingos de Melo</i>	97
10. 60 anos do Concílio Vaticano II: Uma análise crítica da eficácia de seus resultados à luz das Normas ISO <i>Antonio de Lisboa Lustosa Lopes; Michel Musulin Soeltl</i>	105

APRESENTAÇÃO

Os organizadores¹

No dia 07/09/2021 o Papa Francisco convocou a **XVI^a Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos**, previsto inicialmente para realizar-se entre 2021 e 2023, mas que depois foi prorrogado até 2024, com duas Sessões, ao redor do tema: “**Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão**”. O processo sinodal implicava uma **1^a Etapa**, de **escuta**, a ser realizada nas dioceses, entre outubro de 2021 e junho de 2022. Essa etapa foi concluída com uma Síntese, enviada às Conferências Episcopais, que elaboraram a Síntese Nacional e enviaram à Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos (SGSB). Esse primeiro momento foi seguido da Etapa Continental, também feita de escuta, mas já com traços da **2^a Etapa**, consagrada ao **discernimento** sobre os principais temas vindos da escuta inicial. O *Instrumentum Laboris* da 1^a Sessão, realizada em outubro de 2023, ajudou a aprofundar esse discernimento. O resultado desse aprofundamento foi o *Relatório de Síntese*, tornado público após a 1^a Sessão, no final de outubro de 2023, com 20 temas, pensados ao redor dos consensos, das questões abertas e das propostas a se implementar. Alguns elementos da **3^a Etapa**, que é a da **tomada de decisão**, despontavam. Em janeiro de 2024, o Papa escolheu 10 temas dentre os mais controversos ou necessitados de maior estudo, criando para isso 10 grupos, que deveriam aprofundá-los, apresentando um primeiro relatório na 2^a Sessão e concluindo o trabalho em julho de 2025. Por sua vez, a SGSB elaborou o *Instrumentum Laboris* da 2^a Sessão, ocorrida em outubro de 2024, que levou a termo a 3^a Etapa, representada pelo **Documento Final**, elaborado ao redor de cinco partes: (I) O Coração da Sinodalidade; (II) A conversão das relações; (III) A conversão dos processos; (IV) A conversão dos vínculos; (VI) Formar um povo de discípulos missionários; tendo ainda uma Introdução geral e uma Conclusão.

Todos os sínodos convocados pelo Papa Francisco têm despertado muito debate e participação, envolvendo o conjunto do “santo povo de Deus” de uma maneira nunca vista até então. Essa XVI Assembleia Geral Ordinária possui traços que a tornam única. Alguns teólogos afirmam que se tratou de um “concílio que não disse o seu nome”, pela amplidão das questões levantadas e pelo modo como foi conduzido. Provavelmente foi o evento eclesial que envolveu mais gente em toda a história da Igreja, pela quantidade de pessoas que foram escutadas nas dioceses, pelo método que privilegiou, o do diálogo no Espírito, que promoveu realmente a escuta mútua e nela a da voz do Espírito Santo. Além dessas novidades, o Papa decidiu não escrever uma Exortação Pós-Sinodal, conferindo ao **Documento Final o estatuto de “magistério”** da Igreja, o que é uma grande novidade. De fato, após a realização de um sínodo, a coordenação apresentava ao Papa o Documento Final. Ele escolhia então os temas

¹ Participaram na organização deste número de Annales FAJE os seguintes membros da Comissão Organizadora: Geraldo Luiz De Mori, Francisco das Chagas de Albuquerque, Manuel José de Godoy, Felipe Magalhães Francisco.

que considerava mais relevantes e escrevia a Exortação. No sínodo concluído em outubro de 2025, o Pontífice disse que o que nele foi decidido é o magistério, ou seja, o ensinamento a ser acolhido, recebido e implementado pela Igreja.

A Constituição Apostólica *Episcopalis Communio*, publicada pelo Papa Francisco em 2018, indica os passos de todo processo sinodal. Os passos acima evocados, o da escuta, o do discernimento e o da tomada de decisão remetem-se ao evento. Agora é a hora de se passar ao quarto passo, o da **recepção**. Esse termo foi bastante debatido no período que se seguiu ao Concílio Vaticano II, com reflexões importantes de Yves Congar, do Cardeal Willebrands, dos teólogos J. M. R. Tillard, Gilles Routhier, Christoph Théobald, José Oscar Beozzo, Agenor Brighenti, entre outros. Em geral, fala-se de recepção para se referir à acolhida dos decretos ou dos documentos de um concílio, com os debates que esse processo suscita, muitas vezes marcados por “conflitos de interpretação”. No caso do Concílio Vaticano II, por exemplo, houve todo um debate opondo a hermenêutica da “continuidade” à hermenêutica da “descontinuidade” em relação ao Concílio Vaticano I. Algumas leituras propõem, inclusive, pensar o próprio processo vivido no Sínodo 2021-2024 como uma nova etapa na recepção do Vaticano II.

De fato, as questões tratadas no processo sinodal, e que se encontram no Documento Final, e as que estão sendo aprofundadas pelos grupos criados pela SGSB depois da 1ª Sessão, retomam muitos elementos do Concílio Vaticano II. Segundo alguns intérpretes, isso é perceptível, sobretudo, nos **três temas** a partir dos quais o sínodo foi proposto: **comunhão, participação, missão**, que remetem respectivamente à *Lumen gentium*, à *Gaudium et spes* e à *Ad gentes*. Com efeito, o tema da **comunhão** remete à eclesiologia preponderante da *Lumen gentium*, que fundamenta a compreensão que o sínodo quis resgatar da sinodalidade, pois aplica o tríplice múnus de Cristo (sacerdote, profeta e rei-pastor) a todos/as os/as batizados/as, conferindo-lhes a mesma dignidade. Além disso, ao tratar da colegialidade intrínseca do corpo episcopal, a Constituição sobre a Igreja sugere que deve haver em cada categoria do Povo de Deus, reflexamente, igual dimensão. Há, portanto, um nexo causal entre a comunhão proposta pelo sínodo e a que está presente na *Lumen gentium*, pois, para que haja unidade no Povo de Deus é necessário que todos se abram ao Espírito numa atitude verdadeira e consequente de conversão. Quanto ao tema da **participação**, ele remete à *Gaudium et spes*, pois destaca a ação concreta de todos os agentes eclesiais na transformação da realidade social. A sinodalidade nunca pode ser reduzida à mera ação intra-ecclesial, pois, dessa forma enreda o ser cristão numa autorreferencialidade tóxica. Nesse sentido, o sínodo convida a olhar para fora das fronteiras eclesiais, da mesma forma que a *Gaudium et spes* alertava a Igreja para estar atenta aos “sinais dos Tempos”. Emerge daí uma relação profunda entre o termo participação sinodal e a Constituição Pastoral, que mostra a relação profunda entre a cidadania na Igreja e a cidadania na sociedade. As relações a serem engendradas na pluralidade dos contextos, explicitam os mais diversos carismas, vocações e ministérios confiados à Igreja pelo Espírito e que a XVI Assembleia do Sínodo chamou de “profecia social”. Finalmente, o tema da **missão**, constitutiva da identidade da Igreja, esteve no centro das preocupações do Concílio, como bem mostra a *Ad gentes*, e foi o horizonte para se pensar os

temas da comunhão e da participação. Como tem insistido o Papa Francisco desde o início de seu pontificado, a Igreja deve compreender-se como em saída para as periferias geográficas e existenciais. Sair ao encontro das mais diversas manifestações do Espírito na realidade que a transcende e a leva a reconhecer as sementes do Verbo já presentes nos diversos cantos do mundo, nas mais diversas culturas. No exercício do discernimento para a exploração de novos campos de missão, é preciso desencadear um processo de articulação que leve a Igreja a perceber que não está sozinha no mundo, necessitando do exercício permanente de diálogo com as culturas e religiões.

A recepção dos resultados do sínodo não acontece, porém, da mesma maneira que a que se deu após a realização do Vaticano II. 60 anos separam o final do Concílio e o início do processo de recepção do Documento Final do sínodo. Pode-se dizer que **a primeira recepção do Concílio Vaticano II** foi marcada por uma **leitura profética** do evento conciliar, enquanto **a atual recepção** aponta para uma **perspectiva sapiencial**. Na bíblia o profeta abre caminhos, aponta novas direções, enquanto o sábio busca aprofundar os aprendizados realizados. Esse, de fato, é o teor do Documento Final: mais que abrir novos caminhos, ele convida a redescobrir o que foi se sedimentando no percurso feito, além de chamar a atenção para o que foi esquecido no processo de recepção, levando a infidelidades, involuções e clamando por conversão: de “relações, processos e vínculos”.

A essa leitura, que articula os três eixos do processo sinodal (comunhão, participação e missão) e sua vinculação com a *Lumen gentium*, a *Gaudium et spes* e a *Ad gentes*, foi consagrado o **IX Colóquio de Teologia e Pastoral**, organizado pelo Grupo de Pesquisa “Teologia e Pastoral”, do Programa de Pós-Graduação em Teologia da FAJE. O Grupo é composto por teólogos/as e pastoralistas de instituições de ensino, pesquisa e formação teológica e pastoral de Belo Horizonte (FAJE, PUC Minas, Centro Loyola e, até 2023, do Instituto Santo Tomás de Aquino - ISTA) e de outras instituições teológicas do país. Desde 2013 ele organiza o **Colóquio de Teologia e Pastoral**, suspenso em 2020, por causa da pandemia, e a partir de 2021, por conta da realização dos **Congressos Brasileiros de Teologia Pastoral**, realizado a cada dois anos. Em 2025 foi realizado o IX Colóquio de Teologia e Pastoral, entre os dias **12-14 de maio de 2025** na FAJE, PUC Minas e Centro Loyola de Fé e Cultura. O presente número de Annales FAJE é consagrado à publicação dos textos dos que ofereceram seminários, participaram de painéis, roda de conversa e apresentaram comunicações. Nem todos os que participaram enviaram seus textos, por isso, ao verificar a programação do evento se poderá verificar quem enviou e quem não enviou. Alguns não conseguiram tempo para elaborarem os textos em formato de artigo. De todas as maneiras, o conjunto está interessante e é uma contribuição significativa

Boa leitura!

O 9º COLÓQUIO DE TEOLOGIA E PASTORAL COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, MISSÃO: CAMINHOS DE RECEPÇÃO DO DOCUMENTO FINAL DO SÍNODO

JUSTIFICATIVA

Concluídas as duas sessões da XVI Sessão Ordinária do Sínodo dos Bispos, que teve como tema “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”, realizadas entre 2021-2024, trata-se agora, segundo Constituição Apostólica *Episcopalis communio*, de implementar as decisões tomadas, o que classifica o assim chamado processo de recepção do texto elaborado na 2ª Sessão: o Documento Final. Para isso, é importante retomar o processo vivido nesses anos, numa verdadeira apropriação do caminho percorrido, para que ele possa tornar-se vida das comunidades de fé. O Grupo de Pesquisa “Teologia e Pastoral”, provocado por essa convocação, propôs como tema para seu 9º Colóquio de Teologia e Pastoral o que é o coração dos conteúdos discutidos: “Comunhão, participação, missão: caminhos de recepção do Documento Final do Sínodo”. Para isso, estabeleceu alguns objetivos e uma metodologia. O Colóquio, realizado entre os dias 12-14 de maio de 2025, contou na sua organização com a FAJE, PUC Minas e Centro Loyola.

OBJETIVOS

PRINCIPAL

Refletir, do ponto de vista teológico-pastoral, sobre a recepção do Documento Final do Sínodo sobre a Sinodalidade (2021-2024), articulando seus principais eixos temáticos com os ensinamentos do Concílio Vaticano II e sua implementação na vida da Igreja hoje.

ESPECÍFICOS

1. Estabelecer relações entre os termos “comunhão, participação, missão”, que constituem os eixos da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, e três documentos importantes do Concílio Vaticano II: a *Lumen Gentium*, a *Gaudium et Spes* e a *Ad Gentes*;
2. Comparar a conjuntura da recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil e o atual contexto de recepção do Documento Final do Sínodo;
3. Aprofundar as implicações práticas do Documento final do Sínodo, sobretudo no que diz respeito à estrutura eclesial, visando uma maior inclusão de todos/as, o diálogo e ação;
4. Descobrir, no Documento Final do Sínodo dos Bispos, novas pistas para se pensar o discipulado missionário, em sintonia com a dimensão “da Igreja em saída” para

as periferias geográficas e existenciais, querida e fomentada pelo pontificado de Francisco;

5. Promover o diálogo interdisciplinar entre teólogos/as, pastoralistas e agentes de pastoral ao redor da recepção criativa do Documento Final do Sínodo no contexto da Igreja do Brasil.

METODOLOGIA

O IX Colóquio acontecerá em formato presencial, podendo ter algumas atividades transmitidas pelos canais do YouTube da FAJE e do Centro Loyola e pela Plataforma Teams da FAJE. Cada dia as atividades serão oferecidas numa das instituições que organizam o evento, à tarde e à noite. O primeiro dia, 12/05/2025, na FAJE, será dedicado ao tema da “comunhão”; o segundo, 13/05/2025, na PUC Minas, à problemática da “participação”; o terceiro dia, 14/05/2025, no Centro Loyola, tratará o tema da “missão”

Essas temáticas serão abordadas em três painéis, cada um composto por dois teólogos/as e/ou pastoralistas e um/a moderado/a, tornando o debate mais dinâmico e provocativo. Os painéis iniciarão às 20h, após um momento celebrativo e orante, que começará às 19h30. Serão seguidos de diálogo com o público. Pelas tardes, a partir das 17hs, serão oferecidas as seguintes atividades: Seminários, Mesa de comunicação, Roda de conversa.

PROGRAMAÇÃO

12/05/2025 | FAJE

Tema: A recepção do conceito de comunhão: do Vaticano II ao *Documento Final* do sínodo

- **17hs**

Seminário 1: As releituras do conceito de comunhão na recepção do Vaticano II – Manoel José de Godoy (FAJE)

Seminário 2: O Conceito de comunhão no Documento Final e os desafios para sua recepção na Igreja do Brasil – Geraldo De Mori (FAJE)

- **19h30:** Momento celebrativo e orante

- **20h:** Painel: **A recepção do conceito de comunhão: do Vaticano II ao *Documento Final* do sínodo**

Participantes: Alzirinha Rocha de Souza (ITESP) e Sônia Gomes de Oliveira (CNLB)

Moderação: FAJE

13/05/2025 | Centro Loyola de Fé e Cultura

Tema: A recepção do conceito de missão: do Vaticano II ao Documento Final do sínodo

- **17hs:** Comunicações
- **19h30:** Momento celebrativo e orante
- **20h:** Paineis: **A recepção do conceito de missão: do Vaticano II ao Documento Final do sínodo**

Participantes: Pe. Estêvão Raschie (POM) e Pe. Luis Eustáquio dos Santos Nogueira (PUC Minas)

Moderação: Centro Loyola

14/05/2025 | PUC Minas

A recepção do conceito de participação: do Vaticano II ao Documento Final do sínodo

- **17hs:** Roda de conversa: Jean Richard Lopes (PUC Minas), Lucimara Trevizan (Centro Loyola), Denilson Mariano (FAJE)
- **19h30:** Momento celebrativo e orante
- **20h:** Paineis: **Tema: A recepção do conceito de participação: do Vaticano II ao Documento Final do sínodo**

Participantes: Dom Dirceu de Oliveira Medeiros e Célia Soares de Sousa

Moderação: PUC Minas

COMISSÃO ORGANIZADORA

Lucimara Trevizan (Centro Loyola)

Geraldo Luiz De Mori (FAJE)

Francisco das Chagas de Albuquerque (FAJE)

Manoel José de Godoy (FAJE)

Jean Richard Lopes (PUC Minas)

Edward Guimarães (PUC Minas)

André Erick Alves Ferreira (PUC Minas)

Ruan de Oliveira (FAJE)

Gabriel Vitor (PUC Minas)

Irineu Claudino Sales (FAJE)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Jorge Gray (Seminário de Montes Claros)

Cesar Kuzma (PUC PR)

Renato Alves (PUC Minas)

Matheus Bernardes (PUC Campinas)

Tiago Fraga (PUC RS)

Valdete Guimarães (ICESPI)



As releituras do conceito de comunhão na recepção do Vaticano II

Manoel José de Godoy

Resumo: Num texto curto e objetivo tratamos do vocábulo comunhão e seu uso pela instituição católica. Como é um tema polissêmico, serve para inúmeras situações, algumas até antagônicas. Ao longo da história, comunhão serviu para justificar inúmeras posturas autoritárias, contradizendo a natureza de sua etimologia. Com o pontificado do Papa Francisco, tivemos uma lufada de esperança de que comunhão fosse conectada com processos sinodais, revelando uma Igreja de ampla participação na missão. Em todo o caso, comunhão será sempre um ideal a ser buscado, não somente no seio da Igreja, como também nos processos sociais.

Palavras-chave: Comunhão; Sinodalidade; Subsidiariedade; Hermenêutica; Diversidade.

Abstract: In this short and objective text, we address the term communion and its use by the Catholic institution. As it is a polysemic term, it can be applied to countless situations, some of which are even antagonistic. Throughout history, communion has been used to justify countless authoritarian positions, contradicting the nature of its etymology. With the pontificate of Pope Francis, we had a breath of hope that communion would be connected with synodal processes, revealing a Church of broad participation in the mission. In any case, communion will always be an ideal to be pursued, not only within the Church, but also in social processes.

Keywords: Communion; Synodality; Subsidiarity; Hermeneutics; Diversity.

INTRODUÇÃO

A questão semântica na história da Igreja abarca inúmeros conceitos que revelam sua natureza mutante, e inúmeras vezes conflitante. Comunhão é um destes conceitos que revelam dois movimentos eclesiais: centrífugo e centrípeto. Às vezes, predomina uma Igreja extremamente autorreferenciada, fazendo com que a comunhão seja entendida como alinhamento ideológico com o poder de Roma. Em poucos momentos, respira-se uma Igreja mais sinodal e em saída, como aspirava o Papa Francisco, e neste contexto, a comunhão pode ser entendida como a busca permanente por consensos eclesiais. Em um curto período histórico, de 1965 a 2025, experimentamos esses movimentos pendular na Igreja. Com o Concílio Vaticano II, vivemos o sonho da Igreja sinodal, porém, durou pouco. Com os pontificados de João Paulo II e Bento XVI conhecemos o longo inverno eclesial, onde reinava um conceito de comunhão muito restrito e fechado. Com o pontificado de Francisco, retomamos a caminhada sinodal, onde comunhão se aproximou de outros conceitos caros ao Vaticano II – *sensus*

fidei e sensus fidelium. Assim é a caminhada histórica da Igreja: um movimento pendular e contínuo. Neste pequeno artigo, nos ativemos ao conceito de comunhão e suas diatribes no contexto mais recente da Igreja.

1 COLOCANDO O ESTADO DA QUESTÃO SOBRE O CONCEITO DE COMUNHÃO

O Concílio Vaticano II, na sua Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, nos ajudou a recuperar a origem trinitária e a perspectiva escatológica que revela uma Igreja também a caminho da Trindade. Para melhor explicitar essa fonte e fim trinitários, o Concílio definiu a Igreja como Povo de Deus, caminhando na história, sempre em busca da unidade e não da uniformidade. Essa caminhada se dá sob o signo da comunhão e participação, em vista da missão. Porém, não muito distante dos esforços de implementar essa eclesiologia, tivemos, num período de mais de três décadas, um processo de retrocesso eclesial que, em parte, estancou a recepção do Concílio. Ao abordarmos o conceito de comunhão na recepção do Vaticano II, percebemos o quanto este tema é atual e urgente. O Papa Francisco retomou a recepção do Concílio Vaticano II, com sua eclesiologia de comunhão, dando a esse processo o nome de sinodalidade. Este, de fato, trouxe à tona a perspectiva da comunhão de uma maneira muito dinâmica e inclusiva. Retomou temas caros ao Concílio presentes, sobretudo na *Lumen Gentium*: o conceito de *Sensus Fidei*, a primazia da Igreja Particular ou Local, o papel dos organismos colegiados, tais como as Conferências Episcopais e os Sínodos. Portanto, podemos afirmar que as releituras do conceito de comunhão na recepção do Vaticano II ganharam um novo impulso no pontificado do Papa Francisco, sob o signo da sinodalidade.

O tema das releituras, obviamente, nos remete à questão das hermenêuticas sofridas no processo de recepção do Vaticano II. O mestre nesse campo é o teólogo alemão Peter Hünermann, que nos presenteou com reflexões profícuas e questionadoras (HÜNERMANN, 2009). Para ele, o Papa Bento XVI, em questão do Concílio, representa a tendência da continuidade, reforçando apenas a ala reformadora e tradicionalista da Igreja, em confronto com a hermenêutica da descontinuidade. Nessa perspectiva, a comunhão se reduz à comunhão episcopal, sobretudo no viés do centralismo romano. Trata-se da comunhão de todos com Pedro, onde a Igreja Universal se sobrepõe a todas as Igrejas. Para tornar claro seu pensamento, Hünermann toma como exemplo a suspensão da excomunhão do grupo ligado a Marcel Lefebvre. Ele chama a atenção que tal grupo não abriu mão de nada do que lhe tinha provocado a excomunhão, mas para Bento XVI, somente a boa vontade de seus integrantes era suficiente. Essa questão suscita a hermenêutica do Concílio Vaticano II que, para Bento XVI tinha sido desvirtuada pela tendência da descontinuidade, ou seja, uma espécie de ruptura histórica, sobretudo em relação ao Concílio de Trento. Para Bento XVI aí está o problema do pós-Vaticano II, que, na sua ótica, tinha sofrido um grave problema na sua interpretação e implementação. Para ele, a verdadeira hermenêutica do Vaticano II é a que considera os seus documentos sob o prisma da reforma da continuidade. Foi graças a esse conceito que suspendeu com total benevolência a excomunhão do grupo cismático, que retornou à comunhão

eclesial fazendo exigências, que foram aceitas e são causa da situação anômala que vivemos hoje. Em um comunicado de 8 de setembro de 2006 se poder ler:

A Fraternidade Pio X lembra que não poderá aceitar uma solução em matéria de comunhão eclesial que confine a missa tridentina a um estatuto particular. É necessário que a missa da tradição duas vezes milenar goze na Igreja de um direito de cidadania pleno e completo. (Esta missa) não é apenas um privilégio reservado a alguns; é um direito de todos os sacerdotes e de todos os fiéis da Igreja universal. Eis aqui o motivo pelo qual a Fraternidade Pio X convida os sacerdotes e fiéis a congregar-se em uma campanha de oração (HÜNERMANN, 2009).

Por meio de um Moto Próprio, Bento XVI acata expressamente tal exigência do grupo cismático para que ele volte à comunhão eclesial plena. A partir de 14 de setembro de 2007, a missa tridentina ou do rito de Pio V, foi liberada por meio da Carta Apostólica *Summorum Pontificum*, em forma de Motu Proprio (BENTO XVI, 2007). Se hoje sofremos com a crescente emergência de grupos tradicionalistas no seio da Igreja, em pleno confronto com as decisões conciliares, boa parte se deve a essa atitude de enamoramento do Papa Bento XVI com os que afirmam representar a verdadeira tradição da Igreja. Nesse sentido, a comunhão sofre um revés profundo e quase irreversível.

A tão grande complacência com grupos tradicionalistas não se estende ao campo ecumênico, por exemplo. Quando da criação da União Ecumênica dos Teólogos Africanos, logo o cardeal Ratzinger se manifestou preocupado com a comunhão católica, evidenciando que para ele comunhão significava centralismo romano. Afirmou ele:

A união dos teólogos suscita algumas questões: há o risco, hoje aliás identificável também em outras iniciativas em diversas partes do mundo, de que, na busca de uma dimensão ecumênica, seja esquecido o valor da grande unidade católica em favor de circunscritas comunidades culturais nacionais. Em semelhante União, não se pode excluir a possibilidade de que a participação do que pareça africano obscureça a comunhão do que é católico (RATZINGER, 1985, p.154).

Este é um exemplo claro da aplicação do conceito de eclesiologia de comunhão na ótica da reforma da continuidade. Na verdade, os dois pontificados anteriores a Francisco, aos quais corresponde um período significativo da recepção dos Concílio Vaticano II, a eclesiologia de comunhão sempre pendeu para o lado dos tradicionalistas, em detrimento dos que defendiam a hermenêutica da descontinuidade em relação ao Concílio de Trento. Em nome da comunhão se instaurou na Igreja grande perseguição aos que tentaram permanecer fiéis ao processo de recepção do Concílio Vaticano II. Em maio de 1992, por meio de uma publicação sob o título “*Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da Igreja entendida*

como *comunhão*”, a Congregação da Doutrina da Fé, sob a responsabilidade do então Cardeal Ratzinger, afirmava que as Igrejas particulares são instituídas à imagem da Igreja universal (RATZINGER, 1992). Uma comunhão entendida com base numa perspectiva extremamente centralizadora, inibindo qualquer possibilidade de inculturação das Igrejas locais, que deveriam se submeter plenamente à Igreja de Roma. O Motu Próprio se opõe totalmente à concepção que sustenta serem as Igrejas particulares um sujeito em si mesmo completo, e a Igreja universal o resultado do reconhecimento recíproco das Igrejas particulares. Ratzinger, em 1992 afirma que “esta unilateralidade eclesiológica, redutiva tanto do conceito de Igreja universal como do de Igreja particular, manifesta uma insuficiente compreensão do conceito de comunhão (RATZINGER, 1992). Percebe-se claramente que o cardeal se opunha à reflexão teológica como a do teólogo Bruno Forte, que sustenta a tese de que o primado da Igreja local na eclesiologia de comunhão funda-se em relação à origem trinitária e pneumatológica da Igreja (FORTE, 1983, p.47).

O teólogo italiano, atualmente arcebispo de Chieti-Vasto, também fundamenta o primado da Igreja local sob o viés antropológico, afirmando que “os homens nunca existiram *in vitro*; só existem homens concretos, situados em relações concretas de interdependência, radicados em uma história, em uma cultura” (FORTE, 1983, p.53). Daí se deduz que a Proclamação da Palavra se faz a estes homens de forma inculturada: “situada, precisa e originalmente, na história do povo, Igreja local, por falar a língua de sua gente, pensar com as categorias dos homens que a compõem, viver as tensões e as contradições que eles vivem e fazer ressoar a força do Evangelho” (FORTE, 1983, p.53). Bruno Forte tira consequências concretas destas perspectivas teológicas e antropológicas, deixando claro que “o primado da Igreja local na eclesiologia de comunhão, fundado na iniciativa trinitária, na eucaristia e na antropologia, torna necessário reconhecer – a título pleno – o sujeito eclesial na Igreja particular” (FORTE, 1983, p. 53).

Esse debate traz à tona o princípio da subsidiariedade, o qual afirma que o que possa ser feito em âmbito local não deve ser delegado a outro âmbito, explica bem a justa autonomia das Igrejas particulares e não fere em nada a comunhão eclesial. Nessa perspectiva, Forte propõe uma releitura do Concílio na ótica da eclesiologia da comunhão, que também está presente no Concílio, em perfeita sintonia com a eclesiologia do Povo de Deus.

Junto com esses dois pontos – a hermenêutica e a justa autonomia da Igreja Local – é claro que, lendo a *Lumen Gentium*, vemos o destaque que se dá à ação colegiada dos bispos. Antes do Concílio, os bispos agiam muito isoladamente e tinham a comunhão dirigida diretamente ao Bispo de Roma, o Papa. Estando em comunhão com o Papa, bastava. Essa perspectiva foi altamente ressaltada nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, que provocou uma verdadeira erosão nas Conferências Episcopais Nacionais.

A *Lumen Gentium*, constituição dogmática do Concílio Vaticano II, ressaltou de maneira tão forte a necessidade de colegialidade episcopal, que gerou em alguns uma certa inquietação em relação ao exercício do papado. Tal inquietação provocou até a redação de uma

nota explicativa do que eles queriam dizer sobre colegialidade. Foi o único documento do Concílio Vaticano II que mereceu esse anexo. Essa Nota Explicativa Prévia foi assinada pelo Secretário Geral do Concílio, Péricles Felici, Arcebispo de Somósata, e não foi votada em plenário. A comunhão do colégio só tem efetividade se ele estiver em comunhão com a Cabeça do colégio. Este pode agir em qualquer tempo, à sua vontade; o colégio, não, só age com o consentimento da Cabeça, o Sumo Pontífice. Portanto, o conceito de comunhão, implícito no termo colegialidade, só tem validade se os membros do Colégio estão em plena comunhão com o Papa. A garantia do Primado Petrino foi assim exacerbada, colocando o Papa acima do Colégio e até dos Sínodos. Isso compromete a perspectiva da comunhão na Igreja.

2 COMUNHÃO NA PERSPECTIVA DA SINODALIDADE

Há uma profunda conexão entre os conceitos de comunhão, colegialidade e sinodalidade. A Comissão Teológica Internacional esclareceu com precisão tal conexão:

Enquanto o conceito de sinodalidade recorda o comprometimento e a participação de todo o povo de Deus na vida e na missão da Igreja, o conceito de colegialidade precisa o significado teológico e a forma de exercício do ministério dos Bispos a serviço da Igreja particular confiada ao cuidado pastoral de cada um e na comunhão entre as Igrejas particulares no seio da única e universal Igreja de Cristo, mediante a comunhão hierárquica do Colégio episcopal com o Bispo de Roma (CTI, 7, p.14).

Sendo assim, caminhar não apenas juntos, mas em comunhão uns com os outros para efetivar a sinodalidade, que convoca a todos à participação na perspectiva de tornar o Reino de Deus presente no mundo, como sinal do Reino em plenitude na eternidade.

Com o Pontificado do Papa Francisco, tivemos um retorno ao sentido mais autêntico de comunhão eclesial, no sentido Conciliar. Uma comunhão altamente missionária, isto é, fomentarmos a comunhão não somente para nos alegrarmos e nos bastarmos com o que somos, mas sim, para um incremento salutar para fora das fronteiras eclesiais. Uma comunhão que nos remeta a um anúncio da Boa Nova a todos, sem exceção ou discriminação. Na sua exortação *Evangelii Gaudium*, Francisco conecta o tema da comunhão com a missão e a participação de todos os agentes eclesiais no exercício de uma evangelização alegre e destemida.

A intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão “reveste essencialmente a forma de comunhão missionária”. Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo. A alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém; assim foi anunciada pelo anjo aos pastores de Belém: “Não temais, pois anuncio-vos uma

grande alegria, que o será para todo o povo” (Lc 2, 10). O Apocalipse fala de “uma Boa-Nova de valor eterno para anunciar aos habitantes da terra: a todas as nações, tribos, línguas e povos” (Ap 14, 6) (PAPA FRANCISCO, 2013, p. 20).

Nesta perspectiva, Francisco, outra vez, nos põe em plena recepção do Concílio Vaticano II, que propunha uma Igreja centrífuga e missionária, nunca autorreferenciada e centrada em si mesma. O Decreto Conciliar sobre a missão, *Ad Gentes*, visava plenamente uma comunhão eclesial em sentido missionário, verdadeiramente *ad gentes*, isto é, para todos e todas.

Quando Francisco reflete sobre a missão da Igreja em âmbito paroquial, faz uma referência direta aos três vocábulos que orientou o Sínodo da Sinodalidade, mostrando que entre eles há uma correlação fecunda e necessária no seio da Igreja.

Temos de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-se ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-se completamente para a missão (PAPA FRANCISCO, 2013, p. 24).

E quando se dirige aos bispos, deixa claro que estes devem ser elementos desta comunhão, andando na frente, no meio e, por vezes, atrás do povo, para que ninguém se perca na caminhada. Que se promova uma comunhão que abarque a todos na diversidade das culturas

O Bispo deve favorecer sempre a comunhão missionária na sua Igreja diocesana, seguindo o ideal das primeiras comunidades cristãs, em que os crentes tinham um só coração e uma só alma (cf. At 4, 32). Para isso, às vezes pôr-se-á à frente para indicar a estrada e sustentar a esperança do povo, outras vezes manter-se-á simplesmente no meio de todos com a sua proximidade simples e misericordiosa e, em certas circunstâncias, deverá caminhar atrás do povo, para ajudar aqueles que se atrasaram e sobretudo porque o próprio rebanho possui o olfato para encontrar novas estradas. Na sua missão de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, deverá estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canónico e de outras formas de diálogo pastoral, com o desejo de ouvir a todos, e não apenas alguns sempre prontos a lisonjeá-lo (PAPA FRANCISCO, 2013, p. 25).

Também na ótica da unidade na diversidade, Francisco indica uma comunhão eclesial harmônica, sem medo de dialogar com as culturas, pois é o Espírito Santo que guia a Igreja para isso.

Se for bem entendida, a diversidade cultural não ameaça a unidade da Igreja. É o Espírito Santo, enviado pelo Pai e o Filho, que transforma os nossos corações e nos torna capazes de entrar na comunhão perfeita da Santíssima Trindade, onde tudo encontra a sua unidade. O Espírito Santo constrói a comunhão e a harmonia do povo de Deus (PAPA FRANCISCO, 2013, p. 73).

Em outros inúmeros pontos de sua Exortação, Francisco vai delineando como ele entende a comunhão eclesial necessária como testemunho evangelizador e missionário, por excelência. A vida sacramental da Igreja também deve ser impregnada por este espírito de comunhão, onde o batismo e a eucaristia são sinais evidentes de que o cristão moderno deve evitar todo e qualquer espírito de competição e isolamento. Sacramentos que moldam a caminhada eclesial para uma vida no Espírito e, a fortiori, para uma comunhão profícua e doadora de sentido último na vida. Esse sentido é profundamente necessário nos dias de hoje que, segundo Francisco, sem ele o ser humano constrói uma sociedade sem Deus. Porém, Francisco chama a atenção de que não é qualquer busca religiosa que se constitui no esforço verdadeiro, autêntico e realizador. Há muitas forças alienantes na sociedade que desvirtuam o sentido real de uma vida em Deus, e que remetem as pessoas num cristianismo que apresenta um Cristo intimista e desencarnado.

O isolamento, que é uma concretização do imanentismo, pode exprimir-se numa falsa autonomia que exclui Deus, mas pode também encontrar na religião uma forma de consumismo espiritual à medida do próprio individualismo doentio. O regresso ao sagrado e a busca espiritual, que caracterizam a nossa época, são fenómenos ambíguos. Mais do que o ateísmo, o desafio que hoje se nos apresenta é responder adequadamente à sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de ir apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem compromisso com o outro. Se não encontram na Igreja uma espiritualidade que os cure, liberte, encha de vida e de paz, ao mesmo tempo que os chame à comunhão solidária e à fecundidade missionária, acabarão enganados por propostas que não humanizam nem dão glória a Deus (PAPA FRANCISCO, 2013, p.58).

CONCLUSÃO

As releituras do conceito de comunhão na recepção do Vaticano II seguem seu curso na caminhada eclesial. Os movimentos centrífugos e centrípetos se alternam na história da Igreja e influenciam na sua concepção. O Papa Francisco deu um forte impulso para que entendamos a comunhão como fonte de sentido amoroso na vida. Uma comunhão aberta a todos, todos e todos. Uma comunhão vencendo todo o tipo de discriminação social. Na sua Encíclica *Fratelli Tutti*, ele afirma que somente a abertura ao outro é capaz de fazer emergir

um mundo melhor e inclusivo, um mundo verdadeiramente marcado pela fraternidade universal. Isso é possível quando assumimos a maior das virtudes que um ser humano pode cultivar e manifestar no relacionamento, o amor.

O amor coloca-nos em tensão para a comunhão universal. Ninguém amadurece nem alcança a sua plenitude, isolando-se. Pela sua própria dinâmica, o amor exige uma progressiva abertura, maior capacidade de acolher os outros, numa aventura sem fim, que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença. Disse-nos Jesus: “Vós sois todos irmãos” (Mt 23, 8) (PAPA FRANCISCO, 2020, p. 54).

Os padres conciliares apostaram no conceito de Igreja como povo de Deus como a maneira de vivermos uma comunhão dinâmica. O papa Francisco apostou na dinâmica da sinodalidade, com sentido histórico e gerador de processos sempre abertos ao Espírito que, por meio de inúmeros sinais, deve inspirar o caminho da Igreja. Faz-se necessário não deixarmos cair esse sopro profético que faz da comunhão uma prática diária e, ao mesmo tempo, uma meta utópica que nos põe todos sempre a caminho.

REFERÊNCIAS

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos bispos da Igreja católica sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1992.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2018. Coleção documentos da Igreja – 48.

FORTE, Bruno. *A Igreja ícone da Trindade*. Breve eclesiologia. São Paulo, Loyola, 1987.

HÜNERMANN, Peter. El levantamiento de la excomunión a los lefebvrianos, error de gobierno. In *Religión Digital*, 06/09/2020. Disponível: https://www.religiondigital.org/rumores_de_angeles/Hunermann-levantamiento-excomunion-lefebvrianos-gobierno_7_1023867624.html Acesso: 30/07/2025.

PAPA BENTO XVI. *Motu proprio - summorum pontificum*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007.

PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo, Paulus & Loyola, Coleção Documentos do Magistério, 2013.

PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli tutti*: sobre a fraternidade e amizade social. São Paulo, Paulus, 2020.

PAULO VI. *Compêndio do Vaticano II*: Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis-Rio, Vozes, 1983 – 16ª Edição.

RATZINGER, Joseph. *A fé em crise?* O Cardeal Ratzinger se interroga. São Paulo: EPU, 1985.

Submissão, 30/10/2025 e aprovação, 30/11/2025

Manoel José de Godoy: Godoy é conhecido no mundo acadêmico por sua atuação no campo pastoral e também nas rodas de reflexão e publicação sobre o ministério presbiteral. Depois de ter atuado como assessor da CNBB, professor no CEBITEPAL/CELAM, presidente da OSIB e diretor de uma faculdade de filosofia e teologia em Belo Horizonte, hoje é supervisor de estágios pastorais dos alunos de teologia do curso EAD, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Sempre manteve seu contato com a base, sendo pároco na periferia de Belo Horizonte. Já trabalhou também como agente de pastoral junto à nação Potiguara, na Paraíba, e pároco na Zona Leste de São Paulo. É autor de inúmeros artigos pastorais publicados em revistas acadêmicas e livros de produção coletiva. E-mail: mgmanologodoy@gmail.com ; Orcid: [0009-0001-0410-9658](https://orcid.org/0009-0001-0410-9658)

Endereço: Rua Alexandre Mathias alves, 146 - Bairro Nova Cintra - CPF: 30516-340 Belo Horizonte - MG

Editor: Geraldo Luiz De Mori

Avaliador: Felipe Magalhães Francisco



DOI: 10.20911/25260782v11n1p21/2026

O Conceito de comunhão no Documento Final e os desafios para sua recepção na Igreja do Brasil ¹

Geraldo Luiz De Mori

Resumo: A 16ª Sessão Ordinária do Sínodo dos Bispos, concluída em outubro de 2024, teve como tema “Por uma Igreja Sinodal. Comunhão, Participação, Missão”. O Documento Final do Sínodo foi assumido pelo Papa Francisco como texto a ser implementado no conjunto da Igreja, conferindo ao membros do povo de Deus presentes nas duas Sessões do Sínodo o estatuto de magistério. O texto aqui proposto analisa um dos conceitos centrais do processo sinodal, o de Comunhão, mostrando o lugar que ele ocupa no Documento Final e os desafios de sua recepção no conjunto da Igreja do Brasil.

Palavras-Chave: Documento Final; Sínodo da Sinodalidade; Comunhão; Igreja

Abstract: The 16th Ordinary Session of the Synod of Bishops, which concluded in October 2024, had as its theme “For a Synodal Church: Communion, Participation, Mission.” The Final Document of the Synod was adopted by Pope Francis as a text to be implemented throughout the Church, conferring magisterial status on the members of the people of God present at the two Sessions of the Synod. The text proposed here analyzes one of the central concepts of the synodal process, that of Communion, showing the place it occupies in the Final Document and the challenges of its reception throughout the Church in Brazil.

Keywords: Final Document; Synod on Synodality; Communion; Church

INTRODUÇÃO

A XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, realizada entre 2021-2024, seguiu as normas previstas para um sínodo, como as definiu o Papa Francisco na Constituição Apostólica *Episcopalis communio*, em 2018: a etapa da escuta, a etapa do discernimento, a etapa da tomada de decisões, iniciando, após o final da 2ª Sessão e do anúncio do Papa de que o Documento Final é o documento a ser implementado, a etapa da recepção.

O caminho sinodal foi movido pela temática de fundo proposta: “Por uma Igreja sinodal. Comunhão, Participação, Missão”. Os três termos a partir dos quais é entendida a

¹ O texto retoma o conteúdo do Seminário proposto no primeiro dia do 9º Colóquio de Teologia e Pastoral. O tema do seminário é o mesmo título que presente artigo, a saber: “*O Conceito de comunhão no Documento Final e os desafios para sua recepção na Igreja do Brasil*”.

sinodalidade correspondem, segundo a proposta do 9º Colóquio de Teologia e Pastoral, organizado pelo Grupo de Pesquisa “Teologia e Pastoral”, da FAJE, a três eixos centrais do que o Concílio Vaticano II entendeu como sendo constitutivos da Igreja, presentes respectivamente na Constituição Dogmática *Lumen gentium*, na Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, e no Decreto *Ad gentes*. O presente texto propõe uma análise do termo “comunhão” no Documento Final do Sínodo. Para isso, após uma breve apresentação das diversas etapas do caminho sinodal e dos documentos que os orientaram, propõe uma análise do conceito comunhão nos textos que guiaram o processo sinodal, com ênfase, sobretudo, no Documento Final do Sínodo, concluindo com uma reflexão de caráter geral sobre alguns desafios da recepção desse conceito no atual momento da Igreja do Brasil.

1 BREVE RETOMADA DO CAMINHO SINODAL

A XVIª Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos foi convocada pelo Papa Francisco no dia 07/09/2021. A Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos (SGSB) publicou então o *Documento Preparatório da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*, que tinha como título “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”, e o *Vademecum para o sínodo sobre a sinodalidade*. Os dois textos ofereciam elementos motivacionais sobre o conteúdo do Sínodo que estava sendo convocado, e elementos metodológicos, com informações sobre as diferentes etapas previstas, com ênfase para a primeira etapa, dedicada a uma ampla escuta a ser promovida nas Igrejas locais do mundo.

Tanto o Documento Preparatório quanto o Vademecum previam a abertura oficial do Sínodo, com uma celebração no dia 10/10/2025, em Roma, e no dia 17/10/2025, nas diferentes Igrejas locais. Entre a data da convocação do Sínodo e sua abertura oficial, cada Igreja local deveria criar uma Comissão Diocesana encarregada de acompanhar a etapa da escuta. O Documento Preparatório e o Vademecum propunham uma “questão fundamental” e dez núcleos temáticos a partir dos quais se fazer a escuta. A questão fundamental era: “Uma Igreja sinodal, ao anunciar o Evangelho, “caminha em conjunto”. Como é que este “caminho em conjunto” está a acontecer hoje na vossa Igreja local? Que passos é que o Espírito nos convida a dar para crescermos no nosso “caminhar juntos”? (DP 26). Os dez núcleos temáticos eram os seguintes: 1. Acompanhantes no caminho; 2. Escutar; 3. Falar; 4. Celebração; 5. Partilhar a responsabilidade pela nossa missão comum; 6. Diálogo na Igreja e na sociedade; 7. Ecumenismo; 8. Autoridade e participação; 9. Discernimento e decisão; 10. Formar-nos na sinodalidade (DP 30).

A primeira etapa do Sínodo, realizada em todas as circunscrições eclesiais, produziu uma síntese, que foi enviada às Conferências Episcopais de cada país. Prevista para ser realizada até maio, ela foi posteriormente prorrogada até junho, com a Síntese enviada até o final de julho de 2022. Em agosto, as comissões episcopais nacionais elaboraram a Síntese Nacional e a enviaram à SGSB. Em setembro a SGSB, com o auxílio de uma comissão composta por membros da própria Secretaria e outros convidados, elaborou o Documento para a Etapa Continental. Entre janeiro e março de 2023, foram realizados vários encontros continentais:

Ásia, Oceania, Igrejas Orientais, Europa, África, Estados Unidos e Canadá, América Latina, que organizou 4 encontros regionais (América Central e México, em El Salvador; Caribe, na República Dominicana; Zona Bolivariana, em Quito; Cone Sul, em Brasília), redigindo depois a Síntese Continental enviada à SGSB.

No início de 2023 a SGSB enviou às Igrejas locais uma nova consulta: “Como ser uma igreja sinodal em missão?”, que, por sua vez, deveria contemplar os seguintes temas: “O rosto sinodal missionário da Igreja local”; “O rosto sinodal missionário das agrupações de Igrejas”; “O rosto missionário sinodal da Igreja universal”; “O método sinodal”; “O lugar da Igreja sinodal na missão”. A resposta a essas questões e os relatórios da etapa continental, deram origem ao *Instrumentum Laboris*, publicado em 20/06/2023, a partir do qual foi realizada a Primeira Sessão, em outubro de 2023. O *Instrumentum Laboris* está organizado da seguinte maneira: Prefácio, no qual constam: O percurso feito até agora; Um instrumento de trabalho para a segunda fase do percurso sinodal; A estrutura do texto: A. Para uma Igreja Sinodal. Uma experiência integral, subdividido em duas seções: A.1. Os sinais característicos de uma Igreja sinodal; A.2. Um caminho para a Igreja sinodal: o diálogo no Espírito; B. Comunhão, missão, participação. Três questões prioritárias para a Igreja sinodal, com três seções: B.1. Uma comunhão que irradia. Como podemos ser mais plenamente sinal e instrumento da união com Deus e da unidade do gênero humno?; B. 2. Corresponsáveis na missão. Como partilhar dons e tarefas ao serviço do Evangelho? ; B. 3. Participação, responsabilidade e autoridade. Que processos, estruturas e instituições numa Igreja sinodal missionária? Aos temas da letra B, estavam associadas, na segunda parte, várias fichas, organizadas da seguinte maneira: Fichas para B.1. Uma comunhão que irradia; Fichas para B.2. Corresponsáveis na missão; B.3. Fichas para B.3. Participação, responsabilidade e autoridade². Uma novidade, tornada pública em julho de 2023, foi a convocação de leigos e leigas, religiosos e religiosas, diáconos e presbíteros, com direito a voz e voto num sínodo de bispos. Essa foi a primeira vez que esses representantes do Povo de Deus participaram de uma sessão sinodal nessa condição.

A Sessão aconteceu em outubro de 2023, com uma dinâmica que surpreendeu a todos, a das mesas ao redor das quais se estabeleu a “conversação no Espírito”. Essa dinâmica já tinha sido utilizada na etapa continental, mas apareceu como uma novidade pela midiatização a que se prestou. Os debates realizados deram origem a um Relatório de Síntese, organizado em três partes e 20 capítulos, que, por sua vez, seguiam a seguinte dinâmica: consensos sobre o tema em discussão; questões não consensuais; orientações. Os temas do Relatório foram os seguintes: I. O rosto da Igreja sinodal: 1. A sinodalidade: experiência e compreensão; 2. Reunidos e enviados pela Trindade; 3. Entrar numa comunidade de fé: a iniciação cristã; 4. Os pobres, protagonistas do caminho da Igreja; 5. Uma Igreja de “toda tribo, língua, povo e nação”; 6. Tradições das Igrejas Orientais e da Igreja latina; II. Todos discípulos, todos missionários: 8. A Igreja é missão; 9. A mulher na vida e na missão da Igreja; 10. A vida consagrada e as agregações laicais: um sinal carismático; 11. Diáconos e

2 Cf. Sumário do *Instrumentum Laboris*.

presbíteros em uma Igreja sinodal; 12. O bispo na comunhão eclesial; 13. O bispo de Roma no Colégio dos bispos; III. Tecer laços, construir comunidade: 14. Uma abordagem sinodal da formação. 15. Discernimento eclesial e questões abertas; 16. Por uma Igreja que escuta e acompanha; 17. Missionários no ambiente digital; 18. Organismos de participação; 19. Os reagrupamentos de Igreja na comunhão de toda a Igreja; 20. Sínodo dos bispos e Assembleia eclesial³. Após a realização da Primeira Sessão, o Papa Francisco escreveu, em fevereiro de 2024, uma carta ao Cardeal Grech, Secretário Geral do Sínodo, na qual fala de sua decisão de criar grupos de aprofundamento dos temas mais polêmicos debatidos no sínodo. Em março, os grupos foram constituídos, com seus componentes e responsáveis. Eles foram formados a partir dos seguintes temas: 1. Alguns aspectos referentes às relações entre as Igrejas orientais católicas e a Igreja latina; 2. A escuta do grito dos pobres; 3. A missão no espaço digital; 4. A revisão da *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis* em perspectiva sinodal e missionária. 5. Algumas questões teológicas e canônicas ao redor de formas ministeriais específicas; 6. A revisão, em perspectiva sinodal missionária, dos documentos sobre as relações entre bispos, vida consagrada, agregações laicais; 7. Alguns aspectos da figura e do ministério do Bispo (em particular: os critérios de seleção dos candidatos ao episcopado, a função judicial do Bispo, a natureza e o desenvolvimento das visitas *ad limina Apostolorum*) em uma perspectiva sinodal missionária; 8. O papel dos representantes pontifícios na perspectiva sinodal missionária; 9. Critérios teológicos e metodologias sinodais para um discernimento compartilhado de questões doutrinárias, pastorais e éticas controvertidas; 10. A recepção dos frutos do caminho ecumênico na práxis eclesial⁴.

Em julho de 2024 a SGSB publicou o *Instrumentum Laboris* da Segunda Sessão, com a seguinte organização: **Introdução**, com os seguintes tópicos: Três anos de caminho; Um instrumento de trabalho para a Segunda Sessão; **Fundamentos**, com os seguintes tópicos: A Igreja Povo de Deus, sacramento de unidade; O significado partilhado de sinodalidade; A unidade como harmonia nas diferenças; Irmãs e irmãos em Cristo: uma reciprocidade renovada; Chamada à conversão e à reforma; **Parte I. Relações**, com os seguintes tópicos: Em Cristo e no Espírito: a iniciação cristã; Para o Povo de Deus: carismas e ministérios; Com os Ministros ordenados: ao serviço da harmonia; Entre as Igrejas e no mundo: o concreto da comunhão; **Parte II. Percursos**, com os seguintes tópicos: Uma formação integral e partilhada; O discernimento eclesial para missão; A articulação dos processos decisórios; Transparência, prestação de contas, avaliação; **Parte III. Lugares**, com os seguintes tópicos: Territórios para caminhar juntos; As Igrejas locais na Igreja Católica única e una; Os laços que dão forma à unidade da Igreja; O serviço do Bispo de Roma em prol da unidade; **Conclusão**. A Igreja sinodal no mundo⁵.

Em outubro foi então realizada a segunda sessão, que chegou a alguns consensos, que se encontram na estrutura do Documento Final, que possui a seguinte estrutura: Introdução;

3 Cf. Sumário, *Instrumentum Laboris*.

4 Cf. Carta do Papa e Documento da SGSB.

5 Cf. SGSB. Sumário do *Instrumentum laboris* da Segunda sessão.

Parte I. O coração da sinodalidade: Chamados pelo Espírito Santo à conversão, com os seguintes tópicos: A Igreja povo de Deus, sacramento de unidade; As raízes sacramentais do povo de Deus; Significado e dimensões da sinodalidade; A unidade como harmonia; A espiritualidade sinodal; A sinodalidade como profecia social; Parte II. No barco, juntos. A conversão das relações, com os seguintes tópicos: Novas relações; Em uma pluralidade de contextos; Carismas, vocações e ministérios para a missão; O ministério ordenado a serviço da harmonia; O ministério do bispo: compor em unidade os dons do Espírito; Com o bispo: presbíteros e diáconos; A colaboração entre os ministros ordenados na Igreja sinodal; Juntos pela missão; Parte III. “Lançai a rede”. A conversão dos processos, com os seguintes tópicos: O discernimento eclesial para a missão; A articulação dos processos de decisão; Transparência, prestação de contas, avaliação; Sinodalidade e organismos de participação; Parte IV. Uma pesca abundante. A conversão dos vínculos, articulada ao redor dos seguintes tópicos: Enraizados e peregrinos; Intercâmbio de dons; Vínculos para a unidade: Conferências Episcopais e Assembleias eclesiais; O serviço do Bispo de Roma; Parte V. “Também eu vos envio”. Formar um povo de discípulos missionários; Conclusão. Um banquete para todos os povos.

Após o final do Sínodo, o Papa Francisco publicou, em 24/11/2024, uma nota de acompanhamento ao Documento Final. Em 15/03/2025 o Cardeal Grech enviou, por sua vez, uma Carta sobre o processo de acompanhamento da fase de implementação do sínodo.

2 O TERMO COMUNHÃO NA XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS

Os diferentes textos que serviram de subsídio para o processo sinodal possuem várias ocorrências do termo “comunhão”. Assim: no Documento Preparatório, há 12 ocorrências, dentre as quais uma como título; no *Documento da Etapa Continental*, há 17 ocorrências, duas delas como subtítulos; no *Instrumentum Laboris* da Primeira Sessão, 56 ocorrências, 14 delas como títulos, subtítulos, perguntas e na bibliografia; no *Relatório de Síntese* da Primeira Sessão, o termo aparece 39 vezes, 4 como títulos e subtítulos; no *Instrumentum Laboris* da Segunda Sessão, há 47 ocorrências, 2 delas como títulos e subtítulos; no *Documento Final*, o termo aparece 54 vezes, uma delas como título. A seguir serão apresentados os significados são são dados a esse termo no Documento Final.

A primeira ocorrência é a do **título geral do Sínodo**, no qual o termo aparece pela primeira vez. Na **Nota de acompanhamento**, proposta pelo Papa Francisco, se diz que o Documento Final recolhe o caminho feito, no qual a Igreja, deixando-se iluminar pelo Espírito Santo, foi chamada a ler a sua própria experiência e a identificar os passos a dar para viver a comunhão. Em seguida, na **Introdução**, evoca-se o tema geral do Sínodo (DF, 3); se afirma que uma das formas de pecado existentes no seio da Igreja é o que atenta contra a comunhão. O texto sublinha então que o amor misericordioso de Deus, que faz com que a dureza dos corações seja superada, é o que abre à comunhão (DF, 6).

Na **Parte I**. “O coração da Sinodalidade. Chamados pelo Espírito Santo à conversão”, no subtópico “**A Igreja povo de Deus, sacramento de unidade**”, se afirma que o “povo de Deus a caminho do Reino é continuamente alimentado pela Eucaristia, fonte de comunhão e unidade” (DF, 16). O texto afirma que o processo sinodal levou a Igreja a experimentar o “prazer espiritual” de ser povo de Deus, constituído de muitos tipos de pessoas, que este povo é peregrino e já vive em comunhão com a Igreja do céu (DF, 17). O texto diz ainda que “no santo Povo de Deus, que é a Igreja, a comunhão dos Fiéis (*communio Fidelium*) é ao mesmo tempo a comunhão das Igrejas (*communio Ecclesiarum*), que se manifesta na comunhão dos Bispos (*communio Episcoporum*), em virtude do antiquíssimo princípio de que “o Bispo está na Igreja a Igreja está no Bispo” (São Cipriano, Epístola 66, 8). Ao serviço desta comunhão multiforme, prossegue o texto, o Senhor colocou o apóstolo Pedro (cf. Mt 16,18) e os seus sucessores” (DF, 18). O texto lembra ainda que a vocação e o serviço profético da Igreja consistem em “testemunhar o projeto de Deus de unir a si toda a humanidade na liberdade e na comunhão” (DF, 20).

No subtópico “**As raízes sacramentais do povo de Deus**”, ao refletir sobre o batismo, o Documento Final afirma que o *sensus fidei* é o que torna possível a conaturalidade com as realidades divinas, que faz com que os crentes tenham a aptidão para captar intuitivamente o que é conforme à verdade da Revelação na comunhão da Igreja (DF, 22). Em seguida recorda que o batismo só é compreensível no âmbito da iniciação cristã, itinerário através do qual o Senhor, mediante o ministério da Igreja e o dom do Espírito, insere os fiéis na fé pascal e na comunhão trinitária e eclesial (DF, 24).

No subtópico seguinte, “**Significado e dimensões da sinodalidade**”, o Documento Final indica os três aspectos da vida da Igreja designados com o termo sinodalidade: estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja, exprimindo a sua natureza como o caminhar juntos e o reunir-se em assembleia do povo de Deus convocada pelo Senhor Jesus na força do Espírito Santo para anunciar o Evangelho. Na vida ordinária deve exprimir-se no modo ordinário de viver e agir da Igreja, através da escuta comunitária da Palavra e da celebração da Eucaristia, da fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e participação de todo o povo de Deus. O segundo aspecto designado com o termo sinodalidade, remete às estruturas e processos eclesiais nos quais se exprime a natureza sinodal da Igreja em nível institucional. O terceiro designa o acontecer pontual de eventos sinodais em que a Igreja é convocada pela autoridade competente e segundo procedimentos específicos, sob a presidência dos bispos “em comunhão colegial e hierárquica com o Bispo de Roma” (DF, 30). O texto relembra a eclesiologia conciliar do Povo de Deus, na qual o conceito de “comunhão exprime a substância profunda do mistério e da missão da Igreja”, tendo na Eucaristia a expressão profunda do mistério e da missão da Igreja, que é a união com Deus Trindade e a unidade entre as pessoas humanas que se realiza em Cristo através do Espírito Santo. Neste contexto, se vive a sinodalidade de modo concreto e o ser comunhão da Igreja no caminhar juntos, na reunião em assembleia e na participação ativa de todos os seus membros na sua missão evangelizadora (DF, 31). Evoca-se ainda a autoridade dos pastores, como dom do Espírito de Cristo para o corpo da Igreja, ligados ao sacramento da ordem, que configura quem o recebe a Cristo

Cabeça, Pastor e Servo, e os coloca ao serviço do santo Povo de Deus para salvaguardar a apostolicidade do anúncio e promover a comunhão eclesial em todos os níveis (DF, 33).

O subtópico **“A unidade como harmonia”** afirma-se que a Igreja sempre foi uma pluralidade de povos e línguas, com vários ritos, vocações, carismas e ministérios, ao serviço da unidade comum. Põe-se também em evidência que a assembleia sinodal pediu que se prossiga o caminho do encontro, da compreensão recíproca e do intercâmbio de bens que alimentam a comunhão de uma Igreja de Igrejas (DF, 38). São valorizados também os contextos nos quais se encontra a Igreja e a diversidade dos membros que a compõem nesses contextos. Afirma-se que as relações, o “estar com”, é a chave para crescer como Igreja sinodal missionária. O tema da unidade dos cristãos é tratado, através da afirmação de que ela se dá em virtude do batismo comum e em resposta ao apelo a viver juntos a comunhão, a unidade dos discípulos, pelas quais Cristo rezou na Última Ceia. O texto evoca a presença de delegados fraternos no Sínodo e manifesta a esperança de próximos passos para a plena comunhão (DF, 40). Nos subtópicos **“A espiritualidade sinodal”** e **“A sinodalidade como profecia social”**, não se encontra a presença do termo.

Na **Parte II**. “No Barco, juntos. A conversão das relações”, no subtópico **“Novas relações”**, evoca-se o apelo emergido no processo sinodal de alimentar novas relações. Quando “nossas relações, mesmo na sua fragilidade, deixam transparecer a graça de Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito, confessamos com a vida a fé em Deus Trindade” (DF, 50). No subtópico **“Numa pluralidade de contextos”**, o termo não aparece; tampouco no subtópico **“Carismas, vocações e ministérios para a missão”**. No subtópico **“O ministério ordenado ao serviço da harmonia”**, no número dedicado ao ministério do bispo, sublinha-se que sua função é a de presidir uma Igreja local, como princípio visível de unidade no seu interior e vínculo de comunhão com todas as Igrejas (DF 69). No final destemismo número diz que “ao fazer isto, ele realiza aquilo que é mais próprio e específico de sua missão no contexto da solicitude pela comunhão das Igrejas”. No subtópico **“Juntos pela missão”**, num número dedicado aos ministérios não instituídos, recora-se, em particular, o ministério extraordinário da comunhão (DF, 76).

Na **Parte III**. “Lançai a rede. A conversão dos processos”, no subtópico **“O discernimento eclesial para a missão”**, que trata do discernimento eclesial, afirma-se que o discernimento é ao mesmo tempo condição e expressão privilegiada da sinodalidade, “na qual se vive juntos a comunhão, a missão e a participação” (DF, 82). No subtópico **“A articulação dos processos de decisão”**, no dedicado aos processos de consulta, observa-se que, “nos diversos modos em que é exercida, está sempre ao serviço da comunhão e do acolhimento da verdade de Cristo” (DF, 91). Observa-se ainda que, uma vez feita a consulta nos processos de decisão e tomada a decisão, todos, “em virtude do vínculo de comunhão que une os batizados, são obrigados a respeitá-la e pô-la em prática” (DF, 93, c). Nos subtópicos **“Transparência, prestação de contas e avaliação”** e **“Sinodalidade e organismos de participação”**, não há a presença do termo comunhão.

Na **Parte IV**. “Uma pesca abundante. A conversão dos vínculos”, ao evocar o tema da pesca, citado no início da Parte IV, se afirma que a Igreja sinodal é “feita de laços que se unem na comunhão e de espaços para a variedade de cada povo e cada cultura”. Segue-se, no mesmo número, a afirmação de que num tempo em que mudam os lugares onde a Igreja está radcada e peregrina, é necessário cultivar de novas formas o intercâmbio de dons e o entrelaçamento dos laços que nos unem, apoiados pelo ministério dos bispos em comunhão entre si e com o Bispo de Roma” (DF, 109). No subtópico **“Ensaizados e peregrinos”**, ao afirmar o enraizamento da Igreja num lugar, diz que a “comunhão das Igrejas manifesta a comunhão dos fiéis no seio da Igreja” (DF, 110). Também se propõe a associação entre lugar e “casa”, quando se diz, que “nosso compromisso, sustentado pelo Espírito, é fazer com que a Igreja seja percebida como casa acolhedora, sacramento de encontro e de salvação, escola de comunhão para todos os filhos e filhas de Deus” (DF, 115). Recorda-se ainda que a “Igreja local, entendida como Diocese ou Eparquia, é o âmbito fundamental no qual a comunhão em Cristo nos batizados se manifesta de modo mais pleno” (DF, 116). No subtópico **“Intercâmbio de dons”**, ao evocar o intercâmbio de dons, lembra que a Igreja “Constituída em Cristo como Povo de Deus por todos os povos da terra e dinamicamente articulada na comunhão das Igrejas locais, dos seus agrupamentos, das Igrejas *sui iuris* no seio da Igreja una e católica”, vive a sua missão favorecendo e acolhendo as qualidades, riquezas, costumes e modo de ser dos povos, assumindo-os, purificando-os, fortalecendo-os e lavando-os (DF, 120). No subtópico **“Vínculos para a unidade: Conferências episcopais e Assembleias Eclesiais”**, se nota que “o horizonte da comunhão no intercâmbio de dons é o critério inspirador das relações entre as Igrejas” (DF, 124), e que as Conferências episcopais exprimem e realizam a colegialidade dos Bispos para favorecer a comunhão entre as Igrejas e responder à necessidades da vida pastoral” (DF, 125). No subtópico **“O serviço do bispo de Roma”**, se afirma, no contexto do diálogo entre as Igrejas orientais e a Igreja de Roma, como “Igrejas *sui iuris* em plena comunhão com o Bispo de Roma, elas conservam a sua identidade oriental e a sua autonomia”. Propõe-se ainda a necessidade de revisitar a história e curar as feridas do passado e aprofundar as formas de viver a comunhão” (DF, 132). Propõe-se também a criação de um Conselho de Patriarcas, Arcebispos Maiores e Metropolitas das Igrejas Orientais católicas para “promover a comunhão e a partilha do patrimônio litúrgico, teológico, canônico e espiritual” (DF, 133). O Documento aborda também o exercício do ministério petrino em chave sinodal, afirmando que é preciso proceder a uma “salutar descentralização”, lembrando que a Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium* já prevê deixar à competência dos Pastores a faculdade de resolver as questões que eles conhecem bem e que não tocam a unidade da doutrina, da disciplina e da “comunhão da Igreja”. Fala-se da possibilidade de se avançar na reflexão sobre assuntos reservados ao Papa, com base na “dinâmica eclesial da comunhão” (DF, 134). Aborda-se ainda o papel da Cúria romana, dos Representantes Pontifícios, das visitas *ad limina Apostolorum*, evocando ainda a importância de se favorecer o conhecimento recíproco e os laços de comunhão entre os membros do Colégio Cardinalício, tendo em conta a diversidade de origem e de cultura (DF, 135). O exercício do Primado, na perspectiva do diálogo ecumênico, é também tratado, sublinhando a importância de se procurar um modelo de unidade baseado numa “eclesiologia de comunhão” (DF, 137). Evoca-se, no n. 138,

a riqueza da participação dos Delegados Fraternos e da proposta de se realizar um sínodo ecumênico sobre a evangelização. A raiz dessa possibilidade, afirma o texto, é “a união no único batismo, do qual brota a identidade do Povo de Deus e o dinamismo de comunhão, participação e missão”.

A **Parte V**. “Também eu vos envio”. Formar um povo de discípulos missionários”, que trata da formação, recorda que na história de cada um há o encontro com muitas pessoas e grupos ou pequenas comunidades que contribuíram para introduzir “na relação com o Senhor e na comunhão da Igreja”. Recorda ainda o “dom da comunhão, da missão e da participação, os três eixos portadores da sinodalidade, que se realiza e se renova em cada Eucaristia (DF, 142). Fala-se a necessidade de formação sinodal partilhada para todos os batizados, como horizonte para se compreender e praticar a formação específica necessária para os ministérios e para as diversas formas de vida. Para que isso aconteça é necessário que ela se realize como intercâmbio de dons entre vocações diversas (comunhão), na ótica de um serviço a ser realizado (missão) e num estilo de envolvimento e de educação à corresponsabilidade diferenciada (participação) (DF, 147).

A **Conclusão**. “Um banquete para todos os povos”, recorda o convite de Jo 21,9.12.13, e afirma que o Ressuscitado abre de novo o espaço da comunhão e imprime para sempre nos discípulos a marca de uma misericórdia que se abre ao futuro (DF, 152). Ainda comentando as comidas que o Ressuscitado realizou com os discípulos, lembra que elas são símbolo de convívio e comunhão (DF, 153), que é preciso caminhar em estilo sinodal, no entrelaçamento de vocações, carismas e ministérios, indo ao encontro de todos para levar a alegria do Evangelho, para assim viver a “comunhão que salva” (DF, 154).

Como anexos ao Documento Final, aparece, o Discurso Geral do Papa Francisco, no qual evoca os 60 anos de criação do Sínodo dos Bispos, que, segundo o Pontífice, se tornou um espaço privilegiado de ajuda eficaz para o Bispo de Roma no seu serviço à comunhão de todas as Igrejas e da Igreja inteira. O discurso segue recordando a convocação da XVI Assembleia Geral do Sínodo, que, diz o Papa, é um serviço para evitar o perigo de uma ruptura da comunhão, colocando a hierarquia contra os fiéis leigos.

Como se pode verificar em todas essas 54 ocorrências do termo “comunhão” do Documento Final, percebem-se os seguintes significados do termo: (1) Dimensão mais teológica e fundamental, remetendo, por um lado, à comunhão trinitária, à comunhão entre os seres humanos, como sinal e sacramento da unidade da humanidade, e, por outro, à experiência dos sacramentos do batismo e da eucaristia; (2) Comunhão na Igreja, entre os fiéis, entre fiéis e pastores (bispos, padres); (3) Comunhão entre as igrejas (no seio da Igreja, entre a Igreja católica e as Igrejas Orientais, entre a Igreja católica e as Igrejas oriundas da Reforma); (4) Processos realizados e ministérios; (5) Tema geral do sínodo.

3 DESAFIOS PARA A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE COMUNHÃO NA IGREJA DO BRASIL

O mundo vive há algum tempo um processo de polarização social, política, cultural e religiosa crescente, que o Papa Francisco, na Encíclica *Fratelli tutti* classificou de “terceira guerra mundial por pedaços” (FT, 25). Na linguagem comum, muitos classificam a cultura atual como a das “bolhas”, com novas formas de sociabilidade, muitas delas determinada pela lógica das redes sociais, fundadas na superficialidade, na atualidade, na ausência de interesse pela verdade. Alguns falam de época da “pós-verdade”. Em parte, tudo isso é o desdobramento do processo de fragmentação iniciado com o que muitos sociólogos e filósofos têm classificado de hiper ou pós-modernidade (cf. LYOTARD), modernidade tardia (cf. HABERMAS), sociedade líquida (cf. BALMAN).

A fragmentação, em parte, é o resultado da crise ou do “fim” dos “metarrelatos”, ou das “grandes narrativas”. Por um lado, essa crise ou esse fim tem um aspecto positivo, pois faz emergir as “pequenas narrativas” das diferenças, que, em geral, foram pouco reconhecidas, marginalizadas, desprezadas e perseguidas no processo que deu origem ao mundo moderno. O positivo da irrupção das diferenças não é, porém, isento de ambiguidades. Uma delas é o fechamento na própria narrativa, em afirmações identitárias pouco receptivas das demais narrativas e identidades, postulando-se como a única verdadeira, mais digna ou eticamente mais defensável. Nesse sentido, o apelo ao reconhecimento das diferenças é uma das bandeiras que caracteriza o pensamento da alteridade, identificado por várias teorias como mais liberal ou esquerdista. Por outro lado, essa enorme quantidade de narrativas numa sociedade “líquida” levanta também a questão de como pensar e organizar a própria existência e identidade nesse novo contexto. Muitos se sentem perdidos e, em certas situações, ameaçados, e tendem a se afirmar nas narrativas identificadas por vários teóricos como “conservadoras” ou de “direita”, no espectro político, muitas vezes tendendo ao fundamentalismo epistemológico, ético.

As “guerras de narrativas” emergem então a todo o momento, tanto no âmbito social, quanto cultural e religioso. Nos últimos anos, alguns grupos começam a colocar em dúvida experiências do passado que pareciam nunca mais serem capazes de serem defendidas, como a de grupos de extrema direita, no campo da política. Esses grupos têm se articulado há alguns anos, com tentáculos em todos os continentes e em muitos países. O Brasil se revelou um “laboratório” impressionante de construção dessa “guerra”. Inicialmente minoritários, os grupos de extrema direita ganharam força mesmo em países tidos como referência na defesa da democracia, como é o caso dos Estados Unidos, da França, dentre outros. E para respaldar a própria narrativa, também recorrem à religião.

Em parte, a Encíclica *Fratelli tutti*, com a ideia da “fraternidade e da amizade social”, buscou oferecer uma resposta a esse tipo de “lógica” perversa que estava cada vez mais ganhando espaço no mundo a partir de 2011. Para se chegar à fraternidade e à amizade social, no âmbito interno da Igreja, o Papa Francisco propôs o caminho sinodal, que é justamente o que valoriza o caminhar juntos, reconhecendo-se irmãos e irmãs, oferecendo a experiência

da fé e do ser Igreja como “sinal e sacramento” de que é possível uma vida com os diversos que compõem o corpo eclesial marcada pela escuta, pelo respeito do outro, buscando o diálogo, a concórdia, a acolhida, o reconhecimento mútuo, deixando-se enriquecer pelo que cada diferença tem de único, que enriquece a todos.

O tema da “comunhão”, que é um dos temas que aparece no tema geral da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, tem em vista justamente isso: tornar a Igreja um “sacramento”, ou seja um sinal (instrumento, mediação) credível de uma unidade poliédrica, que não suprime as diferenças, mas a tornam fonte de enriquecimento.

Se o tema da sinodalidade teve dificuldades para ser entendido e acolhido no corpo da Igreja, desde que foi proposto, o mesmo se dá com o tema da comunhão. A Igreja, que sempre teve tendências e correntes espirituais, pastorais, eclesiais e teológicas diferentes, conheceu nos últimos anos, em parte sob influência da polarização das sociedades, um processo parecido de polarização. As diferenças foram vistas por muitos fiéis como auto-excludentes, e a polarização externa inseriu-se no seio do corpo eclesial.

No Brasil, a oposição entre “conservadores” e “progressistas” marcou, desde o início, a recepção do Concílio Vaticano II, tendo origens mais antigas, que já atravessavam o corpo eclesial desde o final do século XIX, entre a visão que se tornou hegemônica, a do catolicismo intransigente e anti-moderno, e a visão mais aberta, que buscava o diálogo. No período pós-conciliar, as oposições se reagruparam ao redor dos termos “conservador” ou “tradicional” e “progressista” ou “libertador”. As duas posturas nunca chegaram, porém, a colocar em dúvida os principais documentos e consensos do Vaticano II. Nos últimos anos, Contudo, o que Libanio chamava de 5 “cenários de Igreja” (instituição, palavra, carismática, práxis libertadora e fragmentado pós-moderno), deu origem a um sexto cenário, o tradicionalista. Embora presente com certa força em vários países europeus e nos Estados Unidos, esse “cenário” nunca chegou a ter importância e força no conjunto da Igreja do Brasil. A partir da cisão ocorrida no final da década de 1990 na TFP (Tradição, Família, Propriedade), com a criação dos Arazos do Evangelho, e da ascensão de “pregadores” e “influenciadores” nas novas mídias, com um caráter mais doutrinal e alinhado com a perspectiva de grupos de extrema direita, uma mudança significativa passou a ser percebida. Com a criação do Centro Dom Bosco, abertamente alinhado com o tradicionalismo católico anti-Vaticano II, iniciou-se uma campanha forte contra as leituras mais progressistas da fé católica, dando origem a críticas abertas ao Papa Francisco, à CNBB, assumindo a perspectiva chamada de sedevacantista. A presença desses grupos e sua influência no conjunto dos fiéis, alinhadas à ideologia da extrema direita fizeram com que a oposição sadia do período pós-conciliar se tornasse polarização, com campanhas fortes nas novas mídias sociais e em canais de inspiração católica, dificultando e ameaçando a comunhão no conjunto do corpo eclesial do Brasil.

Falar de comunhão neste contexto é ao mesmo tempo um desafio e uma tarefa. Desafio porque muitas pessoas ligadas a tais grupos não estão abertas ao diálogo e promovem não

a comunhão, mas a divisão na e da Igreja. Tarefa porque os/as discípulos/as de Cristo são chamados à comunhão e à unidade, pois só assim serão, de fato, “sacramento” de uma união dos diferentes que mostre que é possível ser enriquecido e fecundado mutuamente por aquilo que cada um traz de único, em benefício de todos.

REFERÊNCIAS

BALMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LIBANIO, J. B. *Cenários de Igreja*. Num mundo plural e fragmentado. São Paulo: Loyola, 5ª Ed., 2012.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento preparatório da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Roma: Sala Stampa Della Santa Sede. Bollettino, 2021. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGHESEOK> Acesso: 30/04/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Vademecum para o sínodo sobre a sinodalidade*. Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Roma: SGSB, 2021. Disponível: https://www.synod.va/content/dam/synod/common/vademecum/pt_vade.pdf Acesso: 30/04/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. “*Alarga o espaço da tua tenda*” (Is 54,2). *Documentno de trabalho para a etapa continental*. Roma: Roma: SGSB. Disponível: <https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/dcs/20221025-POR-DTC-FINAL-OK.pdf> Acesso: 30/04/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Instrumentum laboris para a primeira sessão*. Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Roma: SGSB. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/06/20/0456/01015.html#po> Acesso: 01/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Relatório de Síntese da primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. Roma: SGSB. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/10/28/0751/01653.html> Acesso: 01/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Carta do Santo Padre ao Em Cardeal Mario Grech*. Roma: SGSB. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/03/14/0213/00455.html#po> Acesso: 02/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento della Segreteria Generale Del Sinodo: “Come essere Chiesa sinodale in missione? Cinque prospettive da approfondire teologicamente in vista della Seconda Sessione della XVI Assembleia Generale Ordinaria del Sinodo dei Vescovi*. Roma: SGSB. Disponível: https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/03/14/0212/00453.html#es_primo Acesso: 04/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Instrumentum laboris para a segunda sessão*. Como ser Igreja sinodal missionária. Roma: SGSB, 2025. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/07/09/0560/01156.html#po> Acesso: 09/07/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento Final*. Por uma Igreja sinodal. Comunhão, participação, missão. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2025.

Texto submetido dia 30/10/2025 e aprovado dia 30/11/2025

Geraldo Luiz De Mori: Jesuíta, teólogo, com graduação em filosofia e teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (instituição eclesiástica que deu origem, do ponto de vista civil, à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE). Mestre e doutor em teologia pelas Facultés Jésuites de Paris – Centre Sèvres, atual Facultés Loyola Paris; professor de teologia sistemática na FAJE; membro do Board de editores da revista *Concilium*, líder do Grupo de Pesquisa “As interfaces da antropologia na teologia contemporânea”, bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: geraldolm@faje.asav.org.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6176-2063>

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – CEP: 31.720-300 – Belo Horizonte, MG

Avaliador: Francisco das Chagas de Albuquerque

Editor: Geraldo Luiz De Mori



DOI: 10.20911/25260782v11n1p34/2026

Comunhão como princípio da sinodalidade

Alzirinha Souza

Resumo: O presente artigo tem como tema central a comunhão, abordada a partir de dois momentos complementares. No primeiro, apresentamos a reflexão bíblica a partir do Antigo e do Novo Testamento, evidenciando o deslocamento do sentido de multidão para comunhão. Tal percurso revela uma dinâmica relacional que ultrapassa o simples ajuntamento de pessoas, apontando para uma experiência que envolve o estar juntos ao viver juntos, o escutar que conduz à adesão que se transforma em partilha. Em segundo momento, refletimos sobre a comunhão como elemento constitutivo do estilo sinodal de ser Igreja, que gera comunidade. À luz do pensamento de José Comblin, refletimos sobre a comunidade como modelo concreto de “ser Igreja”, capaz de promover processos de transformação pessoal e social. Nessa perspectiva, a comunhão vivida na comunidade possibilita o surgimento de homens e mulheres novos, formados como discípulos e seguidores de Jesus, chamados a encarnar o Evangelho em todos os tempos da história.

Palavras-chave: Sinodalidade, Ecclesiologia, Comunhão, Práxis cristã.

Abstract: The present article takes communion as its central theme, approached through two complementary moments. First, it offers a biblical reflection grounded in both the Old and the New Testament, highlighting a shift in meaning from multitude to communion. This trajectory reveals a relational dynamic that goes beyond the mere gathering of individuals, pointing instead to an experience that moves from being together to living together, from listening to adherence, and from adherence to sharing. In a second moment, the article reflects on communion as a constitutive element of the synodal style of being Church, a style that gives rise to genuine community. In dialogue with the thought of José Comblin, the community is understood as a concrete model of “being Church,” capable of fostering processes of personal and social transformation. From this perspective, communion lived within the community makes possible the emergence of new men and women, formed as disciples and followers of Jesus, called to embody the Gospel in every period of history.

Keywords: Synodality; Ecclesiology; Communion; Christian praxis.

INTRODUÇÃO

O tema que vamos refletir aqui, “*Comunhão*”, nos parece familiar, contínuo e por vezes esgotado. Tão familiar, que parece que nos tempos atuais, ao entrar em contato com as diversas comunidades, eventualmente não encontramos mais aí o seu sentido refletido. Organizamos nossa reflexão em dois momentos. No primeiro partiremos da compreensão do sentido bíblico das palavras *comunhão*, *povo* e *multidão* e como estas palavras são

relacionadas com a práxis cristológica, para, num segundo momento, à luz do pensamento de José Comblin, recuperar os princípios e a aplicabilidade do sentido de Comunhão=comunidade=comunidade, que é base para o processo Sinodal.

1 O SENTIDO BÍBLICO DE COMUNHÃO

O Salmo 133,1 (132,1) expressa em seu início: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união” *הִנֵּנִי מַחְיֵה בְּיָחָד מִיֵּעַנֵּה־מִי בִּשְׂהֵמָה הַגָּדָה* (Hinnê mah-tov umah-na'im shevet 'achîm gam-yachad). Essa expressão *yachad* – união-comunhão, em hebraico (é o termo para o numero “um»), tem um sentido mais amplo de: sentar-se juntos, estar juntos, viver juntos (cf. SHÖKEL, 1997; RUSCONI, 2003; BÍBLIA JERUSALÉM, 2002)¹.

Ora, o Salmo, a seu tempo, expressa a comum-união de pessoas que juntas perfazem aqueles/as que se colocam em relação com o Deus de Abraão, Isaac e Jacó. Esse núcleo do Povo de Deus, que se conformará ao longo da história de Israel, é constituído por aqueles que se colocam no mundo a partir de uma perspectiva determinada, a saber, a da relação que estabelecem com o Deus de Israel e, por isso, se diferenciam. Não se colocam em conjunto por outra razão que não seja essa.

Ao longo dos textos bíblicos, à medida que a organização do Povo de Deus se transforma, ou seja, afeta e é afetada pela história, novos sentidos para o “reunir-se juntos” aparecem. A versão grega desse versículo (a LXX) trará: Ἰδοὺ δὲ τί καλὸν ἢ τί τερπνόν, ἀλλ' ἢ τὸ κατοικεῖν ἀδελφοὺς ἐπὶ τὸ αὐτό (Idoû dê tí kalòn ē tí terpnón, all' ē tò katoikeîn adelphous epì tò autó). Em grego, o termo *katoikeîn* traduz o termo *yachad* com o sentido de “habitar”, *estar sob o mesmo teto, a mesma tenda, o mesmo grupo que se coloca sob o “teto de Deus”*. O sentido se amplia para dizer que Deus é aquele que está por cima da realidade e sua proximidade se dá na relação mútua com seu povo e e na relação de seu povo com ele, que define o habitar juntos de todo o Povo de Deus. Ora, o sentido de comunhão, contrapõe o sentido de “multidão”, que é o de “ovelhas sem pastor”.

Nos Evangelhos, o termo mais comum para “multidões” é: ὄχλος (*ochlos*) – traduzido como “multidão”, “povo”, “massa”, “ajuntamento”. Também aparecem: πλῆθος (*plēthos*) – “grande número”, “quantidade”, também usado para “multidão” (cf. Lc 5,6; At 2,6); λαός (*laos*) – “povo”, mas com uma carga mais teológica (remete ao povo eleito), diferente de *ochlos*.

A expressão multidão é “posta” como “público de Jesus”. Em muitos textos, Jesus ensina, cura e realiza sinais diante das multidões: “Vendo as multidões, Jesus subiu ao monte...” (Mt 5,1); “Jesus, ao desembarcar, viu uma grande multidão, compadeceu-se dela...” (Mc 6,34); Aqui, a multidão é receptora da compaixão e da Palavra. Um símbolo do povo sedento de Deus, desorganizado, sem pastor (cf. Nm 27,17). Jesus se posiciona como o novo Pastor-Mestre-Messias.

¹ Para a construção do texto referente ao item 1, contei com a assessoria/orientações e correções dos professores/biblistas: Prof. Dr. Antonio Carlos Frizzo para AT e Prof. Ms. Guilherme Anselmo Jr, para NT.

O termo multidão pode ainda ter o sentido de “volúvel e manipulável”, aparecendo como instável e sem discernimento, como nesses dois momentos cruciais da vida de Jesus: “Hosana ao Filho de Davi!” (Mt 21,9); “Crucifica-o!” (Mt 27,22). A mesma multidão que aclama, rejeita. Ela é campo de disputa: aberta à Palavra, mas facilmente desviada. Isso revela um potencial e um risco: ela pode tornar-se Igreja ou turba.

A multidão como “não discípula”, cria também a distinção entre multidão e discípulos. Os Evangelhos distinguem entre “seguir” e apenas “estar”. A multidão está com Jesus, mas não necessariamente o segue, podendo ser identificada como aquela que escuta, vê, mas não necessariamente segue: “A multidão o procurava, mas ele se retirava para lugares desertos...” (Lc 5,15-16); “Jesus, vendo a multidão, ordenou: ‘Passemos para o outro lado’” (Mt 8,18).

Finalmente o termo multidão, refere-se ao amplo, heterogêneo, volúvel e anônimo grupo de pessoas que, embora aberto ao Reino, ainda não adere claramente a ele, estando mais ligada à massa e à exterioridade, ao passo que o termo comunhão é utilizado para grupos: pequenos, coesos, comprometidos; fundada na partilha de vida, de fé e de mesa (cf. At 2,42-47), que se relacionam de forma fraterna, interna, espiritual.

Jesus chama da multidão para a comunhão. Ele não despreza o *ochlos*, mas propõe um caminho de passagem: do estar juntos ao viver juntos; do escutar ao aderir; do observar ao partilhar.

Os capítulos 9 e 10 do Evangelho de Mateus trazem à luz este sentido. No capítulo 9, Jesus encontra diversos interlocutores que, por diversas razões, se encontravam na multidão: (1) (9,2) o paralítico deitado em uma cama; (2) (9,8) O coletor de impostos Mateus; (3) (9, 10-13) os fariseus que, de forma figurada, questionavam as leis às quais se apegavam; (4) (9,14-17) os discípulos de João, que possuíam a mesma inquietação dos fariseus; (5) (9,18-19; 23-26) a filha de um “chefe”; (6) a mulher hemorroísa (9,20-22); (7) os dois cegos (9,27-31); (8) o endemoniado mudo (9,32-34). O capítulo conclui: (9,36) “*Ao ver a multidão teve compaixão dela, porque estava cansada e abatida como ovelhas sem pastor*”. Teve compaixão, entristeceu-se com aqueles/as sem rosto. Aqueles/as aos quais Jesus se dirigiu encontravam-se em meio a muitos outros que procuravam um ponto de unidade para estarem juntos. No capítulo 10 (10,1-5), Jesus constitui a sua comunidade de 12 apóstolos, e os envia em missão orientando-os para o cuidado com aqueles que encontrariam nas “multidões”. Cuidados eles poderiam, tal como os primeiros interlocutores, deixar de ser multidões, rostos perdidos nas massas, para se transformarem em sujeitos, rostos com nomes, que, tocados por Jesus, poderiam entrar em sua dinâmica, constituindo-se em comunhão.

Como o texto demonstra, a ação de Jesus por si só, não pressupõe a constituição da comunhão. Nenhum personagem descrito nesta perícopa, passou a “viver em união literalmente”. O mais importante é que saíram da *condição de multidão, massa, sem rosto para ganharem rosto*, identificados por suas situações e questões. Os interlocutores de Jesus, cada um à sua maneira, recuperaram o sentido e a dignidade. A comunidade de Jesus, constituída

no momento seguinte, é aquela que vai dar continuidade à práxis do cuidado, dando a muitos outros, o sentido e a dignidade, colocando-os em comunhão com Jesus.

Neste sentido, comunhão, estar juntos, habitar juntos, pressupõe o núcleo para começar a pensar a Sinodalidade. Por isso, não é a sinodalidade que perfaz a comunhão, antes é o “estilo sinodal de ser” que deve marcar a comum-idade de pessoas que, reunidas em torno à pessoa de Jesus, são tiradas delas mesmas, da condição de multidão, para a realidade da comunhão.

2 A COMUNHÃO “YACHAD” EXPRESSADA NA PRÁXIS ECLESIAL = COMUNIDADE

É neste sentido, que se faz necessário compreender o que é e o que perfaz uma COMUNIDADE. E a pergunta de fundo que queremos propor é: um tanto de pessoas juntas (*multidão*), para realizar o que quer que seja, perfaz Comunidade? Primeiramente, é necessário lembrar que comunidade requer reconhecimento das “individualidades no conjunto”, ou seja, trazer à luz, através da dinâmica da convivência, do estabelecimento de vínculos, de trocas de experiência de vida, aquilo que cada um tem de particular. Nela, os particulares não são individualistas, mas são constituintes dos dons que cada um traz, da diversidade pessoal que cada um pode colocar em favor do bem comunitário.

Por isso, ao contrário de um conjunto de “*massa de pessoas reunidas*”, cada uma é tomada de forma individualizada, anônima, colocando em favor de suas causas próprias e pessoais, e menos nas causas dos que lhes são queridos e próximos, temos um “*déjà vu*” de outro momento eclesial em que se pensou que as massas impulsionadas por grupos particulares seriam a solução para os processos de evangelização, esquecendo-se novamente de que a real comunidade é a que se coloca cada um favor do outro, e tal qual o ensinamento de Jesus, em especial daqueles aos quais ninguém se coloca favorável.

Comunidade dos seguidores/as de Jesus, e não multidões, é o que marca o cristianismo. Segundo Comblin, o que o Cristianismo deixou para a humanidade não são os ritos, as rezas, as vestes, os edifícios ou a riqueza intelectual desenvolvidas e apropriadas ao longo dos séculos. O patrimônio mais importante deixado para a humanidade, é a comunidade que possibilita uma nova forma de viver, relacionar-se, constituir vínculos, pautados pela fraternidade, através da qual podemos exercer o nosso ser-cristão como discípulos que colocam em prática os valores e os ensinamentos do Mestre, através dos quais vamos nos constituindo enquanto cristãos/ãs novos/as (cf. COMBLIN, 1987, p. 51).

Ora, duas condições são necessárias para a constituição da humanidade nova, o “*Homem novo*” no dizer do Apóstolo Paulo (Ef. 4, 22-24): o *processo pessoal* que nos torna novos/as à medida em que se integra o velho, entendida como a experiência pessoal vivida e o novo que vai sendo construído através da transformação dada pelo seguimento; e a *Comunidade como condição de possibilidade para a realização do processo de transformação*. (cf. COMBLIN, 1987, p. 43).

Para além e antes de todas as expressões religiosas, é em comunidade que homens e mulheres vivem seu processo de luta pessoal entre o velho e o novo. É em comunidade que homens e mulheres deixam na história o fermento da novidade que receberam e que deverá ser legado às novas gerações. Nas Sagradas Escrituras, encontramos no Novo Testamento o desvelar da novidade da humanidade nova, o Povo novo, a nova aliança, o nascimento da nova Jerusalém. No ensinamento de Jesus a Nicodemos (Jo, 3): nascer de novo quer dizer recomeçar tudo desde a base. A novidade bíblica é uma nova partida, renovar é começar uma vida nova, é reconversão total ao recomeçar sem eliminar o vivido.

Contudo, é justamente neste presente da história e em comunidade que o ser humano, se constitui como elemento passivo de ser continuamente transformado à luz do seguimento de Jesus. Neste contexto, ele se encontra localizado frente à imperfeição do tempo presente onde todos os caminhos são ambíguos, mas que são os caminhos pelos quais Deus conduz a humanidade à sua libertação. Por isso, a imperfeição, negada categoricamente por alguns e buscada incessantemente por outros, assume um papel essencial: longe de ser um obstáculo e à medida em que é assumida, torna-se caminho escolhido pelo Espírito Santo para chegar à constituição de si, levando aquele/a que busca o absoluto da santidade dada por milagre, a fugir da realidade e a viver em um mundo pessoal, restrito, fechado, anulado e ilusório.

A contribuição da COMUNIDADE, que se diferencia de uma massa de pessoas reunidas, e que é espaço para a construção da nova humanidade se dá por três aspectos: (1) a comunidade como modelo concreto da nova humanidade, (2) o modelo missionário que a constitui e (3) a evangelização que nela se realiza. Nos deteremos aqui no primeiro aspecto.

3 A COMUNIDADE COMO MODELO CONCRETO

Tomar a comunidade como modelo concreto, é afirmar que ela oferece à humanidade e à Igreja a possibilidade de existir concretamente na história. Desde o Novo Testamento, as comunidades são a realidade histórica dos cristãos. Elas oferecem a homens e mulheres valores cristãos que constroem e formam os que aí estão inseridos.

É nesse sentido, que José Comblin (Cf. COMBLIN, 1987), retoma o sentido paulino para o cristianismo primitivo, o “homem novo” é uma realidade concreta, visível e palpável, que vai ser afirmada através da expressão “revestir-se do homem novo” (Ef 4,22-24). Revestir-se significa entrar na comunidade cristã e adotar seus modos de viver. Por essa razão, a comunidade reafirma a mensagem fundamental do NT: a humanidade nova não é o indivíduo, nem a humanidade total concebida como grande corpo no qual os indivíduos seriam tão somente peças de engrenagem. A comunidade representa a humanidade nova frente a todos os individualismos e a todos os totalitarismos sociais, eclesiásticos, civis ou militares.

Nela se revela a verdadeira superação das relações de dominação e alienação. Existe a liberdade, todos tomam a iniciativa e ninguém está obrigado a fazer a vontade, ou a ser conduzido cegamente pelo outro. Isso não quer dizer anarquia, senão que cada pessoa faz voluntariamente ações para o bem de todos. A liberdade sem serviço mútuo leva ao individualismo

e o serviço sem liberdade leva ao totalitarismo (Gal 5,13). Ser livre, é ser com os outros, entrar dentro das relações novas movidas pelo amor. O conteúdo concreto da liberdade é a relação mútua entre as pessoas. Não existe liberdade de homens e mulheres sós. A civilização ocidental moderna desenvolveu desde o Renascimento um ideal de liberdade individual que consiste na afirmação de si, do indivíduo, isolado e autônomo: a liberdade do conquistador (cf. COMBLIN, 1974, p. 85-95). O *ágape*, ao contrário do amor como disposição subjetiva individual, é a alma da comunidade, porque permite estabelecer uma relação de compromisso mútuo entre as pessoas. Logo, a comunidade existe no *ágape*, no compromisso vivido por cada um de seus membros. O *ágape* é o bem superior que permanece para sempre, cria *Koinonia*, cria vida em comum que leva à participação de todos nos mesmos bens (1 Cor 13).

Contudo, não se pode pensar que em comunidade as diferenças são absorvidas, eliminadas, como em um passe de mágica. Não há totalidade que possa absorver nem as diferenças nem as complementariedades. Absorver os membros para uma unidade do todo, não lhes deixaria nenhuma liberdade. O que existe é a manutenção da complementariedade e das diferenças que se colocam em reciprocidade, em diálogo que se estabelece no ritmo da convivência e não na redução para uma pseudo-unidade. Não é possível buscar uma modelo único que seja a síntese do todo. Sínteses anulam pessoas e seus dons. Em comunidade as diferenças são riquezas a serem superadas, não pela solidão ou redução, mas pela aceitação mútua. (cf. COMBLIN, 1987, p. 26).

Não basta somente que a Comunidade, como experiência humana, tenha qualquer pessoa, qualquer fala por parâmetro. Quem nos dá o parâmetro universal expresso nas Sagradas Escrituras, para a realização da experiência comunitária, é Deus: os pobres, como as primícias do homem novo. Ao contrário dos humanismos ocidentais, que classificam pessoas, o “Humanismo de Deus”, desvelado nos textos bíblicos, elege a humanidade em seu conjunto, sendo prioritários aqueles/as que estão em situação de vulnerabilidade, ou seja, os pobres.

Deus tem um projeto que é o objeto da promessa feita a Abraão: projeto de salvar a humanidade da dominação que é fonte de todos os pecados. O projeto do Pai, é realizar nesse mundo uma humanidade de justiça e solidariedade. Mas não quis realizar seu projeto por meio dos poderosos desse mundo, que são os poderosos opressores. O fundamento que escolheu para ser uma nova humanidade serão os próprios pobres, os chamados pecadores, dominadores, exploradores, marginalizados das sociedades humanas. Assim é Deus” (COMBLIN, 2011, p. 182).

Eles não são privilegiados porque a Igreja os elege, senão que a Igreja os elege porque Deus mesmo os colocou frente ao movimento de liberação da humanidade (cf. COMBLIN, 2011). Eles não foram eleitos porque eram mais religiosos, santos ou piedosos dos que os demais. Ao contrário, eram tratados por pecadores e ignorantes da Lei. Jesus não se preocupou

com isso. Ao contrário, se dirigiu a eles não por populismo, nem para fazê-los santos como um passe de mágica, mas a seu tempo, tal como Deus, que ouve o seus clamores e sem tirá-los de suas realidades e levá-los para um mundo dos perfeitos, os convida a um caminho de libertação. Enfim, os pobres são parâmetro para a formação de homens e mulheres novos que se encontram na Comunidade, porque sua presença e existência denuncia a realidade desequilibrada e os processos injustos da sociedade. Eles nos lançam e nos obrigam a estarmos imersos na realidade. Seu clamor que obriga e motiva a transformação da sociedade e nos impede a expressão religiosa alienada.

O cristianismo entende, pois, que as promessas do Evangelho incluem o fato que os pobres permaneçam neste mundo (cf. COMBLIN, 1987), em uma história que traz sua própria força. Junto a eles, encontram-se cristãos/ãs que se colocam em *Comum-unidade* de pessoas assumindo-se como seguidores, não de Apolo ou Paulo (1 Cor 3, 4-6), mas de Jesus, que nos desafia a nos transformarmos na dinâmica do indeterminismo histórico.

Somos *Koinonia* – comunidade, de amizade, com os pobres, na fé, no Espírito, em Cristo Jesus e suas obras e com Deus. A comunidade é a possibilidade de nos conectarmos às criaturas e ao Criador. E podemos ser *Koinonia* sinodal, à medida que impulsionados pelo Espírito Santo, superamos os movimentos que geram multidões e assumimos os que geram seguidores. Precisamos nos perguntar continuamente: estamos de fato nos constituindo em comunidades de comunhão?

CONCLUSÃO

Somos *κοινωνία*, *Koinonia*, somos comum unidade em torno à pessoa de Jesus, reunidos pelo Espírito Santo. Não somos multidão, antes somos comunhão, comum-unidade e por isso podemos exercer o que nos caracteriza: (1) nossa forma de nos apresentarmos é *ECLESIAL* como nos identificamos; (2) nossa forma de ser é *SINODAL*; (3) nossa forma de agir pelos ministérios baseia-se no SERVIÇO; (4) nossa forma de atuar é *COLEGIADA* e finalmente nossa forma viver é *COMUNITÁRIA*.

A proposta Sinodal baseada na comum-união de pessoas que se reúnem em torno à pessoa de Jesus, por tudo o que dissemos é a base que se contrapõe ao que renasce hoje, tal como em alguns momentos da história da Igreja, são tendências sectárias no sentido de tentar dividir a humanidade em grupos: dos santos e perfeitos que encarnam a humanidade nova, fora da realidade e o resto da humanidade que encarna o homem velho. Contudo, é no tempo presente, que se compreende que todos/as trazem em si o novo e velho em luta constante que envolve todas as dimensões humanas (Rom 7-8) (Cf. COMBLIN, 1987, p. 51).

Como comunhão e *em* comunhão, que poderemos finalmente exercer a atitude sinodal solicitada proposta pelo Papa no discurso de abertura em 10 de outubro de 2021: de Encontro, Escuta, Discernimento para, finalmente, no processo, irmos assumindo uma nova forma de práxis por excelência *SINODAL*.

REFERÊNCIAS

COMBLIN, J. Antropología Cristiana. (Colección Teología y Liberación), Madrid: Ediciones Paulinas, 1987.

COMBLIN, J. Liberté et libération concepts théologiques. In : Revue Concilium 96. (1974), p. 85-95.

COMBLIN, J. O pobre como critério para a profecia. In: Pedro Ribeiro de OLIVEIRA (org.) Opção pelos pobres no século XXI, São Paulo, Paulinas, 2011, p. 191-201.

RUSCONI, C. Dicionário do grego do Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2003 e Bíblia de Jerusalém, São Paulo: Paulus, 2002.

SCHÖKEL, A. Dicionário Bíblico Hebraico-português. São Paulo: Paulus, 1997.

Texto submetido em 30/10/2025 e aprovado em 30/11/2025

Alzirinha Souza. Leiga, Teóloga. Dra. em Teologia pela Université Catholique de Louvain Bélgica, Mestre em Teologia pela Universidad San Dámaso, Madrid e Graduada em Teologia pela PUC SP. Pós-doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Membro da Société Internationale de Theologie Pratique – Bélgica. Atualmente é professora e pesquisadora do Instituto São Paulo de Teologia (ITESP). E-mail: alzirinharsouza@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4512-8847>

Endereço: Rua Herval, 497 / 133 – Belenzinho – SP/SP – 03062-000

Editor: Geraldo Luiz De Mori

Avaliador: Matheus da Silva Bernardes



DOI: 10.20911/25260782v11n1p42/2026

A recepção do conceito de missão do Vaticano II ao Documento Final do Sínodo

Estêvão Raschiatti, sx.

Resumo: O conceito de missão sofreu mudanças profundas a partir da segunda metade do século XX. O Vaticano II figura como divisor das águas entre um modelo colonial moderno, inscrito no âmbito da cristandade, e um modelo decolonial pós-moderno. O evento conciliar abriu perspectivas fundamentais de reflexão missiológicas que acabaram ao longo das décadas por configurar um novo paradigma de missão, encontrando ressonância no Documento Final do Sínodo de 2024. Esse último, não sendo propriamente um documento missionário, enfoca principalmente as implicações eclesiológicas a partir de um novo conceito de missão que gera por sua vez um nova maneira de entender a Igreja.

Palavras-Chave: missão, sinodalidade, igreja, concílio,

Abstract: The concept of mission underwent profound changes from the second half of the 20th century onwards. Vatican II stands as a watershed between a modern colonial model, inscribed within the sphere of Christianity, and a postmodern decolonial model. The conciliar event opened up fundamental perspectives for missiological reflection that, over the decades, ended up shaping a new paradigm of mission, finding resonance in the Final Document of the Synod of 2024. The latter, not being strictly speaking a missionary document, focuses mainly on the ecclesiological implications of a new concept of mission, which in turn generates a new way of understanding the Church.

Keywords: mission, synodality, church, council,

INTRODUÇÃO

Francisco, em um discurso à Cúria Romana por ocasião do Natal de 2019, chamou a atenção sobre a realidade sociocultural pós-moderna profundamente mudada:

Na época [...] era mais simples distinguir entre duas vertentes bastante claras: duma parte, um mundo cristão e, da outra, um mundo carecido ainda de ser evangelizado. Agora, esta situação já não existe. [...] Nas grandes cidades, precisamos de outros “mapas”, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes: já não estamos na cristandade! (FRANCISCO, 2019).

Ao constatar o fim da cristandade também se ratifica o fim de um modelo de missão *ad gentes*, ordenado na geografia dos países cristãos, no eclesiocentrismo da salvação, na antropologia da *massa damnata*, na jurisdição de *Propaganda Fide* e na colonização do Ocidente: trata-se agora de se *situar* em outra realidade, o que exige por parte de todos os âmbitos eclesiais “uma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão” (EG 25).

De alguma forma o Documento Final do Sínodo reflete claramente essa chamada à conversão, salientando inclusive uma marcada atitude penitencial:

(...) pedimos perdão pelos nossos pecados, sentindo-nos envergonhados, e elevamos a nossa intercessão pelas vítimas dos males do mundo. Chamamos nossos pecados pelo nome: contra a paz, contra a criação, os povos indígenas, os migrantes, os menores, as mulheres, os pobres, a escuta, a comunhão. Isso nos fez entender que a sinodalidade requer arrependimento e conversão” (DF 6).

O Documento Final exprime a consciência de que a chamada à missão é, ao mesmo tempo, a chamada à conversão de cada Igreja particular e de toda a Igreja (DF 11).

1 PERSPECTIVAS CONCILIARES *ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO*

No contexto católico, o ponto de inflexão que abriu o caminho para uma reconfiguração da prática e do conceito de missão foi, sem dúvida, o Concílio Vaticano II. Este acontecimento deu início a um profundo processo de reforma, retomando a primeira tradição apostólica e convidando as Igrejas a dirigirem-se às fontes para se atualizar a si mesmas e à sua missão no mundo.

O Concílio também está posto como fundamento e inspiração do Sínodo, assim como foi declarado no Documento Final:

Todo o caminho sinodal, enraizado na Tradição da Igreja, realizou-se à luz do magistério conciliar. O Concílio Vaticano II foi, de fato, como uma semente lançada no campo do mundo e da Igreja. (...) O Sínodo continua a haurir da energia dessa semente e a desenvolver o seu potencial. Com efeito, o caminho sinodal põe em prática aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja como Mistério e Povo de Deus, chamado à santidade através de uma conversão contínua que nasce da escuta do Evangelho. Neste sentido, constitui um verdadeiro ato de ulterior acolhimento do Concílio, prolonga a sua inspiração e relança a sua força profética para o mundo de hoje” (DF 5).

Partindo da herança conciliar, podemos apresentar sete perspectivas que oferecem a possibilidade, entre tradição e inovação, de configurar um novo paradigma e modelo de

missão e que encontram certa ressonância no Documento Final do Sínodo: Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão (2024).

1.1 MISSÃO COMO ESSÊNCIA: PERSPECTIVA TEOLÓGICA

No lugar de reafirmar somente a necessidade da conversão a um só Deus e um só mediador, o decreto *Ad Gentes* (AG) opta por enfatizar uma missão que brota do “amor fontal do Pai” (AG 2), como um instinto, como um *jeito de ser* da própria natureza divina. Esse intuito, muda sutilmente o eixo de uma compreensão de ordem soteriológica ou eclesiológica da missão – necessidade de salvação das almas e/ou de implantação da Igreja – para uma questão de ordem eminentemente teológica: Deus é assim, Deus é missão, Deus é relação porque Deus é Amor (1Jo 4,8). A razão missionária se funda agora e principalmente não sobre a verdade dogmática de que há um só Deus e um só mediador entre Deus e a humanidade, mas sobre a adesão de fé a um Deus de amor gratuito e incondicional que busca o ser humano, desce do céu, luta e entrega sua vida por um mundo mais humano.

Trata-se da noção da *Missio Dei* que revolucionou a própria teologia da missão nas últimas décadas. O Documento Final do Sínodo percebe, mesmo que lateralmente, essa ação de Deus que antecede e ultrapassa a ação da Igreja, e que remete à sua própria essência:

Deus comunica-se conosco antes de tudo na liturgia (...). Deus fala através da Tradição viva da Igreja (...). Deus continua a manifestar-se através do grito dos pobres e dos acontecimentos da história humana. Deus comunica com o seu Povo através dos elementos da criação, cuja própria existência remete para a ação do Criador e que está repleta da presença do Espírito que dá a vida. Deus fala também na consciência pessoal de cada pessoa, que é o núcleo mais secreto e o santuário do homem, onde ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na sua própria intimidade” (DF 83)

1.2 MISSÃO COMO SERVIÇO: PERSPECTIVA ECLESIOLOGICA

O Concílio reafirma também o conteúdo do dogma “*fora da Igreja não há salvação*” (LG 14; AG 7). O fato, porém, que Deus quer que todos sejam salvos (1Tim 2,4), e que proporciona essa salvação por caminhos só por Ele conhecidos (AG 9), a necessidade da Igreja não se torna tão absoluta assim. Destarte, “*tudo o que de verdade e de graça se encontra entre os gentios como uma secreta presença de Deus*”, e tudo “*o que de bom há no coração e no espírito dos homens ou nos ritos e culturas próprias dos povos, não só não se perde, mas é purificado, elevado e consumado para a glória de Deus*” (AG 9), são afirmações de uma inédita abertura. A *Lumen Gentium* já havia ensaiado uma relação/distinção entre Reino de Deus e Igreja (LG 3; 5). Mais tarde se chegará à convicção amadurecida de que a “*Igreja está a serviço do Reino*” e “*a realidade incipiente do Reino se pode encontrar também fora dos confins da Igreja*” (RMi 20).

O Documento Final do Sínodo retoma essa relação Igreja-Reino, inclusive destacando, com uma expressão talvez inédita, a fragilidade da condição humana da própria Igreja:

“A luz das nações é Cristo” (LG 1) e esta luz resplandece no rosto da Igreja, embora ela esteja marcada pela fragilidade da condição humana e pela opacidade do pecado. (...) A sua vocação e o seu serviço profético (cf. LG 12) consistem em testemunhar o desígnio de Deus de unir a Si toda a humanidade na liberdade e na comunhão. A Igreja, que é “o Reino de Cristo já misteriosamente presente” (LG 3) e “é o germe e o início deste Reino na terra” (LG 5), caminha por isso juntamente com toda a humanidade, comprometendo-se com todas as suas forças pela dignidade humana, pelo bem comum, pela justiça e pela paz, e “anseia pelo Reino perfeito” (LG 5) quando Deus será “tudo em todos” (1 Cor 15, 28). (DF 20)

1.3 MISSÃO COMO ESCUTA: PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

A virada conciliar, que quis uma Igreja toda voltada a “*servir o homem em todas as circunstâncias da sua vida*” (PAULO VI, 1965), levou também a uma superação de uma visão *hamartiacêntrica*, de matriz agostiniana, centrada no pecado original da humanidade. Em sua volta às fontes, o Vaticano II resgatou: (1) a doutrina dos Padres gregos da *creatio in Christo*, segundo a qual a criação está marcada mais pela graça do que pelo pecado; (2) o princípio da encarnação formulado por Irineu, *quod non assumptum non sanatum*, que convidava a tomar para si toda realidade humana; (3) a perspectiva justiniana do *logos spermatikos* (AG 6, 11, 15, 22), a significar a presença atuante de Deus na história e nas culturas dos povos. Desta maneira ofereceu uma visão muito mais positiva da história, mais místico-sacramental, mais aberta e mais disposta ao diálogo. O próprio Paulo VI chamará a missão universal com o nome de “diálogo” (cf. ES 37). No entanto, Medellín (1968) apontou que não pode haver diálogo em situações de opressão e colonialidade: a Igreja é chamada a ouvir “o surdo clamor dos pobres” que pedem libertação (DMed, XIV, 2)

Essa dimensão da escuta retorna quase como um mantra no Documento Final do Sínodo:

A vontade de ouvir a todos, especialmente os pobres, contrasta fortemente com um mundo em que a concentração de poder isola os pobres, os marginalizados, as minorias e a terra, nossa casa comum. A sinodalidade e a ecologia integral assumem a perspectiva das relações e insistem na necessidade de cuidar dos vínculos: por isso, correspondem-se e integram-se no modo de viver a missão da Igreja no mundo contemporâneo. (DF 48)

O discernimento é tanto mais rico quanto mais todos são ouvidos. Por isso, é essencial promover uma ampla participação nos processos

de discernimento, com particular atenção ao envolvimento daqueles que se encontram à margem da comunidade e da sociedade cristã (DF 82).

1.4 MISSÃO COMO ENCONTRO: PERSPECTIVA PASTORAL

Passar de uma missão de conquista para uma missão de encontro implica viver juntos, compartilhar e conhecer as pessoas, anunciar o Evangelho com testemunho, proximidade, serviço, colaborar *“com todos para estruturar a vida econômica e social com justiça”* e buscar *“melhorar as condições de vida e estabelecer a paz no mundo”* (AG 11). É nisto que consiste a evangelização: *“Os discípulos de Cristo, mantendo um contacto estreito com os homens e as mulheres na vida e na ação (...). promover sua dignidade e união fraterna ... abrindo gradualmente um caminho mais completo para Deus”* (AG 12).

Steve Bevans certa vez afirmou que a teologia e a prática da missão passaram por uma mudança radical de entendimento e motivação, ao substituir a concepção de missão como “expansão” da Igreja, pela concepção de missão como “encontro” com os outros: no lugar de visualizar as pessoas como “alvo” de evangelização, se passa a compreender as pessoas simplesmente como o “outro” com o qual partilhar a vida e buscar o caminho da paz e da verdade. (BEVANS; SCHROEDER, 2016, p. 40-41).

O Documento Final do Sínodo reflete essa sensibilidade de convívio desarmado com a humanidade:

Em todos os lugares da terra, os cristãos vivem lado a lado com pessoas que não são batizadas e servem a Deus praticando uma religião diferente. Rezemos solenemente por eles na liturgia da Sexta-Feira Santa, colaboremos com eles e lutemos para construir um mundo melhor, e juntamente com eles imploremos ao único Deus que liberte o mundo dos males que o afligem. O diálogo, o encontro e o intercâmbio de dons, típicos de uma Igreja sinodal, são chamados a abrir-se às relações com outras tradições religiosas, com a finalidade de estabelecer a amizade, a paz, a concórdia, a partilha dos valores e das experiências morais e espirituais num espírito de verdade e de amor” (DF 41)

1.5 MISSÃO COMO PARTICIPAÇÃO: PERSPECTIVA SINODAL

Os missionários “profissionais”, geralmente religiosos/as consagrados/as enviados/as às “terras de missão”, agora cedem o lugar de protagonistas às igrejas locais em cada contexto territorial. Ao conferir essa dignidade fundamental a *todas* as comunidades eclesiais (LG 26), o Concílio ensinava acabar com a distinção colonial entre “igreja constituída” e “igreja missionária”: a primeira enviava missionários para fundar comunidades à sua imagem e

semelhança; a segunda era “criada” da primeira, custando a se emancipar para assumir a sua própria identidade. Ainda refém desta distinção, AG tende, todavia, a considerar a “igreja missionária” não mais como uma etapa inicial de desenvolvimento eclesial, e sim uma dimensão estruturante de toda Igreja.

Sobre esta base, AG ilustra a missão como uma ação sinodal entre as Igrejas e entre os povos. A missão precisa de participação e solidariedade: precisa de meios e pessoas treinadas, cooperação e intercâmbio, para que todas as comunidades possam ajudar-se umas às outras, especialmente em favor dos mais pobres e marginalizados. Deste modo, e com base no protagonismo missionário de cada Igreja local, a missão *ad gentes* pode doravante ser chamada de “cooperação missionária intereclesial”.

O Documento Final do Sínodo expressa de maneira clara esse espírito católico de solidariedade:

A Igreja, a nível local e na sua unidade católica, propõe-se como uma rede de relações através da qual circula e se promove a profecia da cultura do encontro, da justiça social, da inclusão dos grupos marginais, da fraternidade entre os povos, do cuidado da nossa casa comum. O exercício concreto desta profecia exige que os bens de cada Igreja sejam partilhados em espírito de solidariedade, sem paternalismo e assistencialismo, no respeito pelas diversas identidades e na promoção de uma reciprocidade sadia, com o compromisso de curar as feridas da memória e de empreender caminhos de reconciliação. (DF 121).

1.6 A MISSÃO COMO SAÍDA: PERSPECTIVA APOSTÓLICA

A missão implica sempre uma saída de si mesmo, um “*anúncio*” que terá diferentes nuances e gradações, entre uma dimensão mais intersubjetiva e outra mais transcultural. Sair do próprio mundo nunca foi fácil para ninguém, nem tão espontâneo quanto se poderia pensar. Esta saída é um ato constitutivo da Igreja: diz respeito à sua origem, ao seu caminho e à sua meta. Sair é um exercício que requer um distanciamento radical e uma tremenda transcendência de si mesmo, da própria visão do mundo e do mundo das relações.

Não por nada a Igreja nasceu em saída. Com efeito, aprendemos dos Atos dos Apóstolos que até quando os discípulos não derrubaram os tabus da lei mosaica, não cruzaram fronteiras e não saíram ao encontro dos não-judeus com ousadia e destemor, a mente deles não se abriu. Somente quando houve uma gradual tomada de consciência de que “*Deus não tem preferência por pessoas*” (At 10,34), e presenciaram os gentios receberem o Espírito Santo (cf. At 10,47), teve início assim um processo que levou à constituição de uma comunidade interétnica distinta de Israel, onde os discípulos, pela primeira vez, receberam o nome de “cristãos”. “A Igreja nasceu ‘em saída’” (FRANCISCO, 2014): a missão de Jerusalém até aos confins da terra tornou-se a verdadeira *mater ecclesiae*.

No Documento Final do Sínodo não recorre à palavra saída e nem à expressão “Igreja em saída” (só uma vez). Contudo, se afirma a centralidade da abertura missionária no processo sinodal:

A sinodalidade não é um fim em si mesma, mas visa a missão que Cristo confiou à Igreja no Espírito (...) Todas as Igrejas locais e toda a Igreja respondem concretamente ao mandato do Senhor de anunciar o Evangelho a todas as nações (cf. Mt 28,19-20; Mc 16,15-16). Valorizando todos os carismas e ministérios, a sinodalidade permite ao Povo de Deus anunciar e testemunhar o Evangelho às mulheres e aos homens de todos os lugares e tempos, tornando-se um “sacramento visível” (LG 9) da fraternidade e da unidade em Cristo querida por Deus. Sinodalidade e missão estão intimamente ligadas: a missão ilumina a sinodalidade e a sinodalidade impulsiona a missão (DF 32).

1.7 A MISSÃO COMO FRONTEIRA: PERSPECTIVA CONTEXTUAL

Esta saída “*não significa correr pelo mundo sem rumo ou sem sentido*”, mas “*ir ao encontro dos outros para chegar às periferias humanas*” (EG 46). De acordo com o *Decreto Ad Gentes*, a missão tem uma geopolítica preferencial própria, dirigida “*geralmente a determinados territórios*” (AG 6), ou seja, não se realiza em qualquer lugar.

A missão deve ser situada, sempre visando corajosamente uma situação extrema, última, limítrofe e marginalizada, na qual a presença e a ação universal da Igreja devem ser concretamente encarnadas. Se os contextos têm uma profunda relevância teológica, porque é ali que a *missio Dei* subversivamente se revela – especialmente se esses lugares são marginais, esquecidos, negados e empobrecidos – então a expressão “missões”, ou seja, *onde* a missão concretamente precisa *se situar*, indica âmbitos privilegiados nos quais a presença e a ação da Igreja precisa aterrisar.

Evidentemente, isso significa que a missão exige uma saída dos próprios âmbitos identitários e socioculturais, rumo a lugares outros e a interlocutores privilegiados, “até os confins da terra” (At 1,8) e até os extremos do humano.

Esses confins, nesse nosso mundo globalizado pós-moderno, aparentemente sem confins, assumem três características complementares: o confim pode ser uma margem de um âmbito territorial e social, uma *periferia* onde as pessoas estão longe do centro, mas de alguma forma fazem parte do mesmo contexto sociocultural; o confim pode ser uma *fronteira*, um limiar, uma linha divisória entre dois territórios, dois mundos, duas culturas, que define identidades/pertencas distintas; o confim pode ser um *horizonte* que se abre à nossa frente como algo desconhecido, como um caminho novo, como um espaço vasto e inexplorado.

Assim como não fala de “saída”, o Documento Final do Sínodo também não fala de periferias ou de fronteiras. Contudo, há uma ponderação importante a respeito do contexto de missão:

O conceito de lugar já não pode ser entendido em termos puramente geográficos e espaciais, mas evoca no nosso tempo a pertença a uma rede de relações e a uma cultura cujas raízes territoriais são mais dinâmicas e flexíveis do que nunca (DF 111).

Esses desenvolvimentos sociais e culturais convidam a Igreja a repensar o significado da sua dimensão “local” e a interrogar-se sobre as suas formas organizacionais, a fim de melhor servir à sua missão. Embora reconhecendo o valor do enraizamento em contextos geográficos e culturais concretos, é essencial entender o “lugar” como realidade histórica na qual a experiência humana toma forma. É ali, na teia de relações que ali se estabelece, que a Igreja é chamada a exprimir a sua sacramentalidade (cf. LG 1) e para cumprir sua missão. (DF 114).

Com efeito, temos realmente que olhar onde “*a experiência humana toma forma*” e detectar concretamente, em cada contexto sociocultural, onde as periferias existenciais se configuram, onde as fronteiras entre pessoas e grupos sociais se levantam e onde os confins se abrem como desafios e oportunidades.

2 IMPLICAÇÕES PARA A IGREJA MISSIONÁRIA

Em torno dessas linhas conciliares de missão como essência, serviço, escuta, encontro, partilha, saída e fronteira, tece-se uma reconfiguração do conceito de missão, seu significado, sua relevância e seu funcionamento entre a tradição e os novos tempos pós-coloniais.

Não se trata de buscar respostas às angústias colocadas pela pós-modernidade e seu lado sombrio, a colonialidade, mas sim de direções e caminhos a serem percorridos junto com a humanidade como peregrinos em busca da verdade, artesãos de paz e semeadores de esperança.

Há uma mudança substancial no conceito de missão que não pode ser reduzida a enviar pessoas de um país para outro, uma prática que ainda pode repropor uma missão colonial de conquista e expansionismo cristão-ocidental.

A saída hoje deve inspirar dimensões muito mais profundas, proféticas e indispensáveis para uma Igreja que vive e se articula apenas fora de si mesma, levando a cabo a cooperação missionária até aos confins da terra e até ao fim dos tempos.

Em um mundo pós-moderno onde as exclusões se multiplicam, as linhas abissais se aprofundam, as perspectivas se ofuscam, não podemos nos dar ao luxo de nos render e recuar para nossos nichos conventuais.

A missão cristã é chamada a situar-se, numa perspectiva contra-hegemônica, mais no âmbito das relações do que no das ações ou das virtudes: os discípulos missionários precisam de se acalmar, sentar-se, correr menos, passar tempo com as pessoas, confraternizar, curar a vida e as feridas do povo crucificado de hoje.

Apesar de todas as tecnologias de informação e comunicação e de suas fascinantes evoluções, “*a rede de comunicação da fé deve ser humana para que a mensagem chegue ao coração das pessoas*”, disse Paulo VI (1969). Se há uma coisa que diz respeito à *missio Dei*, é que continuará a precisar de calor humano.

Há um caminho muito simples para as pessoas encontrarem o Senhor, e é através do nosso povo, do nosso abraço, do nosso testemunho, da nossa escuta, do nosso silêncio e das nossas palavras. Depois, com o caminho eclesial, o Ressuscitado revela-se mais profundamente na comunidade, na Palavra, na Eucaristia, nos sacramentos, na oração, na devoção e em tudo o mais, mas inicialmente anuncia-se com proximidade, ternura e encontro. Não há proselitismo nisso: é puro coração e pura paixão.

Deus-Amor anuncia-se amando: não à força de convencer, nunca impondo a verdade, muito menos apegando-se rigidamente a alguma obrigação religiosa ou moral. Deus anuncia-se no encontro das pessoas, tendo em conta a sua história e o seu caminho. O Senhor não é uma ideia, mas uma pessoa viva: a sua mensagem passa através de um testemunho simples e verdadeiro, com escuta e acolhimento, com a alegria que se difunde. O Deus da esperança anuncia-se vivendo hoje o Evangelho da caridade (FRANCISCO, 2016).

A missão que habita as periferias, que derruba muros e atravessa fronteiras, que abre caminhos até aos confins da terra, diz respeito à Igreja que somos e à Igreja que queremos ser: uma Igreja que avança e não se enraíza, que evangeliza e é evangelizada, que cresce e amadurece na medida em que se abre autenticamente à escuta dos pobres e dos outros.

É a missão que a Igreja faz e não o contrário: a missão vem sempre em primeiro lugar. Nesta aventura, o importante não será o que poderemos alcançar, mas a Igreja que podemos realmente nos tornar.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Ad Gentes
DA	Diálogo e anúncio
DF	Documento Final do Sínodo dos Bispos 2024

DMed	Medellín
EG	Evangelii Gaudium
ES	Ecclesiam Suam
LG	Lumen Gentium
RMi	Redemptoris Missio

REFERÊNCIAS

BEVANS, Stephen B.; SCHROEDER, Roger. *Diálogo profético*. Reflexões sobre a missão cristã hoje. São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco à Cúria Romana na apresentação de Votos Natalícios*. Roma, 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/december/documents/papa-francesco_20191221_curia-romana.html>. Acesso: 13/04/2025.

FRANCISCO. *Homilia para o Jubileu dos catequistas*. Roma, 25 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20160925_omelia-giubileo-catechisti.html>. Acesso: 28/04/2025.

FRANCISCO. *Mensagem de sua Santidade o Papa Francisco para o Dia Mundial das Missões de 2014*. Roma, 8 de Junho de 2014. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20140608_giornata-missionaria2014.html>. Acesso: 06/04/2025.

PAULO VI. *Udienza generale*. Roma, 6 de agosto de 1969. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1969/documents/hf_p-vi_aud_19690806.html>. Acesso: 09/01/2025

PAULO VI. *Discurso do na última sessão pública do Concílio Vaticano II*. Roma, 7 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html>. Acesso: 09/01/2025.

SECRETARIA GERAL DO SINODO DOS BISPOS. *Per una chiesa sinodale: comunione, partecipazione, missione*. Documento Finale – Seconda Sessione. Roma, 26 ottobre 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20241026_doc-final-sinodo2024-chiesa-sinodale_it.html>. Acesso: 24/01/2025

Texto submetido em 30/09/2025 e aprovado em 30/11/2025.

Estêvão (Stefano) Raschiatti: é missionário xaveriano, italiano, presbítero católico, há mais de 30 anos no Brasil. Mestre em Teologia Dogmática, com concentração em Missiologia, pela Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, São Paulo, SP. Doutor em Teologia, com concentração em Teologia Sistemático-Pastoral, pela PUCPR - Curitiba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6235-8946> – Email: rasquiao@yahoo.com.br

Endereço Postal

Rua Gregório Serrão, 157 - Vila Mariana

04106-040 São Paulo, SP

Avaliador: Felipe Magalhães Francisco

Editor: Geraldo Luiz De Mori



Leigos evangelizadores e missionários a serviço do Povo de Deus: o Projeto Teologia Viva

Luiz Eustáquio dos Santos Nogueira

Em memória de Áurea Marin Burocchi e Ir. Romi Auth, fsp

Resumo: O artigo explora a visão de uma Igreja mais inclusiva e missionária, proposta pelo Papa Francisco desde o início de seu pontificado. Essa perspectiva se afasta dos modelos tradicionais e clericais, promovendo a sinodalidade e a missionariedade como respostas às demandas sociais e espirituais contemporâneas. A ideia central é de uma “Igreja em saída”, voltada para o encontro com aqueles à margem da sociedade, como os pobres e marginalizados. Nesse contexto, o protagonismo dos Leigos é essencial, convidando-os a uma participação ativa e responsável na missão da Igreja. Inspirado por intuições do Sínodo dos Leigos de 1987, convocado por São João Paulo II, o artigo destaca a importância da formação sólida dos leigos, capacitando-os para uma atuação consciente e efetiva na evangelização. Além disso, o texto aborda iniciativas práticas como o CEFAP (Centro de Formação de Agentes de Pastoral) e o Projeto Teologia Viva que, ao longo de seus anos de atuação, viabilizaram a formação teológica de Leigos na região metropolitana de Belo Horizonte e noutras regiões, incluindo a Amazônia e o norte de Minas Gerais. Essas iniciativas reforçam a necessidade de superar o clericalismo, promovendo uma colaboração efetiva entre Clero e Leigos, e destacam a urgência de uma evangelização que respeite as culturas locais e promova a justiça e o cuidado com a criação.

Palavras-Chave: Missionariedade; Igreja em saída; Protagonismo leigo; Evangelização; Projeto Teologia Viva; Formação teológica; Clericalismo; CEFAP

Abstract: The article explores the vision of a more inclusive and missionary Church, proposed by Pope Francis since the beginning of his pontificate. This perspective moves away from traditional and clerical models, promoting synodality and mission as responses to contemporary social and spiritual demands. The central idea is of a “Church that goes forth,” focused on reaching out to those on the margins of society, such as the poor and marginalized. In this context, the protagonism of the Laity is essential, inviting them to active and responsible participation in the Church’s mission. Inspired by the insights of the Synod of the Laity in 1987, convened by Saint John Paul II, the article highlights the importance of solid formation for the Laity, enabling them to act consciously and effectively in evangelization. Additionally, the text addresses practical initiatives such as CEFAP (Center for the Formation of Pastoral Agents) and the Teologia Viva Project which, throughout their years of activity, have made theological formation for Lay People possible in the metropolitan region of Belo Horizonte and other regions, including the Amazon and northern Minas Gerais. These initiatives reinforce the need to overcome clericalism, promoting effective collaboration between Clergy and Laity, and highlight the urgency of evangelization that respects local cultures and promotes justice and care for creation.

Keywords: Missionary nature; Church in mission; Lay protagonism; Evangelization; Project Living Theology; Theological formation; Clericalism; CEFAP

1 UMA IGREJA EM SAÍDA: O CONVITE DO PAPA FRANCISCO

O inesquecível Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, trouxe-nos uma visão de Igreja que se afasta dos modelos tradicionais e clericais, convocando-nos, especialmente, ao exercício da sinodalidade e da missionariedade. Essa proposta é uma resposta às complexas realidades sociais e espirituais contemporâneas, que exigem uma Igreja menos centrada em si mesma e presa às suas estruturas hierárquicas não raro burocráticas, e mais samaritana e misericordiosa, pastoralmente sensível à inclusão social e ao diálogo nas mais variadas instâncias.

A ideia de uma “Igreja em saída” enfatiza a importância do encontro com o outro, especialmente com aqueles que se encontram à margem da sociedade, como os pobres, os marginalizados e os não praticantes. Conclama-nos, como Igreja, a ir ao encontro dessas realidades, promovendo uma pastoral que não se restrinja às paredes das paróquias, mas que busque transformar a sociedade através do amor e da solidariedade (FRANCISCO, 2013).

Nesse cenário, o protagonismo do laicato torna-se crucial. Ao lado dos Clérigos, os Leigos são chamados a assumir uma responsabilidade ativa na missão da Igreja. O convite do Papa à participação plena dos Leigos reconhece a diversidade de dons que cada membro da comunidade possui, enriquecendo a vivência da fé e a ação evangelizadora. Essa reconfiguração propõe uma Igreja que escuta, discerne e se mobiliza coletivamente, refletindo um modelo sinodal em que todos os fiéis têm voz e participação.

Além disso, a necessidade de evangelização e formação na Igreja atual torna-se cada vez mais evidente. Em um mundo marcado pela globalização e pelo relativismo, é fundamental que os fiéis recebam uma formação sólida, que os capacite a compreender e vivenciar sua fé de maneira crítica e engajada. A evangelização, nesse contexto, não se limita a um mero anúncio do Evangelho, mas implica uma genuína iniciação mistagógico-espiritual, que ajude os indivíduos a integrar a mensagem cristã em suas realidades cotidianas.

Assim, a missão se torna um caminho compartilhado, onde tanto Clérigos quanto Leigos colaboram na construção de uma Igreja mais próxima do Evangelho e atenta às necessidades do mundo. A visão do Papa Francisco, profundamente alicerçada na eclesiologia do Vaticano II, e revalidada agora pelo atual pontífice Leão XIV, nos convida, por conseguinte, a reimaginar o papel da Igreja na sociedade, promovendo uma experiência de fé mais inclusiva, dinâmica e comprometida com a transformação social, fundamentada em uma evangelização eficaz e em uma formação integral.

2 PROTAGONISMO MISSIONÁRIO DOS LEIGOS NO SÍNODO DE JOÃO PAULO II E O SURGIMENTO DO CEFAP

Tais “provocações” do Magistério atual evoca-nos intuições importantes nascidas no Sínodo dos Leigos, convocado por João Paulo II em 1987, marco significativo na reflexão sobre o papel do laicato na Igreja. Como é sabido, a celebração deste Sínodo buscou reconhecer

e valorizar a contribuição dos Leigos na missão evangelizadora e na vida da Igreja, enfatizando a necessidade de uma formação adequada que lhes permita atuar de forma efetiva e consciente.

Conforme menciona o Papa João Paulo II na exortação apostólica *Christifideles Laici*, “é necessário que os Leigos tenham uma formação sólida, que lhes permita viver a sua vocação no mundo, imbuídos de uma consciência crítica e comprometidos com a transformação social” (JOÃO PAULO II, 1988, n. 58). Este reconhecimento da importância da formação destaca a responsabilidade da Igreja em preparar os Leigos para o protagonismo missionário.

A formação do laicato deve abranger não apenas conhecimentos teológicos, mas também a vivência prática da fé em diversos contextos sociais e culturais. O próprio Sínodo, conforme sublinha Madeleine Delbrêl, filósofa e ativista, propõe que «a verdadeira espiritualidade leiga é aquela que se enraíza no meio cotidiano, nas relações, e que busca a santidade a partir do serviço ao próximo» (DELBREL, 2008, p. 112). Assim, o protagonismo missionário dos Leigos não deve ser visto apenas em ações dentro da Igreja, mas na capacidade de levar a mensagem cristã aos lugares muitas vezes negligenciados pela ação pastoral tradicional.

O reconhecimento do papel ativo dos Leigos está intrinsecamente ligado ao chamado à santidade voltado para todos os fiéis, conforme enfatiza o Concílio Vaticano II. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* afirma que «é o dever de todos os fiéis, em qualquer estado e condição de vida, ser um sinal de influência evangélica no mundo» (GS n. 43). Portanto, a preparação para esse papel requer uma formação integral que abranja aspectos éticos, sociais e teológicos.

A articulação entre formação e ação missionária é essencial para que os Leigos se reconheçam como sujeitos da evangelização. Em sua análise, o teólogo José Maria Castillo defende que o laicato tem “a missão de ser a voz da Igreja em meio ao povo, e isso só será possível através de uma formação contínua e adequada” (CASTILLO, 2006, p. 200). Logo, a Igreja é chamada a criar espaços de formação que incentivem e capacitem os Leigos a assumir responsabilidades e a participar ativamente da missão da Igreja.

Neste contexto, no ano de 1988, Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte, que havia proferido no Sínodo dos Leigos uma pequena locução sobre a importância da formação do laicato para sua edificação na fé e para a obra da evangelização, solicitou que um jovem presbítero de seu rebanho coordenasse uma iniciativa formativa mais sólida, específica para os Leigos, em âmbito arquidiocesano, devido, na ocasião, a uma carência de iniciativas desse quilate em Belo Horizonte. Alguns meses mais tarde, em março de 1989, foi criado o CEFAP (Centro de Formação de Agentes de Pastoral) pelo Pe. Luiz Eustáquio dos Santos Nogueira, que teve uma vida longa e profícua por quase 35 anos, vindo a ser desativado em meados de 2014.

O CEFAP esteve sediado inicialmente no Colégio Santa Maria, no bairro Floresta, mas a partir de 1991, fixou-se definitivamente nas instalações do Instituto Dom João Resende

Costa, hoje incorporado à PUC-Minas. Como sua própria sigla indica, o CEFAP foi estabelecido com o intuito de se tornar o órgão oficial de formação e capacitação de agentes de Pastoral na Arquidiocese. Tendo como público-alvo Leigos advindos de todas as classes sociais, boa parte deles veio com titulação universitária. Embora pensado inicialmente para atender especialmente às Paróquias, qualificando suas lideranças para o serviço da evangelização, o CEFAP logo se abriu para acolher quaisquer candidatos desejosos de aprofundar ou requalificar suas convicções humanistas e cristãs de fé, através de um diálogo fecundo entre teologia, cultura e ciências humanas em geral.

Desde os seus inícios, o carro-chefe do CEFAP foi o Curso Básico de Teologia, além de outras iniciativas como o Curso Intensivo de Teologia (CIT) realizado nos meses de janeiro. Com duração de quatro semestres, duas noites semanais, o Curso Básico teve como intuito oferecer os eixos epistemológicos centrais da fé cristã, numa perspectiva dialógica com a cultura atual. Os assessores do curso, Clérigos, Leigas e Leigos, todos pós-graduados, originavam-se, em sua maioria, dos quadros da PUC Minas. Após o término do Curso Básico de Teologia, os alunos já formados eram motivados a dar prosseguimento a seus estudos no Curso de Aprofundamento. Por quase vinte anos, através de disciplinas isoladas as mais diversas, os doravante “amigos do CEFAP” puderam aperfeiçoar-se em conhecimentos oriundos de diversas áreas: Teologia, Sagradas Escrituras, Moral, Ética, Política, Psicologia, Espiritualidade, Liturgia, Pastoral, e outras mais. Passaram por esses cursos exímios professores, alguns deles conhecidos mestres jesuítas.

3 O PROJETO TEOLOGIA VIVA

Para atender a uma demanda crescente por descentralização da formação, estrategicamente mais acessível às bases, foi constituído, a partir de 2006, o Projeto Teologia Viva. Sob a regência do CEFAP, agregando a si algumas parcerias – de modo particular o Serviço de Animação Bíblica (SAB) das Irmãs Paulinas – a nova iniciativa açambarcou, em seus primórdios, um grupo amplo de monitores Leigos, em sua maioria egressos do Curso Básico de Teologia e também dos cursos do SAB, os quais, repartidos por variados núcleos formativos, faziam expandir com entusiasmo missionário o seu conhecimento adquirido. Destarte, o CEFAP passou a realizar seu objetivo mais nobre: formar evangelizadores, ou seja, Leigos evangelizando Leigos!

Ver o protagonismo dos Leigos na evangelização fora sempre a maior ideiação do CEFAP. O Projeto Teologia Viva concretizou esse sonho, ressaltando o que fora afirmado pelo Documento 105 da CNBB, Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na sociedade: os Leigos são “sujeitos eclesiais” e não apenas colaboradores do clero (CNBB, 2016, n.119). Essa compreensão implica o reconhecimento de seu protagonismo missionário nos ambientes seculares e no interno da própria Igreja.

De forma dinâmica, participativa e descentralizada, o “Teologia Viva” deu início à sua ousada atuação em dez centros geográficos distintos, escolhidos estrategicamente em toda a

região metropolitana de Belo Horizonte. Além da Capital, marcou sua revigorante presença em Betim, Contagem, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Dezenas de Leigos, de cinco a sete monitores por núcleo, liderados por um monitor-âncora, por sua vez amparado por uma equipe de coordenação central com a qual se reunia mensalmente, propiciaram uma formação bíblico-teológica fundamental de qualidade para centenas e centenas de alunos. A formação fora organizada para três anos, seis ciclos semestrais, com duas horas de encontro semanais ou com a variante de quatro horas semanais, num ritmo quinzenal. Para a consecução prática do curso, foram desdobrados dezesseis módulos, subsidiados por seis cadernos editados pela FUMARC, elaborados e continuamente revisados por uma comissão especial do CEFAP, adquiridos pelos alunos por um preço de custo bem acessível.

O Projeto Teologia Viva, no âmbito interno da Arquidiocese de Belo Horizonte, exerceu uma intensa atividade por quinze anos, vindo a desmobilizar-se no período da epidemia do Covid. Dezenas de núcleos foram gestados ao longo deste período, milhares de fiéis beneficiados pela heroica dedicação de Leigos evangelizadores abnegados e resilientes. Quando se pensa nas dificuldades enfrentadas pelas equipes de trabalho, as longas distâncias nos deslocamentos feitos em uma região metropolitana marcada por um trânsito intenso, especialmente durante a hora do rush... Trabalhando quase de graça, essas equipes dependiam da boa vontade das paróquias e foranias para a contribuição necessária ao custeio da locomoção. No entanto, essa ajuda nem sempre lhes fora garantida, e nem por isso deixaram de honrar com o compromisso assumido, por semanas, meses e anos a fio. As dependências disponibilizadas para os encontros nem sempre eram as mais condizentes. A falta de sanitários adequados para os alunos e os próprios monitores foi motivo de estresse para muitos em algumas realidades.

Alguns Presbíteros, responsáveis pelo acolhimento das equipes de formação, não mediram esforços para tornar a experiência benfazeja, motivando e apoiando os trabalhos desenvolvidos no núcleo. Mas, infelizmente, o mesmo não se verificou em outros núcleos, o que exigiu das equipes uma dose extra de empenho e autodeterminação. Abre-se aqui uma brecha para uma pequena reflexão sobre o clericalismo na Igreja Católica, e seu impacto na desmobilização do Laicato em seu protagonismo na ação evangelizadora.

4 O CLERICALISMO E O COMPROMETIMENTO DO PROTAGONISMO DOS LEIGOS

O fenômeno do clericalismo, entendido como a centralização das funções religiosas e a preponderância do clero na vida da Igreja, tem gerado uma significativa marginalização do protagonismo dos Leigos na ação evangelizadora. Nas palavras de Agenor Brighenti, “o clericalismo é uma das mais graves distorções da vida eclesial, pois impede que o Laicato exerça plenamente sua vocação e missão na Igreja e no mundo” (BRIGHENTI, 2017, p. 67). Esta problemática é particularmente evidente quando se observa

a falta de interesse por parte de muitos padres em promover a formação adequada dos Leigos, comprometendo, assim, a eficácia da missão evangelizadora da Igreja.

A Igreja Católica, em sua essência, é considerada um corpo místico onde todos os fiéis, independentemente de seu estado vocacional, são chamados a participar ativamente na evangelização. Contudo, o clericalismo tende a criar uma dicotomia entre clero e Leigos, onde a voz dos sacerdotes é a única ou predominantemente ouvida. Como destacou o teólogo Gustavo Gutiérrez (2011), essa hierarquização excessiva pode levar à cegueira diante das capacidades e carismas que os Leigos possuem, os quais são essenciais para a missão da Igreja.

Adicionalmente, o desinteresse de muitos padres em relação à formação do Laicato se reflete na escassez de programas que promovam um verdadeiro engajamento laical na vida da paróquia. Estudos indicam que um número significativo de padres se concentra em suas funções litúrgicas, negligenciando o desenvolvimento de iniciativas formativas que incluam os Leigos em papéis de liderança e responsabilidade. Essa falta de entusiasmo se traduz não apenas em uma diminuição da valorização do Laicato, mas também em um empobrecimento da prática evangelizadora da comunidade (cf. PEREIRA, 2019).

A promoção do Laicato na ação evangelizadora deve ser uma prioridade para a Igreja contemporânea. O Concílio Vaticano II já havia sinalizado a importância do papel dos Leigos na missão evangelizadora, mas a prática ainda está aquém do ideal sugerido. É essencial que os líderes eclesiais reconheçam e promovam a interdependência entre clero e Leigos, buscando um modelo de colaboração que valorize as contribuições de todos os membros da Igreja.

Portanto, a superação do clericalismo é uma urgência pastoral, que exige um comprometimento efetivo dos padres para com a formação contínua dos Leigos. Com uma Igreja mais inclusiva e participativa, onde o clero e os Leigos atuem como parceiros na evangelização, será possível renovar a vitalidade da missão da Igreja, promovendo uma comunhão mais profunda entre todos os seus membros.

5 UM NOVO ARDOR MISSIONÁRIO: O TEOLOGIA VIVA EM MISSÃO

O Projeto Teologia Viva, como anteriormente apresentado, nasceu com este propósito específico de oferecer uma formação bíblico-teológica-pastoral mais consistente do que os habituais cursos catequéticos para as comunidades eclesiais da Arquidiocese de Belo Horizonte. Mas, esporadicamente, outros núcleos formativos foram constituídos além das fronteiras metropolitanas, em algumas dioceses próximas. Sublinhe-se aqui as experiências realizadas em Oliveira, nos anos de 2008 e 2009, Campo Belo e Arcos, nos anos de 2009 e 2010.

Este impulso missionário deu novo élan e estímulo aos monitores do “Teologia Viva”. Tal élan refere-se à paixão e fervorosa dedicação que nós cristãos sentimos ao compartilhar a fé e levar a mensagem do Evangelho a outros mais distantes. Esse entusiasmo missionário é alimentado pelo amor a Deus e ao próximo, inspirado pela compreensão de que a mensagem

de Cristo é transformadora e fomentadora de esperança. “Portanto, ide e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a observar todas as coisas que vos tenho mandado. E eis que estou convosco todos os dias, até a consumação do século” (Mt 28,19s), exortou Jesus. O élan missionário faz-se fonte de um renovado entusiasmo, pois proporciona um propósito maior, instiga um senso de pertencimento à missão de Deus e gera alegria ao ver vidas sendo impactadas positivamente (PANAZZOLO, 2004).

Mas o marco decisivo desta virada de chave no Projeto Teologia Viva, a conferir-lhe um senso identitário forte de se tratar de uma ação missionária aconteceu em 2007, por ocasião da Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo tema “Fraternidade e Amazônia” trouxe o lema “Vida e Missão neste chão”. O objetivo da campanha era fomentar a reflexão e o engajamento na defesa da Amazônia e dos seus povos. Nesta ocasião, a teóloga Aurea Marin Burocchi, secretária do Projeto Teologia Viva, que por vinte anos havia sido membro do instituto religioso Comunidade Missionária de Villaregia, teve a intuição de que o “Teologia Viva” pudesse, em nome da Igreja de Belo Horizonte, chegar à Amazônia, em atenção ao clamor nascido da Campanha. Levou a ideia ao coordenador Pe. Luiz Eustáquio o qual, bastante empolgado com a proposta, percebendo ali um chamado do Espírito, e contando com o aval de vários membros do Projeto, deu com ela o primeiro passo para a viabilização do novo sonho missionário: aproximar-se da coordenação pastoral da CF junto à CNBB.

Irmã Cecília de Oliveira, religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, figura importante dentro da CNBB, especialmente conhecida por seu trabalho voltado à Amazônia e à formação de lideranças, era uma pessoa próxima ao arcebispo de Belo Horizonte Dom Walmor de Oliveira Azevedo. Uma comissão do “Teologia Viva” achegou-se ao seu arcebispo pedindo-lhe que intermediasse, junto à Irmã Cecília, um acordo de colaboração missionária com algumas Igrejas da Amazônia. A aceitação de Irmã Cecília ao oferecimento feito foi imediato. Palavras emocionadas da religiosa missionária à professora Áurea ao telefone: “Vocês serão o fruto de Deus mais precioso desta Campanha para a Amazônia!”

A Amazônia, hoje, é um espaço onde a presença missionária se torna não apenas necessária, mas urgentemente necessária. Evangelizar esta região envolve anunciar Jesus Cristo em sua plenitude, promovendo a dignidade humana, a justiça e o cuidado com a criação. A região é marcada pela diversidade de sua biodiversidade e pela multiplicidade de povos, incluindo indígenas, ribeirinhos, quilombolas e migrantes, que preservam modos de vida únicos, mas enfrentam graves desafios, como o abandono estrutural, a pobreza e a exploração predatória, além de constantes ameaças à sua cultura e território.

Nesse contexto, a missão evangelizadora não pode ser vista apenas como um ato doutrinar. Ela deve assumir uma forma de presença solidária e encarnada, que partilha a vida do povo, sustenta a fé e promove a esperança. O missionário, nesta vocação, se torna um

sinal da compaixão de Cristo e da maternidade da Igreja. Ele é um instrumento de Deus que celebra a fé, forma lideranças locais, promove educação e saúde básica e defende os direitos humanos e os bens da criação. Em muitas comunidades amazônicas, o missionário é o único representante regular da Igreja, evidenciando a necessidade de mais vocações e uma maior solidariedade missionária entre as dioceses.

A urgência missionária é reflexo do isolamento geográfico e humano que algumas comunidades enfrentam, passando meses sem acesso a serviços pastorais. Essa ausência prolongada fragiliza a vida da fé e abre espaço para interpretações religiosas distorcidas ou opressivas. Além disso, as pressões externas, como a expansão do garimpo ilegal, da grilagem de terras e do narcotráfico, ameaçam diretamente os povos originários. Assim, a presença missionária também se torna uma forma de resistência profética. É fundamental promover uma evangelização que respeite a cultura e a espiritualidade dos povos amazônicos, valorizando seus saberes e modos de vida, conforme proposto pelo Papa Francisco no Documento Final do Sínodo da Amazônia (Sínodo dos Bispos, 2019).

O Sínodo Especial para a Região Pan-Amazônica, convocado pelo Papa Francisco, foi um marco histórico ao enfatizar o compromisso da Igreja de ser encarnada na realidade do povo, profética na denúncia das injustiças, samaritana na escuta e acolhida do outro, e ecumênica e sinodal, promovendo o diálogo e a corresponsabilidade. O Papa afirma que “a evangelização na Amazônia não pode prescindir de uma ecologia integral”, onde fé, justiça e cuidado com a criação caminham juntos (FRANCISCO, 2020).

Para que a missão na Amazônia seja eficaz, a Igreja é chamada a investir na formação de missionários e agentes locais com preparo teológico e intercultural. Além disso, é essencial promover diálogos e cooperação entre dioceses, estimular a missão leiga e o voluntariado, especialmente entre os jovens, e utilizar a tecnologia de forma criativa para formação à distância e fortalecimento da comunicação pastoral. É necessário viver uma espiritualidade do cuidado, ancorada na encíclica *Laudato Si'*, onde o amor à natureza se torna uma expressão concreta do amor a Deus (FRANCISCO, 2015).

A missão evangelizadora na Amazônia é, portanto, um campo fértil e desafiador. A urgência que vivemos não é apenas geográfica, mas também espiritual: é o chamado de Cristo para que sua Igreja não se acomode e busque o encontro com aqueles que mais precisam. Como disse o Papa Francisco, precisamos sonhar com uma Igreja missionária, com um rosto amazônico, uma Igreja que anuncia, serve e se entrega: “Que o Espírito Santo continue a suscitar corações generosos e mãos dispostas a semear o Evangelho no coração da floresta e de seus povos” (FRANCISCO, 2020).

5.1 INCURSÕES MISSIONÁRIAS DO “TEOLOGIA VIVA” NA AMAZÔNIA

Como que antecipando este apelo urgencial por iniciativas missionárias de formação junto ao povo amazônico, o Projeto Teologia Viva se pôs a caminho. Após uma série de conversações e contatos feitos, foi acordado para janeiro de 2008 o ponto de partida para uma

ampla investida missionária das equipes do “Teologia Viva” na região amazônica, que se estendeu até o ano de 2016. Contando com o imprescindível aval financeiro da Arquidiocese de Belo Horizonte, deu-se início a sucessivas incursões formativas em variadas localidades das Dioceses de Tabatinga (AM), Humaitá (AM), Macapá (AP) e Prelazia de Coari (AM), num esforço corajoso de adaptação do currículo original do Projeto às necessidades locais de cada Igreja.

Para essa ousada empreitada, o CEFAP contou com a generosa colaboração de vários membros do Projeto Teologia Viva, já atuantes em Belo Horizonte, que se revezavam ao longo do tempo. As missões aconteciam nas férias de janeiro e julho, em jornadas formativas que variavam de 7 a 18 dias, beneficiando várias centenas de pessoas, em sua maioria, agentes de pastoral de todas as idades. De 2008 até 2016, a presença do “Teologia Viva” se fez marcante em Macapá. Foi a mais frutuosa de todas as missões realizadas.

Nas sucessivas missões em Macapá, a equipe oficial do “Teologia Viva” contou eventualmente com a participação de alguns Padres professores e Seminaristas. Com o incentivo caloroso de Dom Pedro José Conti, bispo local, o “Teologia Viva” promoveu três ciclos completos de formação, cada ciclo envolvendo três turmas, com a duração de três anos de curso, para que se completassem os 16 módulos. O desejo do Bispo era de que todos os Agentes de Pastoral do Amapá, das cidades, das comunidades ribeirinhas e das ilhas mais distantes, participassem da formação. Concomitantemente à realização do terceiro ciclo, foi oferecido a um grupo de ex-alunos do “Teologia Viva” de Amapá um curso extra de aprofundamento para que pudessem dar continuidade ao Projeto, quando do desligamento dos missionários de Belo Horizonte.

Além de Dom Pedro, Irmã Isidora de Jesus, da Congregação de Maria Menina, teve um papel importantíssimo na articulação e sustentação do Projeto Teologia Viva, desde o começo de sua atuação, na Diocese de Amapá. Religiosa carismática, dedicada, grande líder, além de incentivar os nativos à participação, fez-se extremamente acolhedora das equipes missionárias que se hospedavam, regularmente, no Centro Pastoral Diocesano. Promovia sempre aos domingos pela tarde, único período de descanso das equipes, bucólicas visitas à população local, especialmente a famílias ribeirinhas do Rio Amazonas, com direito à travessia radical em pequena embarcação (catraia), surpreendida por turbulentas ondas... Experiências inesquecíveis!

Especialmente as primeiras levadas missionárias, realizadas nos meses de janeiro e julho de 2008, impactaram sobremaneira as equipes do “Teologia Viva”. Além da novidade de terem sido a primeira experiência fora do Estado de Minas e em solo amazônico, foram as mais exigentes e penosas, de um ponto de vista logístico. Os missionários que se aventuram na região amazônica, como bem se sabe, enfrentam uma série de desafios que testam não apenas sua determinação, mas também sua resiliência. As longas travessias em barcos desconfortáveis, onde o balanço das águas pode ser incômodo, se estendem por dias, exigindo paciência e um espírito de adaptação. O calor escaldante da floresta é implacável, frequentemente

exacerbado por nuvens de mosquitos que transformam cada instante ao ar livre em um verdadeiro teste.

A alimentação, muitas vezes, é composta por iguarias exóticas que fogem do habitual, desafiando o paladar e a digestão. Mesmo os alimentos mais simples podem ser escassos, o que torna ainda mais desafiadora a experiência. As acomodações, em geral, são rústicas e, por vezes, pouco higiênicas, onde a privacidade e o conforto se tornam quase um luxo. A escassez de água potável e mesmo de água para o banho agrava a situação, forçando os missionários a buscar soluções em um ambiente onde os recursos são limitados.

Apesar destas dificuldades, do estresse das longas travessias, das horas de espera nos aeroportos devido aos frequentes atrasos aéreos, das noites mal dormidas em voos feitos pela madrugada, para a contenção dos custos, as equipes missionárias não se esmoreceram jamais. Regressavam das missões a Belo Horizonte sempre muito entusiasmadas e desejosas de um novo retorno. E essa promessa se cumpriu invariavelmente. Houve monitores do “Teologia Viva” que participaram das incursões na Amazônia mais de sete vezes!

Na maior parte do seu tempo, as equipes do “Teologia Viva” estiveram concentradas em salões comunitários, engajados na transmissão dos conteúdos formativos. Em raras ocasiões, puderam visitar algumas aldeias indígenas marginais às cidades onde estavam domiciliados. Contataram realidades de muita indigência e precariedade social. As palafitas da periferia de Macapá foram também alvo de visitas, e consternaram bastante os missionários. Mas houve igualmente experiências jubilosas e amistosas de encontro, onde puderam sentir todo o calor humano e o espírito alegre e hospitaleiro do povo amazônico.

Dignas de nota foram as celebrações de encerramento de cada período modular e mais especialmente de cada ciclo de três anos completados. Quanta comoção! Os cursistas eram unânimes em reconhecer o elevado valor da jornada percorrida e não poupavam palavras de agradecimento e reconhecimento aos abnegados monitores missionários do “Teologia Viva” e à sua coordenação. Por vezes o bispo local escrevera uma pequena mensagem de agradecimento à Arquidiocese de Belo Horizonte, dirigida ao seu Pastor, enaltecendo a grandeza de tão profícua parceria entre Igrejas irmãs.

5.2 INCURSÕES MISSIONÁRIAS DO “TEOLOGIA VIVA” NO NORTE DE MINAS E NO VALE DO JEQUITINHONHA E SEU MOMENTO ATUAL

Após as experiências realizadas em Oliveira, Arcos e Campo Belo, o Projeto Teologia Viva descortinou outro solo fértil de atuação formativo-missionária: o norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha. Em janeiro de 2010, iniciou-se um ciclo formativo em Bocaiúva. A partir de julho do mesmo ano, várias incursões do “Teologia Viva” vieram a se suceder na Diocese de Araçuaí. Nas cidades de Novo Cruzeiro e Araçuaí foram quatro ciclos completos até janeiro de 2020. Algumas turmas foram conduzidas concomitantemente a outras ainda em curso. Em Medina aconteceu uma formação de setembro de 2017 a dezembro de 2018. De setembro de 2018 a dezembro de 2019, duas formações foram oferecidas, uma em

Itaobim e outra em Pedra Azul. Ambas foram interrompidas no período da pandemia. Além da proposta curricular dos Cadernos do “Teologia Viva”, outros cursos de aprofundamento e algumas lives também foram ministrados pelos monitores do Projeto, levando-se em conta algumas demandas locais.

O advento da pandemia do Covid-19 em março de 2020 obrigou o Projeto Teologia Viva a interromper suas atividades, por ao menos dois anos completos. Em 2022 foram retomadas e concluídas as formações em Itaobim e Pedra Azul. Neste mesmo ano, em Belo Horizonte, iniciou-se uma nova turma na Paróquia Nossa Senhora do Pilar, vindo a concluir seu itinerário em finais de 2024. Nos inícios de 2023, formou-se outro grupo na cidade de Morro do Pilar, na diocese de Guanhães, com encontros mensais, com previsão de conclusão em 2025.

Em 2025, abriu-se uma formação em Turmalina, na diocese de Araçuaí. Há um início de tratativas para ser constituída nova turma nesta mesma diocese em Virgem da Lapa. Em Belo Horizonte, nenhuma demanda nova até o presente. Percebe-se, no atual momento eclesial, pouco compromisso com estas questões formativas. O próprio Laicato se encontra bastante desarticulado ou paralisado por versões reacionárias da fé, a desestimular os estudos bíblicos e teológicos, vistos como refratários à ortodoxia tradicional. O CEFAP, como instituição, foi desfeito em 2024 e até o momento não há nenhuma perspectiva na Arquidiocese de Belo Horizonte de se recompor uma instância oficial que estruture e sustente a formação do Laicato. Tal missão hoje é assumida por outras entidades como o Centro Loyola de Cultura e Fé, mantido pela Companhia de Jesus, e o Curso de Iniciação Teológico-Pastoral (CITEP), surgido quase na mesma época, oferecido por alunos/as voluntários da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, sem contar as iniciativas similares oferecidas pelos Franciscanos em suas paróquias na Arquidiocese.

5.3 DEPOIMENTOS DE ALGUNS MEMBROS DO PROJETO TEOLOGIA VIVA

A seguir, serão apresentados depoimentos de membros do CEFAP empenhados no “Teologia Viva”, compartilhando o impacto profundo que suas experiências missionárias tiveram em suas vidas. Eles refletirão sobre os aprendizados adquiridos, o significado dessas vivências e aspectos importantes que merecem destaque. Também discutirão como essas experiências contribuíram para o crescimento de sua fé e para o fortalecimento de seu senso de pertencimento eclesial. Esses relatos oferecem uma visão rica e inspiradora do caminho percorrido por cada um deles. Completando os depoimentos, um casal, ex- alunos do “Teologia Viva”, faz um balanço da experiência que viveu em Belo Horizonte.

“O convite para participar da formação no CEFAP representou a continuidade das experiências de fé que vivi em minha comunidade e nos serviços pastorais da Igreja. Os conhecimentos adquiridos ampliaram minha percepção sobre a ação de Deus na vida das pessoas, especialmente quando unidas em um mesmo propósito de servir aos

necessitados. Ao concluir o CEFAP, percebi que, na verdade, estava começando uma importante missão, guiada por Deus, no serviço da Igreja. Isso me levou a integrar o Projeto Teologia Viva, mergulhando em novos aprendizados que me transformaram e me permitiram compartilhar a Palavra de Deus com aqueles que ainda não a conheciam. Estarei sempre disposta a apoiar a equipe do “Teologia Viva” nesse projeto valioso e contínuo” (Nazarina de Oliveira).

“O CEFAP e, posteriormente, o Projeto Teologia Viva, marcaram meu retorno ao convívio em uma comunidade paroquial. Quando o Papa Francisco falava de uma Igreja em saída, sinodal, em missão, eu pensava: era isso que idealizávamos com o Projeto Teologia Viva. De todas as minhas experiências, o que mais me marcou foi o que vivi em Novo Cruzeiro. Novo Cruzeiro me fez perceber uma Igreja viva, coração pulsante e comunidade carente da Palavra e da Missão. Lá realmente eu senti a necessidade de participar novamente de uma comunidade paroquial, de onde estava afastada há alguns anos” (Juliana Perez).

“Vinde e farei de vós pescadores de homens’ (Mc 1,16ss). Eu disse SIM e me abri a uma aventura de viver, pregar e testemunhar a Palavra. É missão da Igreja e necessidade do cristão, anunciar a Palavra de Deus. Neste Ano Jubilar de alegria e esperança, eu preciso rever com mais profundidade e nitidez a minha ação missionária, avaliar e colocar em comum as lições aprendidas. Sem buscar mérito, sem olhar para trás a não ser para avaliar o caminho percorrido, procurei apenas viver o meu testemunho com proximidade, paixão, com a força do Espírito Santo, que tem sido e é o protagonista sempre presente nos trabalhos missionários. Os desafios não faltaram, foram muitos e grandes, e frente a eles fui chamada a ser forte e corajosa. Os valores cristãos, a fé e o amor me fizeram, e me fazem assumir o exercício da prática da justiça, da caridade, do diálogo, de manter uma atitude respeitosa, uma escuta atenta, uma disponibilidade solidária (o trabalho é sempre coletivo) e uma capacidade de me desinstalar, saindo do comodismo para viver a realidade dos diversos locais por onde passo, para ser fiel ao compromisso assumido. Os desafios de transporte fluvial para as comunidades ribeirinhas do Amazonas, escassez de água potável, insetos e mosquitos, calor intenso, poucos padres, muitas igrejas evangélicas, lidar com a situação de pobreza local e falta de compromissos dos administradores públicos, tudo isso foram situações com as quais convivemos; porém um povo comprometido, vindo de comunidades e cidades ribeirinhas distantes e de difícil acesso, presença maciça em todas as etapas.

“No norte de Minas e Vale do Jequitinhonha as dificuldades não foram menores, foram diferentes: calor intenso, diocese muito grande em extensão geográfica com estradas ruins, muita influência de televisão e redes sociais, onde existem pessoas que passam por evangelizadores sem compromisso com a fé, com o amor e a unidade da Igreja. Em contrapartida nota-se ali grande interesse dos padres e bispos (Dom Marcelo e Dom Esmeraldo) pela formação dos fiéis, respeito pelo Projeto Teologia Viva, boa acolhida aos monitores e uma relação fraterna. Procurei servir com alegria, enxerguei a presença de Deus naquelas realidades de pessoas simples e pouco alfabetizadas, porém de uma fé inabalável, uma vida de oração e uma grande confiança. Aprendi com eles e renovei a minha fé, busco uma conversão diária, tentando me transformar interior e espiritualmente, vivi a experiência partilhada com os companheiros, aprendi mais do que ensinei, cresci através da troca e busca de conhecimentos. Estou cada vez mais sendo atraída pela profundidade da Palavra e adquiri uma visão mais clara do meu propósito de vida, tomando consciência da razão da minha alegria e esperança” (Maria Célia Sant’Ana).

“Tudo começou com um convite feito pelo Padre Luiz Eustáquio ao término do Curso Básico de Teologia do CEFAP. Foi quando decidi que eu iria, sem saber como tudo aconteceria, pois coincidia com as minhas férias, onde sempre passeava com a minha família. Recebi o apoio dos familiares e segui em missão com mais dois colegas, Vicente e Geovanni. Fomos para uma cidade chamada Afuá, na ilha de Marajó, na comunidade de Nossa Senhora da Conceição. Encontramo-nos lá com Frei Cleyton e Frei Manuel, ambos espanhóis. Ali permanecemos durante uma semana, levando uma palavra daquilo que aprendemos no curso de Teologia. Daí partimos para as comunidades ribeirinhas em um grande barco missionário pelas caudalosas águas do Amazonas. Viajávamos durante a noite; pela manhã, ancorávamos na comunidade. Já na primeira noite de travessia do grande rio, o barco balançou de tal maneira que as painéis foram todas lançadas ao chão. As águas entravam no convés e tivemos medo de morte. Pusemos a cantar ‘Segura nas mãos de Deus’, até que, passadas algumas horas, tudo se acalmou. Chegamos à primeira comunidade de dez a serem visitadas. O número de crianças era maior que o de adultos, pois era época de férias e cada mãe que se aproximava trazia-nos quatro filhos, entre 3 e 10 anos de idade. Enfim, tivemos que nos adequar. Enquanto eu catequizava e entretinha as crianças, em outro local meus dois companheiros evangelizavam os adultos. Ficamos por dez dias sem comunicação com o resto do mundo, mas

graças a Deus e com a força do Espírito Santo, cumprimos a missão. Hoje, passados 16 anos, penso como aquelas crianças se tornaram adultas. Espero que uma palavra ali deixada possa ter contribuído na formação de boas pessoas. Essa missão, sem dúvida, marcou a minha vida para sempre” (Carlos Mariano).

“Participo da Teologia Viva desde 2006, quando ainda estava em formação no CEFAP. Atuei em diversos grupos pela Região Metropolitana de Belo Horizonte e também no sul e norte de Minas Gerais. Ali na Diocese de Araçuaí, vivi momentos marcantes com pessoas humildes, mas acolhedoras e sedentas pelo conhecimento das Escrituras. Sempre retornava de lá com o desejo de voltar. Também participei de missões em Macapá e Tabatinga, cidade às margens do rio Solimões, na fronteira com Colômbia e Peru. Lá, aprendi muito com a diversidade cultural e linguística, convivendo com pessoas que viajavam dias para participar. Visitamos um bairro indígena periférico, onde o abandono e a exclusão eram visíveis. Os indígenas viviam isolados em um bairro periférico, expulsos de suas terras e esquecidos pela sociedade local. Suas casas eram simples, eles permaneciam sentados nas portas, com rostos pintados, mas visivelmente abatidos. As crianças brincavam em uma lagoa lamacenta, tendo perdido o acesso ao rio e à mata, símbolos de sua identidade. Saí profundamente tocada e entristecida com a situação deles. Em todo esse tempo, procurei servir com alegria e senti o Espírito Santo sempre me guiando. Foi um período de grande crescimento humano e espiritual. Ainda hoje me coloco a serviço de novas missões” (Maria Antônia Silveira).

“Projeto Teologia Viva, um projeto audacioso que foi, e continua sendo uma alegria em minha vida. Servir ao projeto de Jesus de Nazaré, que alimenta a esperança, faz crescer a fé, dá ânimo à caminhada de cada cristão/ã. Pertencer a esse grupo ‘Teologia Viva’ e trabalhar juntos é uma realização. Dá sentido à vida. Estava terminando o curso de Teologia na FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia), e comecei a fazer a experiência da missão de partilhar experiências de encontro com Jesus Cristo, levando o anúncio da Palavra para diversos povos, em diversos lugares. O aprofundamento do estudo bíblico-teológico com as pessoas participantes da formação, numa linguagem apropriada às diversas culturas, possibilitou a muitas pessoas crescerem e amadurecerem na fé, tornando-se líderes nas pastorais de suas paróquias, expandindo, assim, sua participação efetiva nas comunidades. Juntos, crescemos e amadurecemos com a transmissão da fé cristã católica. Perceber esse chamado de Deus e responder a Ele, na certeza de que ajudamos muitas pessoas a também

fazer essa experiência de encontro pessoal com Jesus, conhecendo-o melhor, sempre me proporciona muita alegria” (Neuza Silveira).

“Comecei a colaborar com o ‘Teologia Viva’ sob a influência de nossa querida Altair e sob o apoio de Maria Antônia, Maria Célia e Áurea em 2017. Inicialmente ajudei no processo formativo da paróquia são Pio X em Belo Horizonte. E depois dessa experiência reconheço que foi amor desde o primeiro momento. Que alegria poder renovar a experiência de fé comunitariamente, sabendo ‘dar razão de nossa fé e esperança’ (1Pd 3,15). Ser servidor e poder compartilhar, pedagogicamente, os ensinamentos teológicos trazidos pela Tradição de fé da Igreja é algo muito especial. O contato com a sede e a sinceridade de tantos, de buscar compreender profundamente a razão da nossa Esperança tem renovado e reforçado também em mim a Caridade e a Fé. Sou muito grato a todo o grupo do ‘Teologia Viva’ por estes momentos tão únicos de poder experienciar o tempo de Ensino, de troca e busca. Que Deus continue abençoando e dando a todos Força e Luz!” (William Henrique da Silva).

“Já faz bastante tempo. Foi em 2011 que ouvimos falar desta proposta na Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus da Santa Face. Uma proposta da Arquidiocese de Belo Horizonte. Mesmo tendo uma visão embaçada do que era Teologia, eu e minha esposa resolvemos fazer o curso porque entendemos que seria interessante para a função que exercíamos na comunidade. Nossas expectativas se concretizaram. O Curso Teologia Viva nos trouxe uma nova maneira de lermos e sentirmos os textos bíblicos, em especial o Novo Testamento: ‘a nova aliança de Deus com a humanidade’. Compreendemos que evangelizar é querer que o Reino de Deus se torne um projeto global gerando uma sociedade justa, mais humana, mais solidária, menos preconceituosa, e que seja capaz de um humanismo social responsável. Evangelizar é espalhar a ideia do ‘homem novo’: novo no fundo de si mesmo, novo de ‘alma e coração’. Novo no modo de acolher o semelhante em sua integralidade. Novo, inclusive na fé em um Deus que é Vida. Percebemos ao longo do curso que tínhamos muitas bolas de Natal penduradas em nossa fé. Era necessário retirá-las. Não podemos ter apenas fé devocional, pois ela é infantil e bastante açucarada. A fé tem que ser madura o suficiente para refletir-se em obras e acolhimento dos mais necessitados. Teologia Viva despertou a vontade de seguir, para conhecer melhor, esse homem chamado ‘Jesus de Nazaré, o melhor de nós’ (título do livro de José Afonso Moura Nunes e outros). O curso nos deu confiança para que pudéssemos, na época, coordenar o trabalho desenvolvido pela Pastoral Familiar jun-

to à comunidade de Santa Teresinha. A todos os que se envolveram no projeto do curso deixamos aqui o nosso agradecimento” (Paulo Cesar e Daciene).

CONCLUSÃO

O percurso histórico e missionário apresentado neste artigo evidencia a urgência e a fecundidade de uma Igreja verdadeiramente “em saída”, como propôs o Papa Francisco, que se reinventa para responder aos desafios contemporâneos, especialmente no que tange ao protagonismo dos Leigos na missão evangelizadora. A experiência do CEFAP e, sobretudo, do Projeto Teologia Viva, demonstra como a ousadia, a coragem e a disponibilidade dos Leigos podem renovar a vida eclesial, tornando a Igreja mais próxima das realidades periféricas, sejam elas urbanas, rurais ou amazônicas. Como bem destacou o Documento 105 da CNBB, “os leigos são sujeitos eclesiais”, e a atuação dos missionários do “Teologia Viva” é uma expressão viva e concreta dessa verdade.

No entanto, o balanço crítico das atividades revela também limites e desafios persistentes. A morosidade da Igreja institucional em investir de modo sistemático, consistente e prioritário na formação dos Leigos é um dos principais entraves ao florescimento de uma Igreja sinodal e missionária. O clericalismo, ainda presente em muitos ambientes eclesiais, marginaliza o Laicato e restringe sua atuação. A escassez de recursos financeiros destinados à formação dos agentes Leigos, muitas vezes relegados à própria sorte ou dependentes da boa vontade de poucos, evidencia uma contradição entre o discurso oficial e a prática pastoral. É urgente que a Igreja, em todos os níveis, assuma a formação dos Leigos como investimento prioritário e estratégico, não apenas como gasto, mas como semeadura de futuro eclesial.

Diante dos testemunhos e dos frutos colhidos nas incursões missionárias do “Teologia Viva”, é possível afirmar que o Laicato brasileiro, quando devidamente formado, revela-se capaz de assumir com maturidade, criatividade e fidelidade a missão de evangelizar. A dedicação dos Leigos-monitores, sua resiliência diante das adversidades, e sua lealdade ao Evangelho e à Igreja são dignas de louvor e reconhecimento público. Eles são, de fato, “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,13-14), como nos recorda Jesus, e sua atuação é indispensável para uma Igreja que deseja ser sinal do Reino de Deus no mundo.

Olhando para o futuro, os desafios se multiplicam. A missão evangelizadora exige não apenas entusiasmo, mas também preparo teológico, sensibilidade intercultural e compromisso social. A experiência na Amazônia e no interior de Minas Gerais mostra que há vastos territórios ainda carentes de presença evangelizadora qualificada, e que a formação de lideranças locais é condição indispensável para a sustentabilidade da missão. A Igreja é chamada a investir em processos formativos contínuos, integrando teologia, espiritualidade, cultura e ação pastoral, como propõe o Sínodo da Amazônia (FRANCISCO, 2019). Além disso, é preciso criar estruturas de apoio, destinar recursos financeiros adequados e superar resistências internas, abrindo-se ao novo que o Espírito suscita por meio dos Leigos.

Por fim, a experiência do “Teologia Viva” é um sinal profético de que é possível sonhar e construir uma Igreja mais participativa, descentralizada, missionária e sinodal. Os Leigos, quando reconhecidos, formados e apoiados, tornam-se protagonistas de uma nova etapa evangelizadora, respondendo aos clamores do nosso tempo. Como sustenta Brighenti, o protagonismo dos Leigos não é uma concessão, mas uma exigência da própria missão da Igreja no mundo (BRIGHENTI, 2019). Que a coragem, a disponibilidade e a lealdade desses missionários inspirem toda a Igreja a renovar seu compromisso com a formação e com a missão, para que, de fato, sejamos uma “Igreja em saída”, fiel ao Evangelho e aberta aos desafios do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- BRIGHENTI, Agenor. O Laicato na Igreja e no mundo. Um gigante adormecido e domesticado. São Paulo: Paulinas, 2017.
- CASTILLO, José María. La Iglesia de los Laicos. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.
- CNBB. Documentos da Igreja sobre a Amazônia e a missão. Brasília: Edições CNBB, 1972.
- CNBB. Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na sociedade: Sal da terra e luz do mundo – Documento 105. Brasília: Edições CNBB, 2016.
- DELBREL, Madeleine. Os pobres e o Evangelho. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2008.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Gaudium et Spes. São Paulo: Paulus, 1997.
- FRANCISCO. Evangelii Gaudium: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Cidade do Vaticano: LEV, 2013.
- FRANCISCO. Laudato Si’: Carta encíclica sobre o cuidado da casa comum. Cidade do Vaticano: LEV, 2015.
- FRANCISCO. Querida Amazônia: Exortação Apostólica Pós-Sinodal. Cidade do Vaticano: LEV, 2020.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 6.edição. São Paulo: Vozes, 2011.
- JOÃO PAULO II. Vocação e missão dos Leigos na Igreja e no mundo. Exortação apostólica Christifideles Laici. 16.edição. São Paulo: Paulinas, 2004.
- PANAZZOLO, Luiz. Missão e Profetismo no Brasil de Hoje. São Paulo: Paulus, 2004.
- PEREIRA, Maria Clara. O Clericalismo e seus efeitos no Laicato. São Paulo: Paulinas, 2019.
- SÍNODO DOS BISPOS. ASSEMBLEIA ESPECIAL PARA A REGIÃO PAN-AMAZÔNICA. Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. Documento Final. Cidade do Vaticano: LEV, 2019.

Texto submetido em 30/07//2025 e aprovado em 31/10/2025

Luiz Eustáquio dos Santos Nogueira: Presbítero da Arquidiocese de Belo Horizonte, Mestre em Teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, docente da PUC-Minas, fundador e mistagogo do Mosteiro São José na Serra do Cipó (Casa de Retiros – Espaço católico ecumênico inter-religioso). **E-mail:** luizeck@yahoo.com.br; **Orcid:** 0009-0007-4455-4506

Endereço: Rua Penafiel 65 – Belo Horizonte – MG – 30310-420

Editor: Geraldo Luiz De Mori

Avaliador: Francisco das Chagas de Albuquerque



Sinodalidade e conversão de mentalidade

Jean Richard Lopes

Resumo: Este texto é a transcrição de parte da roda de conversa realizada no terceiro dia do IX Colóquio de Teologia e Pastoral – Comunhão, Participação e Missão: caminhos de recepção do Documento final do Sínodo. Com um linguagem informal, a reflexão busca destacar alguns aspectos do documento de 2024, para propor uma discussão sobre sinodalidade e conversão de mentalidade. Para isso, se parte de constatação da qualidade não elaborada do texto final do documento. Esse fator é entendido como significativo, porque deixa aberta a possibilidade de uma ulterior elaboração na realidade concreta das comunidades. Passa-se para a identificação de alguns elementos definitórios do conceito sinodalidade e da sua aplicabilidade. Para então elencar algumas resistências à proposta sinodal e concluir com a necessária retomada da conversão de mentalidade, condição fundamental para se prosseguir na sinodalidade.

Palavras-chave: Sinodalidade, Conversão de Mentalidade, Processo

Abstract: This text is a transcript of part of the roundtable discussion held on the third day of the IX Colloquium on Theology and Pastoral Care – Communion, Participation, and Mission: paths for receiving the Final Document of the Synod. Using informal language, the reflection seeks to highlight some aspects of the 2024 document in order to propose a discussion on synodality and conversion of mentality. To this end, it starts from the observation that the final text of the document is not fully developed. This factor is understood as significant because it leaves open the possibility of further elaboration in the concrete reality of communities. It then moves on to identify some defining elements of the concept of synodality and its applicability. It then lists some resistances to the synodal proposal and concludes with the necessary resumption of the conversion of mentality, a fundamental condition for continuing synodality.

Keywords: Synodality, Conversion of Mentality, Process

INTRODUÇÃO

Esta reflexão fez parte de uma roda de conversa que ocorreu no terceiro dia do IX Colóquio de Teologia e Pastoral – Comunhão, Participação e Missão: caminhos de recepção do Documento final do Sínodo. Os três membros da roda optaram por uma estrutura complementar, ou seja, cada um falou de um aspecto que pudesse contribuir com a formação de

um tríptico reflexivo¹. Em meio a outras falas mais sistematizadas do colóquio, optou-se por uma linguagem mais informal, coloquial – postura que se reflete no texto a seguir –.

Com a proposição de alguns pontos de vista que integrassem academia e, sobretudo, experiência pastoral, objetivava-se provocar o diálogo com o público presente, o qual reagiu de forma muito participativa, com perguntas e proposições pertinentes. A primeira parte do tríptico – transcrita neste texto – almejava retomar a questão da ideia e da realidade sinodal na perspectiva da conversão de mentalidade.

1 PRIMEIRO ASPECTO: EMARANHADO DE IDEIAS E PROPÓSITOS

Apesar de não pretender definir o conceito de sinodalidade, uma aproximação conceitual é importante, para saber do que se está falando e sobretudo a partir de qual compreensão do conceito se fala. O Documento final do Sínodo tem uma estrutura e uma redação bastante intrincada. Há um emaranhado de ideias que não ajudam a leitura e nem a compreensão do conteúdo. É um documento que parece inacabado, porque não passou por uma processamento formal.

Habituaados com documentos pontifícios mais elaborados, esse emaranhado, num primeiro momento, é incômodo. De qualquer modo, mesmo que não intencionalmente, essa condição inacabada acaba adquirindo uma certo sentido. Pode indicar propositalmente um caminho aberto, que deve ser prosseguido, burilado na realidade, ou melhor dizendo, nas realidades nas quais a Igreja se faz presente, nas relações concretas entre ministros ordenados e não ordenados, religiosos e laicato, espaços certos de vida eclesial e os desafios do mundo para além das paredes das estruturas eclesiais (físicas e pessoais). De qualquer modo, na leitura do documento, o conceito ou a proposta de sinodalidade vai se definindo, adquirindo um pouco mais de clareza.

2 SEGUNDO ASPECTO: TUDO É PROCESSO

Por mais que já se tenha uma certa clareza sobre o conceito e a realidade que ele quer propor, ainda não é suficiente. Essa insuficiência não é uma questão simplesmente intelectual, porque intelectualmente há material satisfatório para se compreender a proposta sinodal do Papa argentino. Por sinal, pensando a partir da Igreja da América Latina, de tempos atrás (não muito atrás), do ponto de vista prático, o conceito não traz novidades. A prática de decidir juntos – ministros ordenados, religiosos(as) e leigos(as), era presente em muitas comunidades e realidades eclesiais latino-americanas.

Mas, como sempre acontece na história da igreja, sobretudo nos eventos e situações importantes, como o sínodo, é necessário ir além do fundamento intelectual. Faz-se importante

¹ Os três membros da roda de conversa eram: Lucimara Trevisan, do Centro Loyola; Denilson Mariano, da FAJE, e Jean Richard Lopes, da PUC Minas.

a identificação com a proposta, entendida como uma vivência eclesial, para além de simpatias e gostos pessoais ou de grupo.

Nessa perspectiva, ressoa forte uma termo colocado em evidência por Francisco na sua reflexão e modo de conduzir a Igreja: processo. Coerente, o Papa argentino se colocou no movimento que decorre do Concílio Vaticano II. Ciente das dificuldades dessa linha, mas, ao mesmo tempo, confiante no sopro do Espírito, se esforçou para evitar que se levantassem mais muros de obstrução desse movimento. Procurou mostrar com palavras e gestos concretos que é possível abrir novos caminhos.

Pois bem, a identificação – intelectual e afetiva – se dá no processo. Um movimento feito também de resistências que a realidade pode superar ou reforçar. De qualquer modo, a história vai para frente. O documento é parte do processo e não consegue sozinho aplinar a estrada.

De fato, é possível dizer que Francisco não pensava num documento final – como ponto final –, mas no processo. Esse deve ser um dos motivos pelo qual renunciou à sua prerrogativa de sistematizar o texto e decidiu assiná-lo como lhe foi entregue. Evitou que alguns redatores trabalhassem demais o texto, com risco de perder o espírito sinodal. Deixou o texto inacabado para que a Igreja continuasse redigindo-o.

3 TERCEIRO ASPECTO: UMA COMPREENSÃO POLIVALENTE

Sempre sobre a questão da definição, entre os parágrafos 28 e 33, o documento final apresenta o significado e as dimensões da sinodalidade. São 6 parágrafos que buscam dar uma orientação conceitual. Isso confirma que não é fácil, pois se trata de algo polivalente na ideia e na prática. Por isso, desafiador.

No parágrafo 30, explica-se a sinodalidade a partir de 3 aspectos. Nota-se que se diz “aspectos distintos”. O adjetivo distinto tenta afastar a tentação da uniformidade vertical que reduz tudo a um fator institucional hierárquico. Citando o texto da Comissão Teológica Internacional, propõe-se a distinção que se parte praticamente da etimologia do termo sínodo: caminhar juntos.

Em seguida, passa-se à questão estrutural, imediatamente associada a processos. Essa associação junta de modo paradoxal dois conceitos que poderiam ser antagônicos, pois estrutura pode indicar algo rígido, concluído, enquanto, processo aponta para a algo em movimento, em desenvolvimento. Ao qualificar ambos os termos com adjetivos eclesiais, o documento mostra que a Igreja não é uma comunidade cuja forma histórica (estrutura) deve conservar a sua dinamicidade, para não ser tornar obsoleta. Ainda mais, porque ela deve continuar na escuta do Espírito Santo, aquele que fomenta a dinamicidade da Igreja com dons e ministérios variados (1Cor 12,4-11.27-31).

Por fim, fala-se de acontecer pontual de eventos sinodais. O verbo acontecer e o adjetivo pontual indicam momentos capazes de expressar uma catolicidade viva, dinâmica e em busca. Eventos que promovem a interação institucional – convocação das autoridades competentes – com as bases, chamadas a contribuir com a reflexão e discernimento da inteira comunidade eclesial. Em termos sociológicos, topo e base se unem num processo colaborativo sobre questões pertinentes à evangelização.

4 QUARTO ASPECTO: PARA ALÉM DO *SLOGAN*

Os fatores que constituem a ideia e a proposta de sinodalidade, no conjunto, são caracterizados pela comunhão e participação. Essas duas características são desafiadoras, porque exigem despojamento e generosidade, senão corre-se o risco de tornar a sinodalidade um mero *slogan*. Em alguns lugares isso já aconteceu. Aliás, na Igreja isso não é nada raro. Pelo contrário. Muitas vezes, para expressar sintonia, comunhão, introduzem-se os termos chaves em qualquer situação. No caso, toda festa de padroeiro ou atividade tem que ter a palavra sinodal, mas além de não se falar do sínodo, a atividade não fomenta em nada um estilo sinodal de ser Igreja.

Bom, *slogan* pode funcionar como marketing, mas não gera comunhão eclesial consistente. A palavra-chave do momento pode cair num vazio de significado e com isso ser banalizada. Para gerar adesão intelectual e afetiva, é necessário viver o desafio de estar junto, como indica o documento no parágrafo 28, para “dialogar, discernir e decidir”.

O primeiro verbo, dialogar, fala da qualidade da interlocução entre os sujeitos envolvidos no processo sinodal. A interlocução não é simples, porque dialogar não significa somente dizer alguma coisa um para o outro, como se fosse um monólogo a dois. O diálogo implica uma escuta. O diálogo pode gerar um incômodo, desconforto. O diálogo pode provocar esperança, despertar expectativas. O diálogo pode despertar antipatia, a depender de como é dita determinada informação. Mas, de modo especial, o diálogo é sempre o ponto de partida para que uma comunidade chegue a alguma decisão que seja realmente comunitária.

O segundo verbo é discernir. Ele tem a ver com observar, avaliar a realidade e as possibilidades, sejam essas positivas ou negativas. Discernir em comunidade não é simples, porque são muitas percepções da realidade ou compreensões da fé que se chocam. Sem falar dos motivos inconscientes ou emocionais não refletidos que também participam dessa avaliação. Quando o sujeito eclesial – a Igreja nos seus vários níveis e formas de participação e atenta à sua missão evangelizadora – pensa, os gostos pessoais dos sujeitos individuais são relativizados, superando individualismos absolutizados. É no diálogo não vazio e generoso que se começa o discernimento.

Há dois fatores que precisam ser considerados na dinâmica do discernimento. Um problema muito grande para a teologia e para a pastoral. De um lado, alguns têm uma tendência a olhar para a realidade com um dogmatismo excessivo. Só querem saber de falar de Deus ou daquilo que acreditam ter entendido do projeto de Deus – como se esse projeto fosse destino,

algo pré-fixado –, desconsiderando outros aspectos da realidade para a qual se fala ou na qual se está inserido. Questões sociológicas, econômicas, culturais, políticas e até mesmo meteorológicas também precisam ser consideradas. A Igreja real é sujeita ao seu ambiente.

Do outro lado, há muitas linhas pastorais que tendem a deixar de fora a teologia. Se perdem excessivamente na sociologia, na antropologia e em outras áreas. O discernimento não é um processo isolado do mundo, mas algo vivido num diálogo entre os membros da comunidade com a realidade, com as ciências e saberes para além da teologia. Todavia, deixando de lado arbitrariedades e autossuficiência, a teologia precisa ter voz nesse discernimento. Ela coloca o imperativo próprio da fé, seja para elaborar uma proposta, seja para identificar o que há de teológico nas situações e realidades refletidas.

O terceiro verbo, decidir, diz respeito ao compromisso, mas não um compromisso qualquer. A decisão deve ser fruto de um diálogo não vazio já no início, ao promover um discernimento inteligente, sob o Espírito, que conduz a uma tomada de posição. Se a decisão for realmente dialógica, então ela é um compromisso comunitário, em outras palavras, eclesial.

5 QUINTO ASPECTO: OS NÓS DA HISTÓRIA

Entre a morte do Papa Francisco – o principal patrocinador da sinodalidade – e a escolha de Leão XIV, muito se falou sobre a igreja, na mídia. As perguntas principais giravam em torno ao legado de Francisco. Obviamente a imprensa em geral, inclusive aquela oficial dos canais tradicionais, não tem uma compreensão mais ampla da Igreja, na sua complexidade. Pouco ou quase nada sabem de teologia e tendem a ver a Igreja somente como uma instituição histórico-política. De fato, negar isso, significa fugir da realidade histórica e falar para anjos. Todavia, a Igreja é também uma realidade teológica, uma comunidade de fé.

Bom, o ponto é que o novo Papa pode sim mudar os rumos da Igreja. Mas há certas conquistas que, por mais que sejam combatidas, se afirmam na história. Podem demorar mais tempo para envolver intelectualmente e afetivamente todo o corpo eclesial, mas não são simplesmente apagadas. Nesse sentido, mais importante que o legado de Francisco, é a identificação de qual propósito, decisão a Igreja quer levar para a frente. Isso pode até ser ingênuo, mas o que mostra a profundidade do diálogo e do discernimento feitos, como uma experiência eclesial intensa ou ainda por amadurecer.

Sempre naquele período da troca de papa, muito se discutiu sobre a linha que a Igreja levaria para frente. Toda questão parecia ser reduzida a uma escolha política. Isso acabou dando voz excessiva a um determinado grupinho que gritava muito e queria fazer acreditar que tudo estava rachado ou por rachar, caso não se fizesse uma manobra de impositação retrógrada. Parecia que a Igreja estava num impasse gigantesco. Isso corresponde à velha técnica de manipulação de massa. De fato, problemas não faltavam não faltam. Politicagem também não – dentro e fora do conclave –. Mas prevaleceu a política – toda decisão em conjunto, todo acordo é política, inclusive a escolha do papa – e não a politicagem.

A escolha rápida dos cardeais indicou que o diálogo é possível, mesmo que não seja fácil. Os cardeais que votaram em Leão não pensam exatamente igual a Francisco – aqui se trata de elocubração deste autor –, mas com a escolha do novo Papa mostraram ter uma grande sensibilidade a temáticas que Francisco tanto prezava: questões sociais e de organização da Igreja, de evangelização e de geopolítica. Isso quer dizer que independente do Papa morto, a Igreja já tinha elaborado uma agenda a qual os cardeais acreditaram não ser possível renunciar, porque pertinentes para o mundo contemporâneo, lugar de missão. Não por acaso, o próprio Leão XIV – que não é clone de Francisco – nos seus primeiros pronunciamentos referiu-se com firmeza sobre a continuidade do caminho sinodal.

A questão da razoabilidade é fundamental. Mas o que é o razoável? O razoável é uma questão complexa que não impede o diálogo e que, na variedade de ideias e de linhas de pensamento, nunca perde de vista o valor da unidade que se deve criar e conservar em torno a Cristo, evitando rachaduras partidárias, como ensina o Apóstolo Paulo em 1Cor 1,1-13. A razoabilidade se constrói sempre em correspondência com o Evangelho, a partir do qual Igreja renova sua caminhada, ou seja, do seguimento de Cristo.

6 SEXTO ASPECTO: A CONVERSÃO DE MENTALIDADE

Dialogar é importante, discernir também, mas é fundamental chegar a uma decisão que, de fato, comprometa. De novo, o envolvimento não pode ser somente intelectual. Tem que ser afetivo também, como o de Jesus que via as multidões, sentia compaixão e então fazia algo (Mc 6,14).

A razoabilidade – pode parecer contraditório, mas não é – exige também o envolvimento da dimensão afetiva. Muitas vezes, as pastorais discutem, discutem, discutem e continuam discutindo sem propor ou mudar alguma coisa. Como dito antes, não se pode esquecer que tudo é processo. O fato de que alguns documentos ou as discussões teológicas tenham orientações pertinentes não basta para mudar a realidade; ao menos não de forma imediata.

Isso significa que o caminho sinodal implica na necessária conversão pastoral. Mas como viver uma conversão pastoral sem uma mudança de mentalidade? Essa mudança não é equiparável a uma troca de roupa, sem grandes impactos, mas passa por dois fatores muito importantes e intrinsecamente relacionados:

1. Se se deve mudar de mentalidade, qual seria a nova ou outra mentalidade? Para homens e mulheres de fé cristã, a mentalidade nova que deve ser assimilada é a do Reino de Deus, como os evangelhos apresentam, ou seja, relacionado com a pessoa de Jesus Cristo.

Quando se lê o Evangelho segundo Marcos, nota-se que o ministério de Jesus começa com um discurso imperativo sintético: “Cumpriu-se o tempo e está próximo o Reino de Deus. Mudai de mentalidade e crede do Evangelho.” (Mc 1,14). As traduções converter-se ou arrepender-se são as mais comuns e refletem elementos da intencionalidade do texto bíblico.

Aqui, preferiu-se traduzir por mudança de mentalidade, porque este é o sentido básico do verbo grego.

Em Mc 1,14, encontram-se dois imperativos: mudar de mentalidade e crer. Logo em seguida, em Mc 1,17, surge uma nova expressão imperativa. Dessa vez, trata-se do chamado que Jesus dirigiu a Simão e André: “Vinde após mim”. Nessa sequência narrativa, há alguns aspectos nem sempre considerados que colocam os imperativos em relação de significado, apesar de serem duas cenas separadas. Crer no evangelho implica numa mudança de mentalidade. E a nova mentalidade é aquela formada a partir da proposta do Reino de Deus. O crer e o mudar de mentalidade acontecem no seguimento de Jesus.

Certamente, os autores do texto final do sínodo não pensavam em Marcos, mas é significativo que a conversão seja um dos fatores estruturantes do documento. Isso demonstra a consciência da dificuldade para que a sinodalidade seja assumida definitivamente como constitutiva do modo católico de ser Igreja, mas, ao mesmo tempo, aponta para um processo possível.

Quando se deixa de reduzir conversão a arrependimento – um dos seus sentidos, sem dúvida –, mas se entende na lógica do seguimento, então a conversão se torna um processo contínuo de vida, no qual há sempre algo a aprender, a melhorar e a amadurecer. E isso se dá na intimidade com o Mestre que forma uma comunidade de discípulos e dá a ordem missionária (Mt 28,19-20).

2. A Igreja que caminha em comunhão peregrina no mundo. Uma realidade dinâmica e que, nos últimos tempos, passa por transformações muito rápidas. A comunidade de fé não pode ignorar o mundo real. Paulo IV afirmou na *Populorum Progressio* (n.13), que a Igreja é conhecedora da humanidade. Ser conhecedora não pode se reduzir a saber coisas sobre a humanidade e nem a ser arquivo de experiências documentadas ao longo da história. Ser conhecedora deveria significar ser capaz de sintonizar-se com a humanidade, compreender o seu momento, cultura etc. para, então, ser “luz do mundo e sal da terra” (Mt 5,13-14).

Uma pastoral que olha de cima, do lugar de quem tem respostas prontas, não tem efeito duradouro, mesmo que possa criar essa ilusão. Conversão pastoral deveria ser a capacidade de sintonizar-se com o mundo real, para nele testemunhar o Reino de forma compreensível.

Todavia, assim como o fechar-se na sacristia – para usar uma expressão já clássica – o deixar-se assimilar sem discernimento constituem as duas faces da mesma moeda. Nesse sentido, a Igreja precisa conseguir viver continuamente o seguimento de Jesus para efetivamente crer no Evangelho que é capaz de mudar a mentalidade, sintonizando o(a) discípulo(a) com o Reino de Deus. Mas de outro lado, não pode tirar os pés do caminho que, como comunidade, percorre, ou seja, do mundo real.

Convém ainda recuperar o texto de At 15, da assembleia de Jerusalém, na qual discutiram sobre como receber os gentios na comunidade. Observe-se que o problema não era se os gentios poderiam se tornar membros da comunidade, mas sim como? Quais exigências

impor? Alguns preferiam velhas práticas. Outros, como Paulo, queriam ir além dessas práticas, deixando-as no passado, para seguir em frente na história da salvação, no encontro com Cristo.

A solução do problema foi alcançada naquela que foi uma das primeiras grandes experiências de sinodalidade da história da Igreja. Diante dos questionamentos que foram postos, partiu-se, antes de tudo, da escuta. Condição dialógica que permitiu chegar a uma decisão fundamental e determinante para a expansão do cristianismo.

Nota-se que a formulação jurídica, que formalizou a decisão, é a última coisa a ter sido feita. Primeiro, escutaram, depois Pedro ponderou teologicamente a partir da visão que teve em Jope e da experiência vivida na casa de Cornélio (At 10). Só então, Tiago determinou o que se deveria fazer. Diálogo, discernimento e decisão comunitários.

Um exemplo anterior de sinodalidade que não se pode esquecer também se encontra em At 6, capítulo no qual se discute a questão das viúvas gregas que estavam numa situação material precária, de fome. Os apóstolos reuniram a comunidade, escutaram o problema, discerniram e chegaram a uma decisão. Surgiu o diaconato, que não é exatamente como se entende hoje, na estrutura hierárquica do clero.

Um aprendizado importante de At 6 está no fato de que diante de uma demanda real e nova, sempre sob a luz do Espírito Santo – o critério por excelência do discernimento – a Igreja pode criar novos ministérios. No parágrafo 77, o Documento Final incentiva que sejam oferecidas mais oportunidades de participação aos leigos nas decisões e na formas de ministério eclesiais. Esse ponto será tratado mais aprofundadamente por Lucimara e Denilson, nas suas partes do tríptico, mas é importante lembrar que sinodalidade não é uma implosão da Igreja, mas sim um movimento dinâmico que pode promover novidades estruturais e ministeriais. Para isso, é fundamental a conversão de mentalidade que leve a uma ressintonização com o estilo do Reino de Deus, que se aprende no seguimento de Jesus.

REFERÊNCIA

PAPA FRANCISCO, XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão*. Documento Final. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2024.

PAULO VI, Papa. *Populorum Progressio*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 10 maio 2025.

Submissão: 31/10/2025 e aprovação: 10/12/2025.

Jean Richard Lopes é Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico, Roma – IT; Mestre em Teologia Fundamental e Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma – IT;

Pós-doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP. Professor de Teologia Bíblica e Coordenador do Mestrado Profissional em Teologia Prática da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. Coordenador do canal Youtube Grupo de Reflexão Bíblica São Jerônimo (www.youtube.com/@grbsaojeronimo). E-mail: jeanlopes@pucminas.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5441-9884>

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 204 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte / MG – 30.535-901

Texto avaliado por Matheus da Silva Bernardes

Editor: Geraldo Luiz De Mori



A importância da participação de cristãos leigos e leigas no Sínodo

Denilson Mariano da Silva

Resumo: Temos aqui uma breve análise da participação efetiva de cristãos leigos e leigas no Sínodo dos Bispos de 2024, destacando-a como um marco na vivência da sinodalidade na Igreja. Pela primeira vez, fiéis não ordenados participaram das assembleias sinodais com direito a voz e voto, expressando concretamente a dignidade batismal comum e o exercício do *sensus fidei*. À luz do Concílio Vaticano II e do Documento Final do Sínodo, o texto evidencia o valor simbólico e profético dessa inclusão como passo decisivo na superação do clericalismo e na promoção da corresponsabilidade eclesial. A presença do laicato enriqueceu o discernimento sinodal ao incorporar experiências concretas da vida cotidiana, das famílias e das realidades sociais diversas. A partir das orientações sinodais, o artigo apresenta pistas pastorais para comunidades, paróquias e dioceses, com ênfase na formação, nos organismos de participação e no reconhecimento de ministérios laicais. Por fim, os primeiros sinais do pontificado de Leão XIV são interpretados como continuidade e aprofundamento do caminho sinodal.

Palavras-chave: Sinodalidade; Leigos e leigas; Corresponsabilidade eclesial.

Abstract: Here we have a brief analysis of the effective participation of lay men and women in the 2024 Synod of Bishops, highlighting it as a milestone in the lived practice of synodality within the Church. For the first time, non-ordained faithful took part in synodal assemblies with the right to voice and vote, expressing the common baptismal dignity and the exercise of the *sensus fidei*. In the light of the Second Vatican Council and the Synod's Final Document, the article underscores the symbolic and prophetic value of this inclusion as a decisive step toward overcoming clericalism and fostering ecclesial co-responsibility. The presence of lay people enriched synodal discernment by integrating concrete experiences of daily life and diverse social realities. Drawing on synodal guidelines, the article proposes pastoral orientations for communities, parishes, and dioceses, emphasizing formation, participatory structures, and the recognition of lay ministries. Finally, the initial signs of Pope Leo XIV's pontificate are interpreted as a continuation and deepening of the synodal path.

Keywords: Synodality; Lay people; Ecclesial co-responsibility.

INTRODUÇÃO

No contexto da proposta geral do IX Colóquio de Teologia Pastoral – maio 2025 –, que se dedicou à reflexão sobre a recepção do último Sínodo dos Bispos de 2024, realizou-se, na PUC-Minas do Coração Eucarístico – BH, ao final da tarde e antes do painel noturno, uma roda de conversa com Pe. Jean Richard Lopes (PUC Minas), Lucimara Trevizan (Centro

Loyola) e eu, Denilson Mariano (FAJE). Sob perspectivas distintas e complementares, refletimos sobre a importância da participação de cristãos leigos e leigas no Sínodo 2023-2024.

Desde a instituição do Sínodo, por Paulo VI, em 1965, foi a primeira vez que cristãos leigos e leigas participaram com “crachá” e com direito a voz e voto¹ nas duas grandes sessões sinodais (2023 e 2024). Trata-se de um marco histórico e de um avanço concreto na vivência da sinodalidade na Igreja. Tal decisão sinaliza uma mudança profunda na compreensão e na prática da corresponsabilidade eclesial, reconhecendo os cristãos leigos e leigas não apenas como colaboradores, mas como verdadeiros sujeitos ativos da missão e do discernimento eclesial. Torna-se, portanto, fundamental manter viva a memória desse Sínodo e aprofundar o conteúdo de seu Documento Final (DF), a fim de garantir a continuidade de seu legado.

De modo sintético, buscamos apresentar: (1) alguns significados da participação efetiva de cristão leigos e leigas no Sínodo; (2) destaques do Documento Final que reforçam essa participação em outros níveis da vida eclesial; (3) pistas práticas para a ação pastoral em comunidades, paróquias e dioceses; e (4) elementos iniciais do possível magistério do Papa Leão XIV, recentemente eleito.

1 PRINCIPAIS SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO DE CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS

(a) Reconhecimento da dignidade batismal

O Concílio Vaticano II reconhece e afirma a dignidade comum dos batizados como membros do Povo de Deus. Pelo Batismo, todos se tornam filhos e filhas de Deus, membros do Corpo de Cristo e participantes de sua missão. Embora haja diversidade de dons e carismas, todos compartilham a mesma dignidade e a mesma vocação à santidade (LG 10). Conforme afirma o Documento Final do Sínodo, é do Batismo que “nasce a Igreja sinodal missionária” (DF, n. 15).

Essa igual dignidade decorre da comum vocação à perfeição cristã. Por isso, o Concílio afirma que “nenhuma desigualdade existe em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo” (LG 32). A presença de cristãos leigos e leigas no Sínodo, com reconhecimento formal e participação efetiva, evidenciou que todos os batizados — e não apenas os ministros ordenados — participam do *sensus fidei*, isto é, da capacidade espiritual de discernir a verdade da fé sob a ação do Espírito Santo (DF, n. 22-23).

A dinâmica da “escuta no Espírito”, realizada em mesas redondas com tempos iguais de fala, favoreceu a escuta mútua e constituiu um exercício concreto de sinodalidade prática, oferecendo novos horizontes para a participação efetiva de todo o povo de Deus nos diversos âmbitos da vida e da missão da Igreja.

1 Colhido do relato da Sônia Gomes de Oliveira, presidenta do CNLB – Conselho Nacional do Laicato no Brasil na sua participação virtual na 1ª noite de debates do Colóquio de Teologia Pastoral, no dia 12 de maio de 2025.

(b) Ação simbólica para superação do clericalismo

Recordando Víctor Codina, “o símbolo é, pois, a única forma de expressar as realidades mais profundas da existência humana, de comunicá-las socialmente e de entrar em comunhão com elas” (CODINA 1996, p. 151). Mais ainda: “o símbolo não se opõe ao real, [...] mas condensa a realidade de modo que possa ser melhor captada” (CODINA 2017, p. 148). Nesse sentido, a participação de cristãos leigos e leigas no Sínodo possui um forte valor simbólico e pode ser compreendida como sinal de abertura a novas formas de participação eclesial.

Essa presença ativa — ainda que não isenta de resistências — contribui para romper com uma lógica clericalista, presente tanto em clérigos quanto em leigos, que ignora ou esvazia a igualdade batismal. O Documento Final afirma explicitamente que a sinodalidade “ajudará também a superar o clericalismo, entendido como uso do poder em benefício próprio e distorção da autoridade da Igreja, que está a serviço do Povo de Deus” (DF, n. 74).

A ampliação de experiências semelhantes em outras instâncias eclesiais pode favorecer uma Igreja mais inclusiva, plural e capaz de escuta, ou seja, verdadeiramente sinodal.

(c) Valorização da escuta e da diversidade de experiências

Outra contribuição significativa da participação dos cristãos leigos e leigas foi a valorização da escuta e da diversidade de experiências (DF, n. 3). Como expressa o ditado popular, “a cabeça pensa onde os pés pisam”. A presença do laicato trouxe ao Sínodo as experiências concretas da vida familiar, do trabalho, das comunidades de base, das periferias, das situações de violência, das migrações e da realidade dos povos indígenas, entre outras (DF, n. 6-8). Essas contribuições enriqueceram o debate e favoreceram um discernimento mais encarnado, atento às realidades concretas da vida do povo de Deus.

(d) Ensaio de um modelo sinodal mais participativo

A inclusão de cristãos leigos e leigas com direito a voz e voto constitui um gesto profético que aponta para uma Igreja em que todas as vocações dialogam e decidem juntas, segundo o princípio: “O que diz respeito a todos deve ser discutido por todos”. Trata-se de um impulso à participação efetiva dos cristãos leigos nas Igrejas locais (DF, n. 101; 143).

A experiência vivida em Roma pode inspirar dioceses e paróquias a fortalecerem conselhos pastorais, econômicos e processos de planejamento pastoral, expressando o desejo do Papa Francisco por uma “Igreja toda sinodal” (FRANCISCO, 2015), em que caminhar juntos seja uma prática concreta.

2 DESTAQUES DO DOCUMENTO DO SÍNODO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS CRISTÃOS LEIGOS

(a) Maior responsabilidade dos cristãos leigos

O documento enfatiza que os cristãos leigos devem ter uma presença mais significativa nas assembleias sinodais, nos processos de discernimento eclesial e em todas as fases da tomada de decisões. Além disso, propõe uma maior participação dos cristãos leigos em cargos de responsabilidade nas dioceses e nos processos canônicos (DF, n. 77).

(b) Organismos de participação

O texto identifica os “organismos de participação” como áreas promissoras para implementar rapidamente as orientações sinodais, conduzindo a mudanças perceptíveis. Isso inclui a criação de formas e procedimentos eficazes de prestação de contas e avaliação, adaptados à variedade dos contextos locais.

(c) Integração entre cristãos leigos e ministros ordenados

O documento esclarece que não se trata de contrastar o que o ministro ordenado pode fazer e o que o leigo pode fazer, mas sim de reconhecer serviços diferenciados que podem ser vividos de forma integrada e dinâmica. Os cristãos leigos não devem ser considerados “substitutos”, mas colaboradores essenciais na missão da Igreja.

Esses pontos refletem um esforço contínuo da Igreja em valorizar e integrar os cristãos leigos em sua missão evangelizadora, reconhecendo sua vocação e contribuição indispensáveis para a construção de uma Igreja mais sinodal e participativa. Daí a importância de buscarmos algumas pistas práticas.

3 PISTAS PRÁTICAS PARA NOSSAS COMUNIDADES, PARÓQUIAS E DIOCESES

Com base nas ideias destacadas acerca da participação de cristãos leigos e leigas, com voz e voto, no Sínodo dos Bispos de 2024, elencam-se pistas práticas a serem vividas nas comunidades eclesiais, paróquias e dioceses. Tais orientações visam traduzir o espírito sinodal em ações concretas e permanentes.

(a) Promover formação para a corresponsabilidade

Torna-se urgente oferecer formações bíblicas, litúrgicas, pastorais e sociais para cristãos leigos e leigas, destacando sua missão na Igreja. Nessa perspectiva, é igualmente necessário incluir temas como sinodalidade, Doutrina Social da Igreja e participação ativa (DF, n. 74; 77; 80; 89). Tal iniciativa aponta para a criação de uma cultura de corresponsabilidade que contribua para a superação do clericalismo. Trata-se de promover espaços nos quais presbíteros e cristãos leigos trabalhem conjuntamente, com respeito mútuo, superando mentalidades

hierárquicas fechadas, bem como de estimular o uso de linguagens e estruturas que favoreçam a comunhão entre todas as vocações (DF, n. 147).

(b) Garantir voz real nos processos de discernimento comunitário

Nas assembleias paroquiais ou diocesanas, faz-se necessário assegurar espaços efetivos nos quais todos possam falar, escutar e ser escutados. Para tanto, recomenda-se o uso de metodologias participativas, como círculos de escuta, rodas de conversa e fóruns, em consonância com as orientações sinodais (DF, n. 107-108).

(c) Fomentar lideranças leigas com senso de missão

Impõe-se identificar e incentivar lideranças locais, especialmente mulheres, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade. É igualmente importante valorizar aqueles e aquelas que já exercem serviços e ministérios nas comunidades, reforçando sua dignidade batismal e missionária (DF, n. 73; 106), sem desconsiderar o necessário impulso ecumênico (DF, n. 137).

(d) Integrar cristãos leigos e leigas em equipes de planejamento e avaliação pastoral

Essa integração deve ocorrer em todas as etapas do processo pastoral: planejamento, elaboração, execução e revisão dos planos pastorais, desde a escuta inicial até as decisões e deliberações finais. Recomenda-se, ainda, a implementação de processos periódicos de avaliação participativa, orientados por critérios inspirados na metodologia de escuta do Sínodo (DF, n. 103; 141).

(e) Incentivar a criação de ministérios laicais reconhecidos

É fundamental estimular o exercício de ministérios não ordenados — como os ministérios da escuta, da Palavra, da caridade e da animação comunitária — e, em sintonia com a Igreja local, promover o reconhecimento público desses serviços em celebrações comunitárias (DF, n. 66).

(f) fortalecer e dinamizar os conselhos comunitários, paroquiais e diocesanos

Os conselhos constituem instâncias privilegiadas do exercício prático da sinodalidade. No entanto, nem sempre funcionam de modo adequado, o que exige seu resgate e dinamização, a fim de avançar na prática sinodal em todos os níveis da vida eclesial (DF, n. 103; 129).

Por fim, diante da surpresa da morte do Papa Francisco e da rápida eleição de Leão XIV pelo Conclave, cabe considerar o que se pode perceber, neste início de pontificado, no que diz respeito à continuidade do caminho sinodal já iniciado.

4 O QUE PODEMOS PERCEBER NESSE INÍCIO DE PONTIFICADO DE LEÃO XIV?

(a) Afirmação da sinodalidade como caminho da igreja

Em sua fala inicial no dia de sua nomeação, Leão XIV reafirmou o compromisso da Igreja com o caminho sinodal inaugurado pelo Concílio Vaticano II e aprofundado pelo Papa Francisco. Tal posicionamento evidencia a valorização do *sensus fidei* — o sentido da fé do povo de Deus — como fonte legítima de discernimento eclesial, bem como o estímulo à conversão missionária de toda a comunidade cristã, e não apenas dos ministros ordenados. Isso implica a inclusão efetiva de cristãos leigos e leigas nos processos de escuta, decisão e ação evangelizadora da Igreja.

(b) Chamado a uma igreja missionária, próxima e em saída

Na bênção dirigida à Igreja de Roma, em 8 de maio, o Papa destacou a necessidade de uma Igreja que constrói pontes, acolhe e dialoga com todos, permanece próxima dos que sofrem e não se fecha em si mesma. Tal perspectiva encontra respaldo no testemunho de comunidades como a de Chiclayo, no Peru, onde leigos e leigas caminham em estreita comunhão com o bispo. A missão da Igreja é tarefa de todo o povo de Deus, cabendo aos leigos um protagonismo particular no testemunho cotidiano da fé, da caridade e da escuta.

(c) Uma nova espiritualidade do serviço

Na homilia de 9 de maio, Leão XIV indicou que todo ministério na Igreja — inclusive o ministério petrino — deve ser vivido como serviço humilde, de modo que Cristo apareça e o ministro desapareça. Essa espiritualidade do serviço reforça o valor dos diversos ministérios leigos, exercidos na gratuidade, na entrega e no cuidado com os outros (LEÃO XIV, 2025).

(d) A importância da comunicação inclusiva

Em sua fala aos comunicadores, em 12 de maio, o Papa ressaltou que a Igreja é chamada a escutar as vozes dos mais fracos e excluídos e a praticar uma comunicação desarmada, promotora da dignidade humana e da fraternidade. Nesse contexto, cristãos leigos e leigas, especialmente aqueles que atuam nas redes e nas mídias comunitárias, desempenham papel decisivo na transformação da comunicação eclesial em instrumento de escuta, acolhida e transformação social.

Em síntese, o Papa Leão XIV, em sua primeira semana de pontificado, coloca cristãos leigos e leigas no centro do caminho sinodal, convocando-os à corresponsabilidade missionária, à participação ativa nos processos de discernimento, à vivência de uma espiritualidade comprometida com os mais pobres e ao testemunho concreto do Evangelho no cotidiano, particularmente por meio da comunicação e do serviço.

CONCLUSÃO

A participação de cristãos leigos e leigas no Sínodo dos Bispos de 2021-2024 constitui um marco decisivo no processo de recepção e aprofundamento da sinodalidade na Igreja. Ao reconhecer concretamente a dignidade batismal comum e o exercício do *sensus fidei*, essa experiência sinodal aponta para uma compreensão mais madura da corresponsabilidade eclesial, na qual todas as vocações são chamadas a discernir e decidir juntas o caminho da missão.

Longe de ser apenas um gesto marginal, trata-se de algo marcadamente simbólico, a inclusão do laicato com voz e voto revela-se um passo profético na superação do clericalismo e na promoção de uma Igreja mais participativa, inclusiva e enraizada nas realidades concretas do povo de Deus.

As orientações do Documento Final do Sínodo, bem como os primeiros sinais do pontificado de Leão XIV, indicam que o desafio agora é traduzir esse avanço em práticas pastorais permanentes nas Igrejas locais. A consolidação de uma Igreja verdadeiramente sinodal dependerá da coragem de transformar estruturas, processos e mentalidades, para que o “caminhar juntos” se torne expressão ordinária da vida e da missão eclesial.

REFERÊNCIAS

CODINA, Víctor. Por uma teologia mais simbólica e popular. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte. v. 18, n. 45. p. 149-173. mai./ago. 1986.

CODINA. *Sueños de un viejo teólogo: Una Iglesia en camino*. Bilbao: Mensajero, 2017.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão*. Documento final do Sínodo. Vaticano, 2024. Disponível em: <https://www.synod.va/content/dam/synod/news/2024-10-26_final-document/POR---Documento-finale.pdf> - Acesso em 11 abr. 2025.

FRANCISCO, Papa. *Comemoração dos cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*. Discurso do Santo Padre Francisco em 17/10/2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html#_ftn27> Acesso em 10 abr. 2025.

LEÃO XIV, Papa. Santa Missa Pro Ecclesia Celebrada pelo Romano Pontífice com os Cardeais eleitores. Homilia da Missa na Capela Sistina 09 de maio de 2025. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/homilies/2025/documents/20250509-messa-cardinali.html>> Acesso: 10 mai. 2025.

Texto submetido no dia 30/08/2025 e aprovado em 25/11/2025.

Denilson Mariano da Silva: Doutor em Teologia – FAJE BH; Tutor EAD pela FAJE; Sócio da SOTER - Sociedade de Teologia e Ciências da Religião; Membro do Grupo de Pesquisa Teologia Pastoral da FAJE-BH; Coordenador

do MOBON – Movimento Boa Nova e integrante da Equipe de Animação Bíblica do Leste 2; Redator da Revista O Lutador; E-mail: marianosdn@yahoo.com.br; Orcid [0000-0001-8887-8990](https://orcid.org/0000-0001-8887-8990).

Endereço: Rua Irmã Celeste, 191 – Bairro Planalto

CEP: 31.730-743, Belo Horizonte, MG

Avaliador: Francisco das Chagas de Albuquerque

Editor: Geraldo Luiz De Mori



Não somos Deus: Por uma superação da Racionalidade Econômica tecnocrática

Ruan de Oliveira Gomes

Resumo: Este trabalho analisa o paradigma tecnocrático na *Exortação Apostólica Laudate Deum*, do Papa Francisco, com ênfase em sua crítica à racionalidade econômica dominante. O objetivo é evidenciar como o pontífice denuncia uma concepção de progresso centrada na eficiência, na acumulação e no crescimento ilimitado, sustentada por uma lógica instrumental que reduz o ser humano a consumidor e a natureza a recurso. A metodologia é de cunho hermenêutico, com base em análise textual da Exortação e documentos correlatos. Francisco propõe uma reconfiguração dos fundamentos do desenvolvimento, criticando a aliança entre ciência, técnica e mercado que desconsidera as consequências sociais, culturais e humanas. Como conclusão, defende-se que sua crítica ao paradigma tecnocrático representa um chamado ético à superação de uma racionalidade econômica autônoma e autorreferente, em direção a uma economia que não exclua ou mate e sirva verdadeiramente à dignidade humana e ao bem comum.

Palavras-chave: Papa Francisco. Paradigma tecnocrático. Progresso. Técnica. Racionalidade econômica.

Abstract: This paper analyzes the technocratic paradigm in Pope Francis's Apostolic Exhortation *Laudate Deum*, with an emphasis on his critique of the dominant economic rationality. The aim is to demonstrate how the Pontiff denounces a conception of progress centered on efficiency, accumulation, and unlimited growth, sustained by an instrumental logic that reduces human beings to consumers and nature to a mere resource. The methodology is hermeneutical in nature, based on a textual analysis of the Exhortation and related documents. Francis proposes a reconfiguration of the foundations of development, criticizing the alliance between science, technology, and the market that disregards social, cultural, and human consequences. In conclusion, it is argued that his critique of the technocratic paradigm constitutes an ethical call to overcome an autonomous and self-referential economic rationality, moving toward an economy that neither excludes nor kills, but truly serves human dignity and the common good.

Keywords: Pope Francis. Technocratic paradigm. Progress. Technology. Economic rationality.

INTRODUÇÃO

“Por que falar de economia num congresso de teologia pastoral?” é a pergunta que nos fazemos já no início dessa comunicação. À primeira vista, pode parecer deslocado tratar de economia em um evento de teologia pastoral. Afinal, a economia é frequentemente percebida como um campo técnico, regido por números, estatísticas e decisões de mercado, enquanto a

teologia pastoral se ocupa, pensa-se, do cuidado espiritual, da escuta, do consolo e do acompanhamento das pessoas. No entanto, essa separação é ilusória. As condições materiais de vida e consequentes condições materiais para nossos esforços pastorais como o acesso ao alimento, moradia, trabalho, saúde e dignidade, estão profundamente entrelaçadas com a experiência da fé e com a prática pastoral. Ignorar a racionalidade econômica seria, portanto, ignorar uma das principais causas do sofrimento humano, especialmente entre os empobrecidos. Falar de economia na pastoral é, antes de tudo, uma exigência evangélica: é colocar a vida concreta no centro da missão da Igreja, reconhecendo que o Evangelho não se anuncia no vácuo, mas em contextos marcados por desigualdade, injustiça e exclusão.

Em tempos de profundas transformações sociais e econômicas, a missão pastoral da Igreja é desafiada a ir além do cuidado individual, enfoque individualista e assumir uma postura crítica diante das estruturas que afetam a vida. A economia, enquanto realidade concreta que organiza a produção, distribuição e consumo de bens, não pode ser considerada neutra nem separada da ética e da fé. Neste contexto, é urgente e necessário questionar os fundamentos de um sistema que frequentemente sacrifica vidas humanas em nome da eficiência e do lucro.

A lógica dominante coloca a racionalidade econômica como instância suprema de organização da sociedade, absolutizando suas leis como se fossem naturais e incontestáveis. Essa mentalidade transforma o mercado em uma espécie de “divindade”, exigindo sacrifícios contínuos. A teologia pastoral, comprometida com o cuidado e a defesa da vida, precisa denunciar essa idolatria e reafirmar que a economia deve estar a serviço do ser humano, e não o contrário.

Outro aspecto preocupante é distinguir entre dois paradigmas que hoje disputam o coração da sociedade: uma economia que mata, baseada na exclusão, competição e sacrifício dos frágeis; e uma economia da vida, fundamentada na solidariedade, no cuidado com a criação e na centralidade da dignidade humana. A pastoral, ao anunciar o Reino de Deus, se insere nesse conflito, chamada a ser sinal profético de uma nova ordem em que a vida plena seja possível para todos. A pastoral, ao anunciar o Reino de Deus, se insere nesse conflito, chamada a ser sinal profético de uma nova ordem em que a vida plena seja possível para todos.

A teologia pastoral é chamada a lembrar que o ser humano vale mais que sua produtividade e que o progresso sem o ser humano no horizonte não é progresso. É tarefa sua refletir sobre a prática pastoral que denunciem a lógica sacrificial do trabalho moderno e antecipem formas alternativas de pertença, cuidado e produção de sentido, onde a dignidade preceda a função, e o ser humano não seja mais visto como meio, mas como fim.

Iremos refletir nessa comunicação sobretudo sobre esse aspecto: o predomínio da racionalidade econômica de forma totalizante e o faremos por meio da *Laudate Deum*. Frente a isso, a teologia pastoral é chamada a se dar conta e lembrar que o ser humano vale mais que sua produtividade e que o progresso sem o ser humano no horizonte não é progresso.

1 O PARADIGMA TECNOCRÁTICO: DIAGNÓSTICO DA POLICRISE CIVILIZACIONAL

A Exortação *Laudate Deum* oferece uma das formulações mais precisas da crítica de Francisco ao modelo de civilização vigente: “o paradigma tecnocrático alimenta-se monstruosamente de si próprio” (LD, 21) e parece não se apresentar como um possível instrumento de desenvolvimento, mas sim como a chave da própria interpretação da existência. Esta frase encerra duas teses fundamentais que estruturam o pensamento e a crítica de Francisco à economia: (1) a ideia de que o paradigma tecnocrático, longe de se manter como instrumento, se tornou um fim em si mesmo, crescendo de forma autônoma e descontrolada. O que evidencia um aspecto econômico (LS, 106), pois essa lógica sustenta a fé cega no crescimento infinito e na eficiência como único critério de progresso; (2) a tese ainda mais grave de que a racionalidade técnico-econômica passou a ocupar o lugar do sentido último da vida humana, convertendo-se em matriz de interpretação (LS, 101) da realidade e construção subjetiva. Aqui aflora o aspecto ideológico, pois essa racionalidade se apresenta como se pudesse produzir sozinha a verdade, o bem e o sentido. A esse quadro soma-se o aspecto antropológico (LS, 105) da crítica: ao naturalizar essa lógica, o ser humano passa a conceber sua própria existência de modo distorcido, rompendo a harmonia com a realidade e contribuindo para sua ruína. Francisco, assim, não apenas denuncia um sistema, mas aponta para uma crise mais profunda na forma de habitar o mundo e de compreender o lugar do ser humano na criação.

A primeira tese, ao descrever o paradigma tecnocrático como algo que se alimenta de si mesmo de maneira “monstruosa”, indica uma perda de referências externas à técnica e conseqüentemente à racionalidade econômica: ela deixou de ser regulada por princípios éticos, finalidades humanas ou equilíbrio ecológico. Seu desenvolvimento não responde mais às necessidades humanas, mas à sua própria lógica interna de expansão, o que Francisco identifica como uma irracionalidade travestida de racionalidade. A técnica se fecha sobre si mesma, como um sistema autorreferencial que, ao invés de emancipar o ser humano, o reduz a um apêndice de sua própria operação. Nesse sentido, o “monstruoso” real aponta para o descontrole, a autonomização e o desequilíbrio intrínseco de um sistema que perdeu sua finalidade.

A segunda tese aponta que essa lógica técnico-econômica passou a definir o modo como compreendemos o mundo, o outro e a nós mesmos. Deixou de ser apenas uma ferramenta a serviço da vida e passou a funcionar como um filtro totalizante da realidade: só é considerado real aquilo que pode ser medido, calculado, explorado e convertido em valor. Essa lógica não apenas molda a percepção da verdade, como também mascara as implicações éticas do poder que a sustenta. Como alerta Francisco, “a decadência ética do poder real é disfarçada pelo marketing e pela informação falsa” (LD, 29). Esses mecanismos de dissimulação tornam-se ainda mais perigosos quando, como ele afirma, estão “nas mãos de quem tem maiores recursos para influenciar a opinião pública através deles” (LD, 29). Trata-se, portanto, de uma crítica contundente a um sistema que não apenas concentra poder, mas

também manipula os instrumentos de comunicação e senso comum para sustentar sua própria legitimidade.

Assim, a técnica, que originalmente deveria funcionar como uma mediação objetiva entre o ser humano e a realidade, transforma-se em uma verdadeira ontologia, isto é, em uma maneira totalizante de conceber o ser e o mundo.

Trata-se, no entanto, de uma ontologia da construção ilimitada, irrestrita e irrefreável: “aumentar para além de toda a imaginação o poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço” (LD, 22). Nesse horizonte, a natureza e todas as formas de vida são reduzidas a instrumentos funcionais, perdendo seu valor intrínseco. Com isso, não é exagero afirmar que a (i)rracionalidade do paradigma tecnocrático está enraizada em uma forma específica de razão: a razão instrumental¹. Trata-se então de uma racionalidade que não busca a verdade ou o bem, mas sim a eficácia, a funcionalidade e o controle.

Buscando tudo que lhe é útil, “tudo o que existe deixa de ser uma dádiva que se deve apreciar, valorizar e cuidar, para se tornar um escravo, uma vítima de todo e qualquer capricho da mente humana e das suas capacidades” (LD, 22). A razão, quando absolutizada, rompe com qualquer limite ético e paradoxalmente se converte em força destrutiva. A promessa de progresso se transforma em crise permanente.

Francisco denuncia esse reducionismo, apontando que a técnica, quando desvinculada de uma orientação ética e antropológica, tende a se tornar uma lógica autônoma e dominadora. A modernidade, ao absolutizar a dimensão técnica e operacional da razão, relegou outras dimensões fundamentais da vida humana, como o ético, o estético, o simbólico e o espiritual, a um segundo plano. Assim, o ser humano deixa de habitar o mundo como um espaço de sentido e passa a operá-lo como uma máquina. A crise, portanto, não está apenas no excesso de técnica, mas na perda do equilíbrio entre as diversas dimensões que compõem a existência humana. O paradigma tecnocrático rompe essa harmonia e impõe uma visão unilateral e empobrecida da realidade. A crítica do Papa Francisco, nesse sentido, não é apenas moral ou ambiental, mas ontológica: trata-se de restaurar a plenitude do ser humano e da criação contra a hegemonia de uma racionalidade funcionalista. Essa crítica é também epistemológica, pois o paradigma tecnocrático não é apenas um modo de produzir, mas um modo de conhecer, de se relacionar com o mundo. A natureza, os seres humanos e as relações sociais passam a ser compreendidos unicamente à luz da gestão, da performance e da produtividade, enquanto se eclipsam as dimensões éticas, afetivas e espirituais que são constitutivas da dignidade humana.

Essa crítica à absolutização da lógica econômica já estava presente, de forma germinal, na *Evangelii Gaudium*, quando Francisco afirmou com contundência: “esta economia mata” (EG, 53). A frase resume uma percepção que vai além da denúncia moral: trata-se do

1 Usamos a terminologia nos mesmos termos de Horkheimer e Adorno (1985), que compreendem a razão instrumental como uma racionalidade voltada ao controle e à eficiência, desvinculada de fins éticos ou emancipatórios.

reconhecimento de uma estrutura que exclui e descarta vidas humanas em nome da eficiência e do lucro. Não se trata apenas de más práticas ou falhas pontuais, mas de uma engrenagem sistêmica que necessita da desigualdade e da exploração para funcionar. A economia globalizada, regida por uma racionalidade puramente funcional, torna-se incapaz de acolher os frágeis, de proteger a criação e de sustentar vínculos verdadeiros.

Francisco insiste, assim, que o problema é de ordem radical e estruturante: não é possível humanizar um sistema cujo princípio organizador é a acumulação pela acumulação. Relembrar a *Evangelii Gaudium*, texto sobre a evangelização no contexto atual, neste ponto é recordar à pastoral que a proposta cristã é também uma alternativa antropológica: uma economia enraizada na dignidade, no cuidado e na justiça. Trata-se, portanto, de uma disputa civilizacional, em que o anúncio do Evangelho desafia não apenas consciências individuais, mas o próprio ordenamento do mundo.

Essa crítica revela uma intuição fundamental: a economia, longe de ser uma esfera neutra ou meramente técnica, impõe uma ontologia. A forma social organizada pela lógica da acumulação de valor transforma o mundo em mercadoria e reduz o ser humano à condição de força de trabalho abstrata. Nesse contexto, a razão econômica, sob a aparência de neutralidade e objetividade, carrega uma violência estrutural: ela absolutiza o mercado como critério último de valor e exclui tudo aquilo que não pode ser traduzido em termos econômicos, inclusive a pastoral que é quantificada em termos de eficiência e produtividade.

Uma digressão sobre o trabalho se faz oportuna aqui e isso em coerência com o magistério social de Francisco em seu princípio do terceiro “T”. A mediação do trabalho na modernidade é que sustenta a racionalidade econômica e mesmo o movimento liberacionista se articula, ainda que criticamente em torno da mediação social do trabalho. É o trabalho, em sua forma abstrata e compulsória, que organiza a vida social moderna. E, ao ser o eixo dessa organização, torna-se também o principal vetor de subjetivação.

Nesse contexto, o trabalho não é meramente uma atividade para satisfazer necessidades humanas, mas um fim em si mesmo, um imperativo moral, uma exigência ontológica. Não trabalhar é, para muitos, não existir². A forma social do trabalho se torna uma religião moderna, com seus próprios ritos (a produtividade), seus sacerdotes (os gestores), seus templos (as corporações), e suas penitências (o desemprego). O sujeito moderno vive, portanto, sob o signo da reificação: as relações sociais passam a ser mediadas por coisas, por contratos, por estatísticas. O ser humano se transforma em função: ele deixa de ser fim e se converte em meio, isto é, recurso humano, unidade de produção, consumidor-alvo. Reificação (*Verdinglichung*) é contra então a própria noção de dignidade humana: quando a própria subjetividade é absorvida por formas objetivas e opacas, naturalizadas e automatizadas. A Doutrina Social da Igreja tem que escolher qual bandeira abraçar e largar de uma vez por todas essa esquizofrenia doutrinária: ou proclama a absoluta dignidade humana ou proclama a absoluta necessidade de Trabalho.

2 Temos como horizonte de crítica ao Trabalho as ideias de Castro (2020).

Pensar uma pastoral à luz da forma moderna do trabalho exige uma virada epistemológica e teológica: é necessário reconhecer que a precarização da mediação social do trabalho não é apenas um dado sociológico, mas uma ferida espiritual. O trabalho, tal como instituído na modernidade capitalista, abstrato, compulsório, alienado, tornou-se a matriz dominante de subjetivação e organização da vida. Nossos planos pastorais urbanos, muitas vezes ainda centrados em categorias herdadas de um mundo industrial estável, não dão conta da fragmentação, da intermitência e da informalidade que marcam a experiência atual da classe trabalhadora.

A centralidade do “trabalho” como princípio de mediação social, inclusive em leituras cristãs de viés liberacionista, repensada à luz do princípio do terceiro “T” proposto por Francisco: trabalho digno, e não qualquer trabalho. Uma pastoral coerente com a Doutrina Social da Igreja não pode mais romantizar o sofrimento laboral ou espiritualizar a exploração. É urgente pensar atividades e programas que respondam ao desemprego estrutural, à uberização, à ansiedade produtiva e à reificação subjetiva não apenas com assistência, mas com espaços de recomposição simbólica, comunitária e espiritual. O desafio pastoral é criar comunidades que não apenas denunciem a lógica sacrificial do trabalho moderno, mas que também antecipem, em suas práticas e relações, formas alternativas de pertença, cuidado e produção de sentido, onde a dignidade preceda a função, e o ser humano não seja mais visto como meio, mas como fim.

2 “NÃO SOMOS DEUS”: A RESPOSTA DA ECOLOGIA INTEGRAL COMO NOVA HABITAÇÃO

A tradição cristã sempre entendeu a criação como um dom, não como um recurso. O paradigma tecnocrático rompe com essa compreensão ao transformar a natureza em objeto de manipulação e a vida humana em variável produtiva. Contra essa visão, Francisco em suas formulações sobre o Evangelho da Criação, recupera o sentido relacional da existência. Não somos donos da Terra, mas parte dela; não somos senhores da criação, mas criaturas entre outras, por não sermos Deus somos chamado ao cuidado.

Essa concepção é teologicamente radical: se Deus cria o mundo como dom gratuito, sua finalidade não é utilitária, mas relacional. Toda criatura tem valor intrínseco e está ligada a todas as demais. Nesse sentido, basta não apenas um conjunto de práticas sustentáveis, mas uma espiritualidade e uma ontologia: somos feitos de relações, dependentes uns dos outros, e chamados à comunhão com toda a criação.

A ontologia relacional proposta na *Laudate Deum* representa uma verdadeira reantropologização: o ser humano é visto não como agente de domínio, mas como ser-em-relação, vulnerável, interdependente. Trata-se de um deslocamento radical da posição central do sujeito moderno. A “chave de interpretação da existência”, que hoje está nas mãos da razão instrumental, deve ser restituída a uma compreensão que integre dimensões espirituais, comunitárias e ecológicas.

O ponto culminante da crítica de Francisco é, sobretudo, de ordem ontológica, apesar do caráter pragmático³ da Exortação. Não estamos apenas diante de uma crise ambiental, mas de uma crise da própria forma de ser da humanidade. O paradigma tecnocrático, que tem sua centralidade antrópica, tornou-se uma ontologia implícita: define o que é real, o que tem valor, o que merece existir. Sua lógica é excludente: tudo o que não pode ser traduzido em valor de mercado torna-se invisível ou descartável.

A afirmação de que “a origem humana – “antrópica” – da mudança climática já não se pode pôr em dúvida” (LD, 11) expressa o consenso científico atual sobre a responsabilidade direta das atividades humanas no aquecimento global. No entanto, Francisco não para nessa constatação. A persistência de um modelo civilizacional baseado no extrativismo, no consumo desenfreado e na urbanização desordenada revela que a crise climática não é apenas uma questão técnica ou ambiental, mas profundamente ética e civilizatória, humana e por isso de interesse teológico. Diante disso, torna-se urgente repensar a própria “habitação” humana no planeta. Repensar não apenas no sentido físico ou arquitetônico, mas na forma como o ser humano se insere e interage com o mundo natural. Reconsiderar essa habitação implica redimensionar nossas práticas econômicas, sociais e culturais, buscando modos de viver que não reproduzam a lógica destrutiva que nos trouxe até aqui.

Repensar a habitação é como disse Francisco, considerar que o que vivemos hoje não é simplesmente “um mundo que muda”, mas uma mudança de época, em outras palavras uma transformação profunda e estrutural que altera os fundamentos da convivência humana, da organização social e da própria subjetividade. Essa mudança não se limita à superfície das práticas econômicas ou às inovações tecnológicas: ela toca o núcleo do modelo civilizacional. O sistema produtivo, centrado na obsessão pelo crescimento ilimitado, na fé cega na técnica e na absolutização do mercado, entrou em colapso ético, ecológico e existencial. A automação crescente e a financeirização da economia tornaram o trabalho cada vez mais escasso e precário, desorganizando os laços sociais e produzindo vastas zonas de descarte humano. Como insiste Francisco, não se trata apenas de uma crise, mas da falência de um paradigma: a lógica tecnocrática que prometia emancipação acabou por produzir exclusão e devastação. Superar esse momento exige mais do que reformas: exige uma conversão cultural profunda, uma nova visão do ser humano e do mundo. É o tempo de reconstruir o sentido do comum, de habitar a Terra de modo reconciliado, guiados não pela lógica da exploração, mas pela espiritualidade do cuidado.

Francisco não se furta a este realismo: essa policrise “trata-se dum problema social global que está intimamente ligado à dignidade da vida humana.” (LD, 3). Constatar isso na vinculação com a dignidade humana é perceber que essa afirmação desloca o eixo da discussão: trata-se de uma crise de mundo que fere o coração da garantia de sociabilidade, e não apenas de um problema de gestão de recursos. A solução exige mais do que “soluções sustentáveis” de um modo de produção “verde”: exige outra forma de viver, de produzir, de relacionar-se.

3 A exortação foi escrita com foco especial nos líderes e agentes globais que participariam da COP28, realizada em dezembro de 2023.

A crise do valor é também, em certo sentido, crise da subjetividade, pois moldamos nossos afetos e nossos desejos conforme os imperativos da eficiência e do consumo.

Francisco é incisivo ao afirmar que “buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial” (LS, 111). Embora reconheça o valor de alguns avanços tecnológicos, ele alerta que essa abordagem fragmentada e imediatista corre o risco de perpetuar a lógica do “consertar, remendar, retocar” enquanto, no fundo, o processo de deterioração continua avançando. A confiança cega na técnica, desvinculada de uma crítica estrutural ao modelo de desenvolvimento, não apenas falha em enfrentar as causas profundas da crise, como também revela um “pragmatismo homicida, como pontapear uma bola de neve” (LD, 57).

Francisco, no entanto, não é contrário à técnica nem ao progresso, tampouco adota uma postura conservadora ou nostálgica de um mundo pré-moderno. Sua crítica não recai sobre a existência da técnica em si, mas sobre seu uso desvinculado de qualquer horizonte ético ou relacional. Como ele afirma, “um ambiente saudável é também o produto da interação humana com o meio ambiente, como sucede nas culturas indígenas e aconteceu durante séculos em várias regiões da terra. Muitas vezes os grupos humanos “criaram” o meio ambiente, remodelando-o de algum modo sem o destruir nem pôr em perigo.” (LD, 27), ou seja, o progresso verdadeiro só é possível quando preserva e cultiva uma relação equilibrada entre o ser humano e a natureza.

O problema surge justamente quando essa saudável relação é destruída, algo claramente visível nas lógicas neoliberais, que, em nome da produção e do lucro, exploram a Terra de maneira predatória, transformando os ecossistemas em mera matéria-prima a ser exaurida. Nesse contexto, a técnica deixa de ser instrumento de cuidado e torna-se vetor de devastação. Francisco destaca que “o grande problema atual é que o paradigma tecnocrático destruiu esta relação saudável e harmoniosa. Contudo, a indispensável superação deste paradigma tão nocivo e destruidor não se encontra numa negação do ser humano, mas passa pela interação dos sistemas naturais com os sistemas sociais” (LD, 27). Sua proposta não é regressiva, mas busca reconstruir uma convivência integral, onde o desenvolvimento técnico se harmonize com justiça social e equilíbrio ecológico. Por isso, o ser humano não é um fator externo que apenas danifica o ambiente, mas parte integrante da natureza, com vida, inteligência e liberdade que enriquecem e mantêm o equilíbrio do planeta.

Trata-se, então, de mudar a habitação, e não apenas as práticas. Ou seja, não basta adaptar comportamentos ou reformar instituições (LD, 57), é necessário superar, nesse sentido, o pragmatismo homicida. Mudar a habitação é alterar o chão existencial onde construímos nossa humanidade: o fundamento de nossa antropologia. Isso exige uma conversão mais profunda, que atinge o coração, reconfigura os afetos e reorganiza os desejos. Francisco reconhece essa urgência ao afirmar que os movimentos populares são os “poetas sociais”, aqueles que, a partir das margens, sonham e criam formas alternativas de habitar o mundo.

Esses movimentos não oferecem apenas demandas pontuais ou reivindicações práticas; oferecem visões, símbolos e experiências concretas de uma outra forma de vida, baseada na solidariedade, no cuidado e na justiça. Eles nos ajudam a imaginar e a experimentar novas habitações espirituais, políticas e econômicas que rompem com a lógica da exclusão e nos abrem à construção de um outro mundo possível.

A ecologia integral aparece, então, como contra-paradigma. Seu ponto de partida é a escuta: “o grito da Terra e o grito dos pobres” (LS, 49). Essa escuta é uma mudança epistêmica: rompe com a neutralidade da racionalidade tecnocrática e recoloca no centro a vida concreta, o sofrimento, a dignidade. O paradigma tecnocrático absolutiza a forma e elimina o conteúdo; a ecologia integral reabilita o conteúdo e relativiza a forma.

O paradigma tecnocrático não é um simples desvio, mas a culminância de uma lógica histórica que absolutizou a razão instrumental, reduziu a vida à eficácia e desfigurou o humano. Superá-lo exige mais do que reformas: exige outra interpretação da existência, que reconheça a vulnerabilidade, a interdependência e a sacralidade da vida. E, nesse esforço, a ecologia integral não é apenas uma proposta pastoral ou ambiental, mas uma nova metafísica do comum, uma nova antropologia e uma nova política.

Francisco lembra que o impacto da crise climática recai sobretudo sobre os mais pobres, embora eles sejam os menos responsáveis por ela (LD, 9). Essa constatação revela o caráter estruturalmente injusto do sistema. Escutar os pobres não é fazer assistência: é reformular a racionalidade dominante a partir dos excluídos. É uma inversão civilizatória.

CONCLUSÃO

A análise da *Exortação apostólica Laudate Deum*, do Papa Francisco, revela que a crise contemporânea transcende as dimensões meramente econômica e ambiental, configurando-se como uma crise civilizacional de cunho ontológico. Demonstrou-se que o paradigma tecnocrático e a racionalidade econômica dominante não operam apenas como ferramentas, mas se converteram em uma verdadeira ontologia, um filtro totalizante da realidade que absolutiza a eficiência, a acumulação e o controle, moldando intrinsecamente a compreensão do ser e do mundo. Essa lógica instrumentalista e autorreferente conduz inexoravelmente à reificação do ser humano e da natureza, reduzindo-os a meros recursos e meios para o lucro, em uma estrutura que o Pontífice categoriza como uma economia que mata.

Diante desse diagnóstico radical, Francisco propõe uma reorientação antropológica e existencial. A verdade teológica fundamental de que não somos Deus emerge como um possível princípio-chave para a superação do paradigma tecnocrático. Essa afirmação remete à finitude humana, à dependência da criação e à necessidade de um cuidado relacional com o mundo, postulando uma ontologia relacional que reconhece o valor intrínseco de toda criatura e a interconexão de todos os seres.

Nesse horizonte, a Ecologia Integral apresenta-se como o “contra-paradigma” necessário, rompendo com o pragmatismo homicida das soluções meramente técnicas e convocando a uma conversão cultural profunda e à mudança da habitação humana no planeta. A escuta do grito da Terra e o grito dos pobres não se configura como um ato de caridade pontual, mas como uma inversão civilizatória que exige reformular a racionalidade dominante a partir da perspectiva dos excluídos, evidenciando o caráter estruturalmente injusto do sistema. Essa abordagem integral convida a uma conversão cultural e espiritual profunda e a mudar a habitação, uma transformação existencial que altera o fundamento antropológico da humanidade e supera o pragmatismo homicida das soluções meramente técnicas e fragmentadas.

Em última instância, a teologia pastoral é interpelada a assumir um papel profético e crítico, reconfigurando seus referenciais à luz de uma antropologia relacional e solidária. O desafio reside em fomentar comunidades que não apenas denunciem a lógica sacrificial do trabalho moderno e a exclusão sistêmica, mas que também antecipem e encarnem uma nova habitação do mundo, fundamentada na dignidade, no cuidado e no bem comum. Somente assim a pastoral poderá ser um sinal visível de uma esperança que culmina em uma economia da vida, onde o ser humano é compreendido como fim, e não como meio, e a existência é reconciliada com a criação em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, Fernando Gastal de. *A subjetividade sem valor*: Trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista. Curitiba: Appris, 2020.

FRANCISCO. *Laudate Deum*. Exortação Apostólica sobre a crise climática. Vaticano, 4 out. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 13 mai. 2025.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si*, 'sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 24 mai. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 13 mai. 2025.

Texto enviado dia 30/06/2025, aprovado dia 30/11/2025.

Ruan de Oliveira Gomes: Graduado em Filosofia pela PUC Minas, graduando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Pesquisa financiada pelo CNPQ (Bolsa Iniciação Científica). E-mail: ruan.mariae@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9741-3289>

Endereço Postal: Rua Guajará, n.25, Bairro: Dom Cabral,

CEP: 30. 535. 370 – Belo Horizonte, MG

Avaliador: Manoel José de Godoy

Editor: Geraldo Luiz De Mori



O cultivo de uma Espiritualidade Encarnada na Igreja Sinodal

Wêdja Domingos de Melo

Resumo: O presente artigo aborda o cultivo de uma Espiritualidade Encarnada no contexto de Igreja que caminha no processo de sinodalidade, tendo presente a inserção do ser humano na sociedade fortemente marcada pela pressa, superficialidade, egoísmo e individualismo, considerando o corpo como lugar privilegiado para a experiência de Deus, sobretudo por meio da oração pessoal. A igreja, enquanto povo de Deus, é convocada à comunhão, conversão ecológica, acolhimento, escuta e diálogo, sobretudo com aqueles/as que pensam, sentem e agem diferente. Cada pessoa é convidada a ser agente de transformação da realidade. Para tanto, é necessário o cultivo de uma espiritualidade cujo referencial é a pessoa e a práxis de Jesus, que viveu plenamente a sua humanidade, desenvolvendo a compaixão e a solidariedade, de modo particular para com os pobres e excluídos, oprimidos pelo poder religioso e político.

Palavras-Chave: Espiritualidade Encarnada; Corpo; Igreja Sinodal.

Abstract: This article addresses the cultivation of an Incarnate Spirituality within the context of a Church that is moving towards synodality, taking into account the insertion of human beings into a society strongly marked by haste, superficiality, selfishness, and individualism, considering the body as a privileged place for the experience of God, especially through personal prayer. The Church, as the people of God, is called to communion, ecological conversion, acceptance, listening, and dialogue, especially with those who think, feel, and act differently. Each person is invited to be an agent of transformation of reality. To this end, it is necessary to cultivate a spirituality whose reference point is the person and praxis of Jesus, who fully lived his humanity, developing compassion and solidarity, particularly towards the poor and excluded, oppressed by religious and political power.

Keywords: Embodied Spirituality; Body; Synodal Church.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a sociedade atual, fortemente marcada pelo individualismo, globalização da superficialidade, egoísmo, materialismo, ansiedade vazia, demasiada busca de prazer, em que as pessoas caminham aceleradamente, muitas vezes motivadas pelo desejo de demonstrar eficiência, observa-se o crescente anseio das pessoas por vivenciar uma espiritualidade.

No presente cenário da Igreja, que interpela à escuta empática, ao diálogo fraterno e ecumênico, ao compromisso de fé e comunhão, à sensibilidade com o ser humano e as

diversas formas de vida no planeta, à atuação profética, tendo como referência Jesus Cristo e o Reino, é importante apresentar e fomentar a vivência de uma Espiritualidade Encarnada.

No presente artigo, serão oferecidas algumas pistas que possibilitarão o desenvolvimento de uma Espiritualidade Encarnada, comprometida com a realidade, que caminha em comunhão, na Igreja Sinodal, atenta aos sinais dos tempos, considerando o corpo como lugar privilegiado para a experiência com Deus.

1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPIRITUALIDADE

A palavra “espiritualidade” provém de “espírito”. O termo espírito, no hebraico bíblico, é *ruah*, que tem o significado de “vento” e “respiração”. Em ambos os casos trata-se de uma força dinâmica, tal como se percebe na energia poderosa do vento e na força vivificante presente na respiração de todo ser vivente. Espiritualidade é, portanto, a vida vivificada pelo espírito (essência vital), um modo de ser e de atuar na vida.

Espiritualidade é, nesse sentido, uma forma de viver segundo um espírito, um modo de a pessoa estar no mundo deixando-se conduzir por sua energia vital, a fim de conquistar valores tomados como essenciais para viver. Na concepção cristã, corresponde a viver segundo o Espírito de Deus, permitindo-se ser guiada por ele.

Refere-se à vida interior de uma pessoa e visa formá-la para o engajamento e comprometimento em prol da transformação da realidade. Também se refere à esfera da existência humana, ou seja, a maneira como uma pessoa vive a própria vida constitui a sua espiritualidade. Nesse sentido, afirma Haight:

Todo mundo tem algum tipo de espiritualidade. A espiritualidade se refere à organização básica da vida das pessoas, ao centro de gravidade que dá coerência à soma total dos seus comportamentos. Todas as pessoas têm uma espiritualidade à medida que suas vidas têm uma certa coerência (HAIGHT, 2015, p. 22).

O Espírito Santo toma por inteiro o ser humano e renova todas as dimensões de sua existência, oferecendo-lhe nova motivação e vigor. Entre as principais espiritualidades da Igreja, está a Espiritualidade Inaciana, que é uma Espiritualidade Encarnada.

A Espiritualidade Inaciana é Trinitária. Está centrada na pessoa e na práxis de Jesus Cristo, que chama o ser humano a segui-lo. É uma espiritualidade profundamente humana e mundana, pois a pessoa não precisa se afastar do mundo para vivenciá-la. Ao contrário, interferindo positivamente na sua maneira de viver e atuar em seu cotidiano, desembocará em serviço livre e generoso às pessoas que o Senhor lhe confia ou coloca para caminhar ao seu lado.

É uma espiritualidade que valoriza o ser humano e o ajuda a desenvolver amor por Deus. Pois amar alguém é uma decisão. Significa, portanto, ser e viver para a pessoa amada.

Logo, a Espiritualidade Inaciana é para pessoas dispostas a buscar o autoconhecimento e abertas à transformação, que exigirá algumas mudanças, inclusive de mentalidade. A maneira primordial de cultivar a Espiritualidade Inaciana é por meio da oração pessoal diária, a ser realizada de maneira consciente. Tendo uma/um companheira/o de caminhada, mais experimentado/a no Mistério (acompanhante espiritual), que testemunhará a sua experiência com Deus e ajudará a discernir a vontade divina na disposição de sua vida. Essa/esse acompanhante também ajudará a pessoa que reza a desenvolver uma mística.

A palavra “mística” provém da língua grega, do adjetivo *mystikós*, relacionado com os verbos: *myô*, que significa o procedimento de fechar os olhos e a boca para penetrar num mistério sem divulgá-lo; e *myeô*, cujo significado é iniciar-se nos mistérios. Também está relacionada com o substantivo grego *mysterion*, usado quase sempre no plural: *mysteria*, que aponta para os “cultos místicos” ou, em sentido profano, ao que é “secreto”. Tais significados acima relacionados convergem para a área do religioso no aspecto da espiritualidade, e se referem, fundamentalmente, à experiência mística com o Mistério de Deus.

Não se trata de algo estático, mas desloca o ser humano, coloca-o a caminho de modo a contribuir com o seu próprio crescimento, que se dá gradativamente e a colocar-se em atitude de escuta, acolhimento, comunhão e serviço aos seus semelhantes. Nesse sentido, afirma Mendonça:

É místico aquele ou aquela que não pode deixar de caminhar. [...] a mística se aprofunda num longo e pacientíssimo colóquio. Contudo, mesmo as grandes viagens têm de começar com um pequeno passo [...] percebe que cada lugar por onde passa é ainda provisório e que a demanda continua (MENDONÇA, 2016, p. 31-32).

Toda pessoa, desenvolvendo uma espiritualidade, ou seja, vivendo o seu cotidiano consciente e atenta aos detalhes, é chamada igualmente a cultivar uma mística pessoal no encontro com o Deus da Vida. Mística, como relação de intimidade com o mistério divino (maravilhoso) que tudo permeia e perpassa, é uma experiência existencial que todo ser humano pode cultivar e desenvolver, pois é um atributo próprio de sua compreensão racional.

A mística pessoal é cultivada no encontro pessoal com Deus. Trata-se aqui de uma disponibilidade interior que consiste em se dispor a, diariamente, procurar esse encontro, que também costuma ser designado oração. Esse encontro diário com o Senhor, por meio da oração pessoal, ajudará a pessoa a desenvolver uma Espiritualidade Encarnada.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESPIRITUALIDADE ENCARNADA

Cultivar uma Espiritualidade Encarnada significa considerar o corpo como campo para a experiência com Deus. Espiritualidade humana e humanizadora, considerando e valorizando os sentidos corporais que captam a presença do Senhor, tendo no horizonte o mistério da Encarnação de Jesus Cristo. Nesse sentido, afirmou Francys Silvestrini Adão:

Uma visão cristã da espiritualidade humana nunca pode ser entendida em oposição à materialidade de nossa existência. Pelo contrário, ela é continuamente confrontada com o perigo de um desinvestimento em relação à carne, com a tentação de construir uma forma “desencarnada” de habitar o mundo (ADÃO, 2024, p. 89).

Desenvolvendo uma Espiritualidade Encarnada, a pessoa é capaz de atuar no mundo com lucidez e ousadia, compreendendo o mundo a partir do olhar de Deus, desde sua vontade salvífica. Também é convidada a considerar e desenvolver todas as suas dimensões, de modo integrado, como maneira de exprimir a sua identidade. Sob essa ótica, afirmou Urbano Zilles:

O ponto de partida para uma reflexão sobre espiritualidade é a encarnação. Somos espírito em corpo. [...] A espiritualidade diz respeito à pessoa como um todo: em seu corpo e em sua alma, quando trabalha ou descansa, quando come ou reza; em seus desejos e pensamentos. A espiritualidade não é um acréscimo. Ela exprime a própria identidade numa situação concreta (ZILLES, 2011, p. 68).

O contexto social e cultural acentua a valorização do corpo e o considera instrumento primordial de expressão e diálogo com a sociedade. As convenções sociais revelam a relação de cada pessoa com o seu ambiente social por meio de características gestuais, formas de percepção, de manifestação de sentimentos e de emoções, jogos de aparência e de sedução, erotização, marcas de distinção como tatuagens, piercings e adornos. Observa-se que há um enorme anseio pelo prazer, ilusão do retardamento da velhice e culto à magreza. Evita-se a relação com o sofrimento e com a dor, cresce o mercado do entretenimento e do lazer, entre outros.

No corpo, o ser humano gera. Gera ideia, desejo, outro ser humano... David Le Breton afirmou: “O corpo é uma espécie de escrita viva no qual as forças imprimem “vibrações”, ressonâncias e cavam “caminhos” (LE BRETON, 2003, p. 11). Assim como a escrita deixa marcas no papel, a vida, ou as experiências vividas, sejam físicas, emocionais ou simbólicas, deixam marcas no corpo. O corpo é o registro, “escreve” a história de quem se é e do que se vive. Daí ser uma escrita viva. O corpo e o ambiente interagem o tempo inteiro. As forças são os estímulos externos (cultural, social, emocional) e internos (pensamentos, sentimentos, imaginação). Essas forças produzem vibrações e ressonâncias, provocando um diálogo constante entre o corpo e o mundo ao seu redor.

Pelo corpo, o indivíduo expressa o seu caráter, os seus valores, as suas aptidões, as suas habilidades, os seus dons, as suas paixões... também por meio do corpo cria memória em seus semelhantes. E, pelos sentidos do corpo, percebe o quanto esse outro lhe é valioso, íntimo, confiável, o quanto lhe desperta vibrações positivas, energia, vivacidade... ou o contrário.

Ao se considerar o lugar que ocupa o corpo na experiência de Deus, é possível verificar que esta é totalmente pessoal e intransferível, passa pelo seu corpo, chega às suas emoções, atinge a sua racionalidade e convoca a um comprometimento, compaixão solidária e atuação responsável em favor do/a outro/a.

O cristianismo possui, em sua essência, uma inegável valorização do corpo, dada a sua acolhida do mistério da Encarnação. Qualquer visão negacionista ou redutiva do corpo pode ser considerada contrária ao cristianismo. Nesse sentido, afirmou Xavier Lacroix: “Nada é mais contrário à seiva cristã que o desprezo do corpo e das realidades relativas ao corpo” (LACROIX, 2014, p. 263).

Encarnado, Jesus assume tudo o que é próprio do humano, participa da vida de todos os seres humanos, além de os acolher, dignificar, redimir, amar. A sua humanidade revela a sacralidade de cada indivíduo. “A pessoa é o lugar e a manifestação encarnada do Deus do amor e do amor de Deus e seu e-vento de doçura na história dos homens” (BOFF, 2002, p. 99).

Enfim, o cultivo de uma Espiritualidade Encarnada faz com que a oração seja integrada à vida e compreendida como algo prazeroso. Supõe liberdade por parte da pessoa que reza para “apenas” permanecer na presença de Deus, despretensiosamente e “com as mãos abertas” para dar e receber. Nesse sentido, afirma Breemen:

Rezar é permanecer na presença de Deus, com mãos abertas e com o coração aberto. [...] Ora, rezar é isto mesmo. Depois de algum tempo, estando eu disposto a estar de mãos abertas durante o tempo necessário, o Senhor virá. Lançará uma olhadela e mexerá um pouco nas coisas que tenho nas mãos. Talvez fique um pouco surpreso: tantas coisas! Em seguida, olhar-me-á perguntando: “Você se importaria se tirasse tal coisa ou tal outra?” E eu respondo: “É claro que podes”. É isso o núcleo central da oração: O senhor pode tirar algo da minha mão; pode também colocar algo nela. Nenhum outro pode, só Ele. Pois Ele é o Senhor. Só tenho de abrir o coração e as mãos e ficar esperando o tempo necessário para o Senhor chegar (BREEMEN, 1996, p. 31).

Em uma sociedade marcada pelo ativismo, eficiência, eficácia e alta produtividade, rezar pode parecer um ato vazio e passivo. Ao contrário, é encontro. Que nasce do amor, da confiança e da entrega, e ensina a arte da espera. Esse encontro produz diálogo, que supõe acolhimento, abertura e aprendizagem com o diferente, características imprescindíveis dentro de uma Igreja sinodal.

3 IGREJA SINODAL

Todo/a batizado/a é Igreja, ou seja, povo de Deus e, portanto, incumbido/a da missão de Jesus Cristo, cuja vida foi totalmente voltada para as pessoas mais necessitadas, em fidelidade coerente até a morte. Mário França de Miranda lembra que a missão da Igreja é levar homens e mulheres “a viver uma fé consciente e real, que vá além de práticas tradicionais ou de um catolicismo cultural e inoperante” (MIRANDA, 2024, p. 91).

A Igreja, Povo de Deus, é convidada a anunciar e testemunhar a Boa Nova da salvação em seu contexto social, sem se desvincular do “mundo”, conforme aponta o documento final do sínodo:

O Povo de Deus anuncia e testemunha a Boa Nova da salvação; vivendo no mundo e para o mundo, caminha juntamente com todos os povos da terra, dialoga com as suas religiões e as suas culturas, reconhecendo nelas as sementes do Verbo, e avança em direção ao Reino (DF, 17).

O momento histórico atual é marcado pelo pluralismo, secularismo, emergência da subjetividade de cada indivíduo, degenerada pelo individualismo dominante. A Igreja, comunidade dos/das seguidores/as de Jesus é convocada à conversão ao Evangelho, que os conduzirá à coerência entre palavras e ações, e, sobretudo, a um maior cuidado com o ser humano, ao invés de preocupar-se em primeiro lugar por doutriná-lo.

É urgente o acolhimento ao diferente antes de rejeitá-lo por não entendê-lo e por ele não se encaixar em nossa maneira de pensar. Também é imprescindível a construção de uma sociedade mais humana, tendo em vista o desígnio salvífico do Deus do Reino, atualizando o mandato missionário de Jesus Cristo, cujo modo de ser abriga valores, orientações e interpeleções que estão sendo buscados por muitos na contemporaneidade.

Considera-se que a plena realização humana consiste em sair de si e se sensibilizar pelo outro, em suas mais diversas necessidades. Para tanto, deve-se romper preconceitos para buscar elevar e restabelecer a dignidade de cada pessoa que lhe é confiada ou caminha a seu lado. Centrando-se sobretudo no pobre, excluído e vulnerável, uma vez que no coração de Deus “há um lugar preferencial para os pobres” (EG 197). Com relação aos pobres, o Documento Final do sínodo realça que:

Neles, a comunidade cristã encontra o rosto e a carne de Cristo, que, de rico que era, se fez pobre por nós, para que nos tornássemos ricos por meio da sua pobreza (2 Cor 8,9). A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica. [...] A Igreja é chamada a ser pobre com os pobres, que muitas vezes são a maioria dos Fiéis, a escutá-los e a considerá-los sujeitos da evangelização, aprendendo juntos a reconhecer os carismas que eles recebem do Espírito (DF, 19).

A Igreja é convocada à sinodalidade. Onde todos/as são convidados/as a participar ativamente da sua missão, de acordo com a sua vocação específica, tendo em vista a vocação enquanto batizados/as, caminhando juntos, escutando-se mutuamente. A resposta se traduz em comunhão, diálogo, abertura, compromisso social, fraternidade, cuidado com o ser humano e com todas as formas de vida, sendo fiel ao Deus misericordioso, testemunhado na história e, sobretudo, na pessoa e na vida de Jesus Cristo.

Pois é caminhando juntos que se consegue discernir a vontade de Deus nos sinais do tempo e interpretá-los à luz do Evangelho, favorecendo a descentralização e a inclusão de pontos de vista diversos.

Considerando a urgência da prática do amor e de cuidado com as diferentes formas de vida, a Igreja é chamada à conversão ecológica. No Texto-base da Campanha da Fraternidade de 2025, no número 56 do se lê:

Uma conversão ecológica supõe uma mudança do nosso modo de ser, pensar, agir, como pessoas e comunidade. Buscamos um modo de viver mais integrativo entre Deus, os seres humanos e toda a criação, no qual a cultura do amor e da paz tenha a primazia (CNBB, 2024, p. 38).

Para tanto, é necessário que cada indivíduo retome à sua missão de “guardião da Casa Comum” e à amizade fraterna, inspirado por Jesus e cultive uma espiritualidade ecológica, cujo benefício alcançará toda a Criação, incluindo o ser humano, inclusive de gerações futuras. Essa é também uma maneira de vivenciar uma Espiritualidade Encarnada na Igreja Sinodal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenhamos a coragem de ousar, dar passos concretos e investir no autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, considerando o corpo como lugar privilegiado para a experiência com Deus. Somente crescendo, enquanto pessoa e seguidor/a de Jesus poderemos ajudar aos demais a chegarem ao fim para o qual foram criados, atribuindo sentido à própria existência e, portanto, tendo vida em plenitude, conforme o plano salvífico de Deus.

É imprescindível o cultivo de uma Espiritualidade Encarnada, que reconhece o corpo como espaço primordial da Revelação, bem como a tomada de consciência do seu papel social enquanto pessoa e cristão/ã, dentro da conjuntura atual da sociedade que interpela a Igreja à compaixão, ao desapego, à simplicidade, à profecia, à conversão ecológica e à comunhão.

Que Jesus Cristo continue sendo o modelo e o referencial para todos/as que desejam levar a sério o seu batismo e assumir o serviço como seu distintivo, a fim de favorecer a implementação e realização do Reino de Deus neste tempo que se chama hoje.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Francys Silvestrini. *Sabedoria teogastrônômica*: José Tolentino Mendonça e a gramática culinária humano-divina. São Paulo: Loyola, 2024.
- BREEMEN, Piet Van. *O pão repartido*. Tradução de Francisco Van de Water. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- BOFF, Leonardo. *Experimentar Deus*: a transparência de todas as coisas. Campinas: Verus, 2002.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Campanha da Fraternidade 2025*: Texto-base. Brasília: Edições CNBB, 2024.
- SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal*: comunhão, participação, missão. Documento final. 2024. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br>>, Acesso em 11 mai. 2025, às 16:29.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.
- HAIGHT, Roger. *Espiritualidade cristã para buscadores*: Reflexões sobre os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola. São Paulo: Loyola, 2015.
- LACROIX, Xavier. O corpo reencontrado. *Perspectiva Teológica*, v. 46, n.129, mai./ago., 2014, p. 247-266.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*: antropologia e sociedade. Tradução de Marina Appenzeler. 3 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- MENDONÇA, José Tolentino. *A mística do instante*: o tempo e a promessa. São Paulo: Paulinas, 2016.
- MIRANDA, Mario de França. *Igreja sinodal e desafios atuais*. São Paulo: Loyola, 2023.
- ZILLES, Urbano. *Desafios atuais para a teologia*. São Paulo: Paulus, 2011.

Texto submetido em 30 de julho de 2025 e aprovado em 30/10/2025

Wêdja Domingos de Melo. Doutoranda em Teologia, pela Faculdade Jesuíta em Filosofia e Teologia (FAJE), Mestra em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Pedagoga, Especialista em Gestão Educacional: espaço escolar e não escolar e Especialista em Orientação e Acompanhamento Espiritual. **E-mail**: wedjadm@gmail.com **Orcid**: 0009-0009-7589-7821

Endereço postal: Avenida General Olímpio Mourão Filho, 357. Apto. 101. Planalto

CEP: 31.200-270 - Belo Horizonte/MG

Editor: Geraldo Luiz De Mori

Avaliador: Francisco das Chagas de Albuquerque



60 anos do Concílio Vaticano II: uma análise crítica da eficácia de seus resultados à luz das Normas ISO

60 years of Vatican Council II: a critical analysis of the effectiveness of its results considering ISO standards

Antonio de Lisboa Lustosa Lopes

Michel Musulin Soeltl

Resumo: Transcorridos 60 anos do Concílio Vaticano II, a Igreja se encontra aquém do que poderia ter realizado para suportar a edificação do Reino de Deus. Através de uma abordagem de análise crítica à luz das normas ISO, procuramos apresentar algumas ações resultantes do Concílio, que poderiam ter sido potencializadas se a Igreja tivesse utilizado os princípios do Sistema de Gestão da Qualidade para operacionalizá-las. Este artigo procura fazer uma reflexão e apresentar algumas sugestões de caminho para incrementarmos, com qualidade e eficácia, novas ações oriundas do espírito missionário e evangélico do Vaticano II. Ao considerarmos as Constituições Conciliares como a “Visão de Deus” para a Igreja, fazemos uma correlação destas com as definições e normas da ISO9001:2015 e a ISO10015:2020, que são utilizadas para garantir a qualidade e a eficácia das organizações. Para tanto, utilizamos o exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e como a falta de um direcionamento e apoio estratégico e sistematizado, fez com que a Igreja perdesse a oportunidade de se beneficiar de tão luminosa inspiração. Assim, propomos um caminho entre tantos outros, de utilização do conhecimento técnico do mundo secular, para identificar potenciais melhorias que podem ser alcançadas se iniciarmos o quanto antes, a sistematizar nossas ações para aplicar as constituições em uma Igreja mais humana e ativa no mundo.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; Análise crítica da eficácia da Igreja; Conhecimento secular ao serviço de Deus.

Abstract: Sixty years after the Second Vatican Council, the Church finds itself falling short of what it could have achieved in supporting the building of the Kingdom of God. Through a critical analysis approach in the light of ISO standards, this paper seeks to present some actions resulting from the Council that could have been further strengthened had the Church employed the principles of a Quality Management System to operationalize them. This article aims to offer a reflection and propose possible paths to enhance, with quality and effectiveness, new initiatives arising from the missionary and evangelical spirit of Vatican II. By considering the Conciliar Constitutions as the “Vision of God” for the Church, we establish a correlation between them and the definitions and standards of ISO 9001:2015 and ISO 10015:2020, which are used to ensure quality and effectiveness

in organizations. To this end, we use the example of the Basic Ecclesial Communities (BECs) and show how the lack of strategic and systematic guidance and support led the Church to miss the opportunity to benefit from such a luminous inspiration. Thus, we propose one possible path - among many others - of using the technical knowledge of the secular world to identify potential improvements that can be achieved, as soon as possible, to systematize our actions to apply the Constitutions within a Church that is more human and more actively engaged in the world.

Key-Words: Vatican Council II; Critical Analysis of church efficiency; Secular knowledge serving God.

INTRODUÇÃO

Quando os produtos¹ de uma empresa passam a não serem mais interessantes para seus clientes, as organizações costumam focar suas energias e recursos para se “reinventarem”, ou seja, ver e ouvir o que está acontecendo “fora de suas paredes”, refletir internamente e propor “mudanças de rota”.

O modelo de gestão proposto pela ISO9001:2015², em sua norma 4.2, deixa claro que para se ter sucesso, é preciso atender aos anseios de seus clientes e para isso é condição *sine qua non* ouvir as partes interessadas. Para servir é preciso ouvir: “... a organização deve determinar: a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão da qualidade; b) os requisitos dessas partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão da qualidade” (ISO 9001, 2015, p.2).

De forma análoga, em um momento em que o povo de Deus (“seus clientes”) não encontrava na Fé (“seu produto ou serviço”) motivos para vivenciar (“consumir”) seus ensinamentos e práticas, o Santo Papa João XXIII, inspirado pelo Espírito Santo, sob o mote *aggiornamento*³, convocava toda a Igreja a olhar para o mundo; analisá-lo nas mais diversas vertentes; identificar os principais acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XX e a discernir neles os sinais do Reino de Deus, para que a Igreja pudesse ouvir, refletir e, à sua maneira, se reformular e voltar a ser atraente e pastora de suas ovelhas desgarradas.

Os trabalhos iniciaram um ano antes da realização do Concílio, para que pudessem ouvir *as partes interessadas*, ou seja, a voz dos fiéis do mundo inteiro, que era transmitida pela interface da Igreja através de suas estruturas institucionais. “Antes de estabelecer os temas a serem tratados no Concílio, solicitamos o conselho prudente e sábio dos cardeais, dos bispos

1 Como produtos compreendemos bens tangíveis e materiais como também serviços.

2 As normas ISO são um conjunto de diretrizes e critérios técnicos criados pela Organização Internacional de Normalização (ISO), para garantir a qualidade, segurança e eficiência de produtos, serviços e processos. A família da ISO 9000 e suas derivações, ajudam as organizações a melhorarem a qualidade de seus produtos e serviços consistentemente, atendendo às expectativas dos clientes. Maiores detalhes, ver: www.iso.org

3 Aggiornamento é um termo italiano que significa “atualização”. Esta palavra foi a orientação chave para o Concílio Vaticano II. É a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno.

de todo o mundo, da Cúria Romana, dos superiores gerais das ordens e congregações religiosas, das universidades católicas e das faculdades eclesiásticas” (VATICANO II, 2021, p.16)

Assim, podemos dizer que o planejamento do Concílio Vaticano II, se iniciou aderente ao que se recomenda pela ISO a toda a organização, que almeja melhorar a aderência de seus clientes a seus produtos e serviços, ou seja, ouviram uma das partes interessadas na organização – neste caso – os cristãos e cristãs, leigos, religiosos ou ordenados do mundo inteiro.

1 INICIANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: A VOZ DOS “ACIONISTAS”

Após conhecer os requisitos e expectativas dos clientes, faz-se necessário ouvir os interesses dos principais acionistas, para que as ações a serem planejadas estejam alinhadas também aos princípios basilares da organização, de seus fundadores, responsáveis majoritários e de sua estratégia.

De fato, podemos pensar que o *acionista majoritário* da Igreja seja Deus, que se revelou por seu Filho Jesus Cristo e que deixou bem claro seu desejo (estratégia) a todos nós: Chamando seus Doze discípulos, Jesus deu a eles autoridade sobre espíritos impuros para expulsá-los, e para curar toda doença e toda enfermidade. (Mt 10, 1) e para que “... *durante a viagem, anunciem que o Reino dos Céus está próximo.*”⁴ (Mt 10, 7)

Assim, pela combinação das informações coletadas durante o período pré-conciliar (1961), ouvindo o Povo de Deus, pela discussão e reflexão interna inspiradas pela Sagrada Escritura, Magistério, Tradição e conduzidos pelo Espírito em 4 períodos conciliares, a Igreja (organização) passou a consolidar seus resultados, totalizando 16 documentos, preparando então sua “política da qualidade” para operacionalizar o Reino de Deus.

1.1. A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DA QUALIDADE

Após consolidar o interesse de todas as partes interessadas (externas e internas), o próximo passo é elaborar a política da qualidade, ou seja, a visão estratégica para atender os clientes. A política da qualidade provê um direcionamento claro, que embasa a criação de planos de ação eficazes, para que os produtos e serviços entregues aumentem o nível de satisfação dos clientes.

Neste sentido, podemos dizer que as 4 Constituições Conciliares formam a “Política da Qualidade” da Igreja pós-conciliar. A realização do Concílio era uma resposta prática da Igreja ao desejo de Deus (seu acionista majoritário), para que ela voltasse a exercer seu magistério e ser o caminho pelo qual o Povo de Deus retornaria às verdades de Cristo, tornando-a instrumento para colaborar com um mundo mais fraterno e humano aos pobres (principal “cliente” da Igreja).

4 O Reino dos Céus e de Deus tão explicado e defendido por Jesus é um estado de fraternidade universal, onde todas as pessoas tratar-se-ão como irmãos e irmãs, cuidando da casa comum, louvando, reverenciando e servindo a Deus nosso Senhor.

Na década de 1960, além das dificuldades sociais geradas pós 2º Guerra Mundial, o mundo passava por um desenvolvimento técnico acelerado, que tornou o homem mais confiante e mais *donos de si*, criando e gerando novas tecnologias, processos, produtos, serviços e novas maneiras de dominar e transformar a natureza.

Este cenário gerou mudanças significativas nos contextos políticos, econômicos, religiosos e sociais. A produção, o lucro e o desempenho passaram a nortear as relações humanas, ampliando as desigualdades e o distanciamento das classes, piorando a vida de muitos povos e países, agravando as indiferenças e deteriorando as relações sociais.

A Igreja já não ditava as regras e não influenciava a sociedade como outrora, então, a fé e o caminhar de acordo com os exemplos cristãos já deixavam de ser interessantes. Havia a necessidade de uma reformulação no agir em sociedade e neste contexto, de fato, o Concílio conseguiu produzir, entre outras tantas coisas, 4 constituições conciliares que podem ser agrupadas como as visões estratégicas (Política de Qualidade) de Deus: *Sacrosanctum Concilium*, *Lumen Gentium*, *Dei Verbum* e *Gaudium et Spes*.

Apesar de, na sequência das atividades, como veremos, termos campo para sugestões e melhorias, é de se valorizar a forma como foi organizado o Concílio em sua época. Se observarmos bem, desde as primeiras sessões às últimas, inspirados pelo Espírito de Deus, a condução dos debates, as instruções com os teólogos, a interação e argumentações entre os participantes, foram desempenhadas com esforços admiráveis e grandiosos.

1.2. A CONCEPÇÃO SINODAL DO CONCÍLIO VATICANO II (PLANOS DE AÇÃO)

O mundo atual, 60 anos após a realização do Vaticano II, possui contextos sociais, políticos, econômicos e religiosos que provocam reflexões semelhantes às vivenciados na década de 1960 na Europa, com um agravante: estamos muito mais envolvidos e vislumbrados com os avanços científicos e tecnológicos, o mercado neoliberal dominou praticamente todas as economias do mundo, a sociedade do desempenho, individualismo e consumismo desenfreado se consolidou e as desigualdades sociais e a pobreza aumentam a cada dia.

A história dá sinais de regressão. Reacendem-se conflitos anacrônicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes teologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social (FRANCISCO, 2020, §11).

Em um ambiente mais “competitivo”, faz-se necessário criar e executar planos de ação de maneira eficaz, analisando seus riscos e oportunidades (conforme cláusula 6 da ISO9001:2015), para que as organizações possam sobreviver. Assim, o desdobramento da visão estratégica em planos de ação com indicadores e metas claras (Objetivos da qualidade), são fundamentais para o sucesso organizacional.

Vemos com grande alegria ocorrer entre 2021 e 2024 a XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, cuja metodologia seguiu semelhante receita, iniciando o processo sinodal escutado as dioceses em cada nação e continente, cujos resultados foram consolidados para as reuniões das comissões. Porém, apesar da sinodalidade, da escuta dos anseios e expectativas de seu Povo, da volta às fontes para ouvir novamente as Palavras de Deus e refletir sobre seu posicionamento no mundo, é senso comum que a eficácia, em termos práticos (planos de ação), das visões estratégicas do Vaticano II, materializadas nas suas quatro constituições dogmáticas, ficou muito aquém de seu potencial.

A Visão Estratégica⁵ de Deus, transcrita pela Igreja Universal, não foi desdobrada da maneira adequada nas Igrejas Locais e assim, carecemos de ações práticas de resgate das fontes e da pureza e fundamento do Evangelho de Jesus Cristo, que viveu e morreu por nós defendendo o idealismo do Reino de Deus.

2 ANÁLISE CRÍTICA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES PÓS-VATICANO II

Assim como na natureza há necessidade de que tenhamos um solo fértil e firme para que as sementes deem flores e frutos e que seja resilientes às intempéries como vento, chuva e excesso de sol, em qualquer ação organizacional, onde se mexem em estados de estagnação e conformismo, nomeados de forma erudita como conservadorismo, há ações contrárias dentro da própria Igreja que impediram um maior avanço nos desdobramentos conciliares.

Ciente dos antagonismos que foram presentes durante os 3 anos do Concílio e das marés reversas que estariam por vir, o papa Paulo VI, na homilia de encerramento, procurou em sua saudação inicial fazer um último apelo para que aqueles que não acolheram em sua totalidade os resultados deste encontro, pudessem deixar tocar-se e abrir seus corações para a fala de Cristo e do influxo do Espírito Santo:

Nossa saudação visa ... despertar uma relação espiritual ... de amizade, ... que desejaria penetrar no coração de cada um... e dizer-vos, no silêncio interior de vosso espírito, a palavra habitual e inefável do Senhor: “Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz, não, porém como a dá o mundo” (Jo. 14, 27) (VATICANO II, 2021, p. 127)

Não queremos nesse artigo entrar em discussões ou polemizar sobre a falta do entendimento da real Palavra de Deus ou das reações humanas mesquinhas que renegam tudo o que podem ameaçar suas zonas de conforto e poder. Porém é fato que, *a falta de apoio da liderança institucional da igreja* foi um importante obstáculo para a concretização de projetos

5 Visão Estratégica no mundo empresarial define o horizonte para onde as empresas desejam seguir e chegar. Com este direcionamento os planos diretivos dos departamentos são criados de modo a suportar a visão dos acionistas. Fazendo uma analogia, as constituições conciliares seriam a Visão Estratégica de Deus, inspirada pelo Espírito Santo e transcrita pelos membros da Igreja. São o Norte e direção para onde todos os católicos deveriam seguir, e então, as Igrejas Locais criariam seus planos para operacionalizar esta visão e direção.

e ações mais amplas e aderentes à preocupação com o principal “cliente” de nossa organização: o pobre.

2.1 A NECESSIDADE DE METAS (OBJETIVOS DA QUALIDADE) E PLANOS DE AÇÃO CLAROS

Toda corporação, da menor a maior, necessita definir claramente quais são seus objetivos (metas) para então, elaborar planos de ação claros com indicadores mensuráveis, para que se acompanhe de forma racional e objetiva os progressos.

Da ISO trazemos a orientação de que cabe à alta direção “analisar criticamente o sistema de gestão da qualidade da organização, a intervalos planejados, para assegurar sua contínua adequação, suficiência, eficácia e alinhamento com o direcionamento estratégico da organização.” (ISO 9001, 2015, p.20)

O próprio Papa João Paulo II, 25 anos após o Concílio, reflete sobre a falta de resultados, redução da energia aplicada nas diversas ações e convida a todos para renovarem sua fé e colaborarem com as ações missionárias da Igreja:

O Concílio Vaticano II pretendeu renovar a vida e a atividade da Igreja, de acordo com as necessidades do mundo contemporâneo: assim sublinhou o seu caráter missionário, fundamentando-o dinamicamente na própria missão trinitária... No entanto..., a missão específica ad gentes parece estar numa fase de afrouxamento, contra todas as indicações do Concílio e do Magistério posterior. Dificuldades internas e externas enfraqueceram o dinamismo missionário da Igreja ao serviço.... (JOÃO PAULO II, 1990, §2).

Passados 60 anos do Vaticano II, indagamos aqui: quais seriam os objetivos da qualidade (metas) e consequentemente os projetos e planos de ação que cardeais, arcebispos, bispos, presbíteros, diáconos, leigos e leigas, deveriam trabalhar para operacionalizar a visão estratégica (documentos conciliares) e satisfazer seus clientes?

Ao analisarmos, por exemplo, o Texto da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que foi um desdobramento do Concílio em busca de metas e planos de ação para operacionalizar na realidade latino-americana a “Visão de Deus”, percebemos que as reflexões e direcionamentos careciam de objetivos claros e tangíveis, que pudessem se materializar em resultados:

Para que os habitantes dos centros urbanos e de suas periferias, cristãos ou não cristãos, possam encontrar em Cristo a plenitude de vida, sentimos a urgência de que os agentes de pastoral, enquanto discípulos e missionários se esforcem para desenvolver: a) um estilo pastoral adequado à realidade urbana com atenção especial à lingua-

gem, às estruturas e práticas pastorais, assim como aos horários... (CNBB, 2008, p.230).

Indagamos: Qual estilo? Qual ação para se adequar às novas realidades?

2.2 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (UM EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO)

As comunidades eclesiais de base (CEBs) podem ser ilustradas como um exemplo de plano de ação para operacionalizar as diretrizes estratégicas missionárias da *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e do Decreto *Ad Gentes*.

No Brasil tivemos a criação de inúmeras CEBs no episcopado de Dom Luciano Mendes de Almeida, onde através delas ele "... estendeu os laços familiares até os mais pobres dentre os pobres. Esta grande família formada por ele, e que se estendia por meio das inúmeras Comunidades Eclesiais fundadas sob seu episcopado" (OTTAVIANI, 2010, p.148).

As CEBs pelo seu ideal propositivo, tiveram menção positiva do Papa João Paulo II a serem implementadas: "*Um fenômeno, com crescimento rápido nas Igrejas, promovidas pelos bispos ou conferências episcopais, são as comunidades eclesiais de base, que estão a dar boas provas como centros de formação cristã e irradiação missionárias*" (JOÃO PAULO II, 1990, §51).

Porém, como não houve alinhamento deste plano de ação com objetivos organizacionais, faltou direcionamento e apoio institucional e sua implementação ficou à mercê da boa vontade das pessoas e elas acabaram, por falta de clareza e gestão, sofrendo ações contrárias dentro da própria igreja.

2.3 AUSÊNCIA DE MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

Se não há objetivos claros a serem alcançadas, a organização não tem como determinar "o que será feito, quais recursos serão requeridos, quem será o responsável, quando será concluído e como os resultados serão avaliados" (ISO 9001, 2015, p.6) e assim, não há o que se acompanhar de maneira sistemática. Sem monitoramento as iniciativas tendem a se extinguirem.

As acusações outrora feitas às CEBs poderiam facilmente serem contrapostas se houvesse dentro da Igreja (organização), um planejamento para realizar monitoramento periódicos dos progressos e resultados de cada uma das dioceses na constituição de suas CEBs. Esta é uma melhor prática que a norma do SGQ nos orienta:

A organização deve planejar, estabelecer, implementar e manter um programa de auditoria, incluindo a frequência, métodos, responsabilidades, requisitos para planejar e para relatar, o que deve levar em consideração a importância dos processos concernentes, mudanças

que afetam a organização e os resultados de auditorias anteriores (ISO 9001, 2015, p.20).

Caso houvesse desvios de conduta ou resultados das CEBs, elas estariam sendo monitoradas e acompanhadas e seriam facilmente corrigidas, sendo que estas lições aprendidas poderiam ser compartilhadas com as Igrejas locais do mundo inteiro, colaborando ainda mais com o aprimoramento do plano de ação.

2.3 AUSÊNCIA DE UM PLANO CLARO DE FORMAÇÃO DOS MEMBROS DAS CEBs

O testemunho foi e é fator determinante na promoção dos valores do Reino e da perpetuidade do exemplo de Cristo até os dias de hoje. Esta é uma premissa fundamental para o sucesso da implementação dos planos de ação, pois conforme nos recorda a ISO 10015: “Pessoas são essenciais para organizações. O desempenho organizacional depende de como competências de pessoas são usadas no trabalho” (ISO 10015, 2020, p.20).

Assim, o nivelamento de conhecimento e informação dos catequistas para que os resultados dos projetos institucionais fossem alcançados é primordial. De fato, esta preocupação já havia sido refletida e alertada no decreto *Ad Gentes*: “Deve-se, pois, procurar harmonizar a formação dos catequistas com o progresso cultura, para que se tornem valiosos cooperadores da ordem sacerdotal e sejam capazes de enfrentar por si mesmos as novas e grandes exigências da função” (VATICANO II, 2021, p. 418).

No entanto, apesar da boa vontade, a formação teológica e pedagógica dos catequistas não costuma ser a desejável e para catequisar é importante não apenas saber, mas saber ensinar as verdades da fé, e isso requer capacitação e qualificação em competências específicas: o ato catequético necessita de metodologia dinâmica e eficaz, que ajude seus protagonistas a assimilarem, compreenderem e fazerem uma experiência da mensagem cristã (LEDO, 2024, p.50).

Nas atividades de planejamento para desdobrar a visão estratégica das 4 constituições dogmáticas do Vaticano II em objetivos e destes em ações, devemos mapear quais os recursos humanos serão necessários – e suas competências – para a eficácia dos resultados.

Além dos bispos, presbíteros e diáconos, temos como grandes responsáveis na perpetuidade do verdadeiro discipulado e testemunha a figura do catequista, cujo processo formativo está desalinhado com as necessidades previstas pelas constituições dogmáticas (política da qualidade) e aquém das necessidades da realidade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando há uma visão estratégica louvável, que inspira e comove os corações, mas não se tem um plano estabelecido com objetivos claros, fica-se à mercê da boa vontade das pessoas a implementação das ações para o fim almejado.

Temos um legado enorme a ser explorado a partir do Vaticano II, mas conforme pudemos refletir, a ausência de um direcionamento institucional claro (objetivos da qualidade), fez com que perdêssemos eficácia nas ações propostas para colaborar com a construção do Reino dos Céus.

Vimos, através do exemplo das CEBs, o potencial que poderia ter sido explorado pela Igreja se tivéssemos utilizado dos princípios técnico-científicos da ISO para se beneficiar e operacionalizar com primazia a vontade do Espírito, mantendo sua coesão e fé e agir no mundo. O fato é que a sua implementação não foi realizada de forma estruturada e institucionalizada e conseqüentemente sua adesão inicial, motivada pela inspiração evangélica, foi perdendo forças além de foco e direcionamento.

Uma visão sem objetivos é como o desejo de se realizar uma viagem sem saber para onde se vai, como se vai e sem analisar quais recursos e preparos devemos possuir para ir.

Há muitas dioceses que ainda se encontram na década de 1980, com seus presbíteros e colaboradores parados no tempo, sem um frescor do Espírito, porque simplesmente não aceitam que o tempo não para.

Seguindo os princípios do SGQ, para o sucesso das organizações, é preciso termos visão, objetivos e planos de ação. Sem um destes pilares, principalmente o referentes aos objetivos da qualidade, não temos como assegurar o comprometimento da liderança da organização e assim, os planos de ação tornam-se ineficazes.

REFERÊNCIAS

ABNT. ISO 9001: *Sistemas de gestão da qualidade. Requisitos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT. ISO 10015: *Gestão da qualidade – Diretrizes para gestão da competência e desenvolvimento de pessoas*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

CNBB. *Documento de Aparecida*. Tradução: Luiz Alexandre Solano. São Paulo: Paulus, 2008.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. São Paulo: Loyola, 2020.

LEDO, Jordelio Siles. *A via da beleza na formação humano-cristã com catequista*. Petrópolis: Vozes, 2024.

LOPES, Antonio de Lisboa Lustosa. *Comunidades eclesiais de base: entre a utopia e a realidade*. São Paulo: Santuário 2021.

LUMEN GENTIUM.

OTTAVIANI, Edelcio; SOELTL, Michel Musulin. *A ação do Espírito de Deus no cuidado da Casa Comum: A Espiritualidade Inaciana como caminho para uma ação guiada pelo Espírito*. Artigo enviado a Revista PqTeo, a ser publicado. 2025

OTTAVIANI, Edelcio. Comunidades Eclesiais: uma família maior. Homenagem a Dom Luciano Mendes de Almeida. *Revista Cultura Teológica*. V.18. N.69. Jan/Mar 2010.

JOÃO PAULO II, Papa. *Redemptoris Missio. Sobre a Validade Permanente do Mandato Missionário*. São Paulo: Loyola, 1990.

CONCILIO VATICANO II. *Mensagens, Discursos, Documentos*. Tradução Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2021.

Links:

https://www.synod.va/content/dam/synod/assembly/synthesis/portuguese/2023.10.28-POR-Synthesis-Report_IMP.pdf

Texto submetido em 30/07/2025 e aprovado em 30/11/2025

Antonio de Lisboa Lustosa Lopes: Doutor em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo, 2010). Mestre em Teologia Prática (PUC-SP, 2005). Docente de Teologia Prática na Graduação e no Programa de Estudos Pós-graduados de Teologia da PUC-SP, professor-pesquisador no Grupo de Pesquisa José Comblin. **E-mail:** alopes@pucsp.br; **Orcid:** orcid.org/0000-0002-9099-4437

Endereço Postal: Largo São João Clímaco, 04. Bairro São João Clímaco. 04255.010 São Paulo.

Michel Musulin Soeltl: Mestre em Teologia (PUC-SP, 2025) e Engenharia Automotiva (USP, 2006). Pesquisador no Grupo de Pesquisa José Comblin da PUC-SP. Bacharel em Engenharia de Produção Mecânica (Escola de Engenharia Mauá, 2000) e Teologia (Universidade Claretiano, 2022). **E-mail:** michel.soeltl@gmail.com; **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0000-2129-3285>

Endereço Postal: Rua Goitacazes, 374. Apto 122B. Centro. 09510-300. São Caetano do Sul

Editor: Geraldo Luiz De Mori

Avaliador: Matheus da Silva Bernardes